

## **Arquivos de Pessoa(s): um estudo sobre entendimentos e representações dos arquivos manuscritos na Casa Fernando Pessoa.**

*Pessoa's Archive: a study about understandings and representations of archival manuscripts in the Fernando Pessoa House.*

### **Resumo**

Este artigo pretende apresentar os resultados finais de uma investigação de pós-doutoramento. A pesquisa procura discutir a compreensão dos manuscritos arquivísticos de Fernando Pessoa (1888-1935) como um "espólio" e inferir o quantitativo das representações desses documentos, bem como identificar as práticas através das quais essas representações foram mediadas na Casa Fernando Pessoa. O método histórico-documental é adotado considerando a base empírica como os produtos, o espaço do museu e a documentação administrativa de 2006 a janeiro de 2017. Do entendimento de "espólio" resultam as seguintes consequências: uma mistura de arquivos como resultado de adições impróprias, a falta de controle sobre a preservação da autenticidade dos documentos, a ausência de representações arquivísticas e de vínculos arquivísticos, a tematização do arquivo em detrimento da descrição arquivística, a desarticulação entre coleções particulares e arquivos públicos e a não-conformidade com padrões metodológicos compatíveis com um fundo fechado de arquivo. A Casa Fernando Pessoa está localizada como um lugar de convergência entre materiais de museus, arquivos e bibliotecas. O resultado quantitativo total das representações dos manuscritos arquivísticos de Fernando Pessoa (1888-1935) corresponde ao número de 225 representações. Foram identificadas as seguintes categorias de representação: fac-similar, artística, visual, gráfica e digital. Identificou-se a ocorrência de 22 práticas distribuídas nos seguintes tipos: recriação histórica, exposição, exposição multimídia, curso, efemérides, webdifusão e curadoria digital. Foi possível constatar que a Casa Fernando Pessoa contribuiu para a democratização das representações dos manuscritos através de práticas de difusão e mediação cultural com material de arquivo.

Palavras-chave: Arquivos - Manuscritos – Representações – Casa-Museu - Mediação cultural - Casa Fernando Pessoa

### **Abstract**

This article aims to present the final results of an postdoctoral investigation. The research seeks to discuss the understanding of the archival manuscripts of Fernando Pessoa (1888-1935) as a "espólio" and inferring the quantitative representation of these documents, as well identify the practices through which these representations have been mediated in the Fernando Pessoa House. The documentary-historical method is adopted considering the empirical basis of the products, the museum space and the administrative documentation from 2006 to January 2017. From the understanding of "espólio", following consequences result: a mix with archive as a result of improper additions of documents to the archival set, a lack of control over the preservation of the authenticity of documents, absence of archival representations and archival bonds, the thematization of the archive in detriment of the

archival description, the disarticulation between private collections and public archives and the no-compliance of methodological standards compatible with a closed archival fonds. Fernando Pessoa House is located as a place of convergence between materials of museum, archives and libraries. The total quantitative result of the representations of the archival manuscripts of Fernando Pessoa (1888-1935) corresponds to the number of 225 representations. The following categories of representation have been identified: fac-similar, artistic, visual, graphic and digital representations. It was identified the occurrence of 22 practices distributed in these following types: historical recreation, exhibition, multimedia exhibition, course, ephemeris, webdiffusion and digital curation. It was possible constatate that Fernando Pessoa House has contributed to the democratization of the representations of the manuscripts through practices of diffusion and cultural mediation with archival material.

Keywords: Archives - Manuscripts – Representations - House museum – Cultural Mediation - House Fernando Pessoa

### Introdução

A Casa Fernando Pessoa (CFP) é um órgão da administração pública, ao mesmo tempo em que desenvolve parcerias com firmas privadas e atualmente está vinculada a Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC) da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Dentre as atribuições particulares da CFP se encontram a promoção da obra e o tratamento de parte do dito “espólio” de Fernando António Nogueira Pessoa (Lisboa, 13 de junho de 1888 - Lisboa, 30 de novembro de 1935) e dos seus “outros-eus”. No contexto dessas atividades é que a CFP tem sido um espaço de práticas que estão a mediar representações dos arquivos manuscritos de Pessoa(s)<sup>1</sup>.

A CFP é legalmente responsável por documentos autógrafos, biblioteca pessoal com anotações manuscritas e arquivos de Pessoa(s) tais como cadernos, notas, recordações, identidade, contratos, títulos de arrendamento, certificados e o manuscrito da última frase<sup>2</sup> de Pessoa. Esses documentos por sua vez, têm sido entendidos como parte de um espólio e reconhecidos como um tesouro nacional<sup>3</sup> de maneira que se encontram dispersos em diferentes coleções. Uma única obra pessoana como o “Livro do Desassossego” não possui seus originais sob uma mesma custódia como indica a seção intitulada “Documentos que não se encontram na BNP”<sup>4</sup>. Há uma concentração do acervo na Biblioteca Nacional de Portugal

<sup>1</sup> A letra “s” sob o parêntese indica a qualidade plural em Pessoa por seus heterónimos ou “outros-eus”.

<sup>2</sup> O original documenta: “*I know not what tomorrow will bring.*” Uma tradução possível para o português é a sentença: “Não sei o que o amanhã trará.”

<sup>3</sup> Cf. República Portuguesa (2009, p.6312-6313).

<sup>4</sup> Cf Jerônimo Pizarro (2013, p.521).

(BNP) onde uma parte significativa ainda permanece sem tratamento e é desconhecida do público, pois:

[...]a verdade é que a maior parte da narrativa de Fernando Pessoa continua inédita. Nem está sequer feito o levantamento dos originais, entretanto dispersos, e pela razão simples de que é tarefa difícil, exigente, morosa e frustrante.[...] Em 2009, podemos dizer que 90 por cento da obra narrativa de Pessoa continua desconhecida.<sup>5</sup>

A persistência de uma custódia que não leva os arquivos aonde quer que os públicos estejam com a linguagem e cultura compatível é senão uma forma de ocultamento e confisco do arquivo<sup>6</sup>. Esse ocultamento se reforça na medida em que uma elite acadêmica é tida como a razão de ser de uma instituição pública, e essa segregação intelectual pode se aprofundar quando se dividem os arquivos por nichos do saber. Nesse (des)cabimento é que os arquivos de Pessoa(s) estão a ser entendidos como espólios agenciados por saberes que condicionam as práticas e conceitos em torno do tratamento da documentação. O conceito de “arquivos literários” é um desses conceitos associados ao termo “espólio” e é considerado por si só uma contradição em termos<sup>7</sup>. Sobre a disjunção do entendimento de espólio e do processamento arquivístico é patente que:

"[...]os documentos acumulados por indivíduos ao longo de sua existência nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia. O fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los (como *manuscripts*, *personal papers*, *écrits personnels*, *carte personali*, espólios e tantas outras), e, conseqüentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem.[...] Mesmo quando se reconhece que “cada espólio é um caso particular, devendo o modelo organizativo tentar responder, na medida do possível, à sua peculiaridade”, as soluções praticadas desmentem o bom propósito. O tratamento dado ao arquivo do escritor português David Mourão Ferreira (1927-1996) é exemplo típico desse fenômeno[...]"<sup>8</sup>

É razoável conjecturar que a própria concepção de espólio pode abarcar a mutilação dos fundos entre variadas instituições de custódia e coleções particulares. Em que pese à distinção da CFP dos demais custodiadores, sublinha-se o seu pertencimento à categoria de casa-museu. Essa é, por sua vez, representada no Conselho Internacional de Museus pelo Comitê Internacional para Casas-Museus (CICM) que é incumbido de agenciar as diversas matérias de interesse dos membros. Portanto, entende-se a CFP aqui como um lugar de

<sup>5</sup> Cf. Luísa Gomes (2009, p.49).

<sup>6</sup> Ver Yves Jammot (2007).

<sup>7</sup> Ver Elio Lodolini (2013, p.21).

<sup>8</sup> Cf. Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p.31)

memória que “não se trata de uma unidade museológica acerca de uma pessoa, mas sim de um museu acerca de uma obra.”<sup>9</sup>

Essa obra, por sua vez, está materializada no que deveria ser um fundo fechado de arquivo, mas que, no entanto, está fragmentada em coleções. Tendo em vista que parte do espólio inclui materiais diversos, nota-se que a CFP tem sido um lugar onde a mediação é evidenciada como um campo de convergência entre os materiais tradicionais de museus, arquivos e bibliotecas.

Apesar da considerável atuação da CFP e do reconhecimento legal dos manuscritos pessoais como espólio, pelo Decreto-lei 21/2009, não se encontrou material bibliográfico na direção do tema abordado. Também não se verificam registros de estudos arquivísticos sobre o espólio pessoal e nem referência na Pessoa<sup>10</sup>. Essa obra corresponde a uma sistematização de toda a bibliografia passiva, seletiva e temática associada à Pessoa. Pesquisou-se também na biblioteca mantida pela CFP, mas não há um livro, artigo ou escrito totalmente dedicado aos arquivos manuscritos pessoais e a temática eleita. Isso é relevante, porque se trata da biblioteca mais especializada em Pessoa da Europa e do mundo.

É precisamente pela falta de estudos sobre o tema e por ter em vista a contribuição para os campos de pesquisa da mediação cultural com arquivos<sup>11</sup> e arquivos de museus<sup>12</sup> que a investigação foi considerada necessária. Destaca-se que a mediação cultural foi estabelecida como campo de pesquisa interdisciplinar a partir de 1975 como decisão da assembleia instaurada na seção 71 do Conselho Nacional das Universidades na França<sup>13</sup> e é atualmente definida com a seguinte extensão:

*Cultural Mediation is a collective term which, in its broadest sense, covers research into the organization and practices of cultural institutions as well as their political settings. Thus, on the one hand, research within Cultural Mediation focuses on e.g. the institutional implications of a growing collaboration between museums, libraries and archives (so-called MLA-institutions), and on the other hand, it is concerned with culture and cultural heritage as concepts that reflect a society's issues of identity and current political, ideological climate.*<sup>14</sup>

O objetivo da investigação é discutir o entendimento dos arquivos manuscritos de Fernando Pessoa (1888-1935) como espólio e inferenciar o quantitativo de representações desses documentos, assim como identificar as práticas através das quais essas representações

<sup>9</sup> Cf. Isabel Ponce de Leão e Sérgio Lira (2010, p.344).

<sup>10</sup> Cf. José Blanco (2009).

<sup>11</sup> A mediação cultural com arquivos é aqui entendida como o processo cujos objetos são representações de documentos arquivísticos tendo em vista à circulação, recepção, apropriação, produção de ideias, produtos e práticas que contribuam para democratização do patrimônio documental através da valorização e da exploração.

<sup>12</sup> Ver Anne Gilliland, Sue McKemmish e Andrew Lau (2017, p.24).

<sup>13</sup> Ver François Mairesse (2016).

<sup>14</sup> Ver *Royal School of Library and Information Science* (1999).



têm sido mediadas na instituição municipal de custódia denominada “Casa Fernando Pessoa”. Em outras palavras, busca-se conhecer os desdobramentos de um entender que aloca os arquivos na categoria de espólio, tendo em vista as consequências disso. Sem perder de vista o agenciamento dos arquivos manuscritos para além do espaço de guarda e armazenamento, pretende-se inferenciar o quantitativo das representações dos arquivos mediadas no contexto das práticas, dos produtos e do espaço da Casa Fernando Pessoa, assim como se propõe identificar as práticas de difusão e mediação cultural.

## **2 Procedimentos, definições e notas sobre o percurso investigativo.**

Adotaram-se os procedimentos de coletas de dados com base no método histórico-documental e também na pesquisa bibliográfica. A base empírica correspondeu aos registros arquivísticos das práticas, aos produtos culturais e aos espaços da casa-museu. Inicialmente foi prevista a coleta de dados apenas nos documentos administrativos da CFP que refletiam suas atividades e conseqüentemente as suas práticas de mediação cultural. Contatou-se que os produtos da CFP também eram fontes incontornáveis na investigação, e, portanto estes foram considerados como material de análise, porque contém a presença das representações dos arquivos manuscritos pessoais. Soma-se a isso a relevância do lugar, dos espaços e das ambiências da própria casa-museu, que também serviram como fontes para a pesquisa pelo mesmo motivo.

A primeira etapa correspondeu à pesquisa bibliográfica e isso incluiu páginas institucionais na Internet como a *homepage* da CFP. Ainda nesse momento se destaca a Biblioteca da Casa Fernando Pessoa como a principal referência. Teoricamente optou-se por trabalhar a partir da perspectiva histórico-cultural para a representação<sup>15</sup>. Portanto, as representações são aqui entendidas como instrumentos de um conhecimento mediato que remetem às ideias de coisas ausentes, de forma que esses objetos distantes podem ser conhecidos pelos sujeitos, mediante signos que os representam<sup>16</sup>. A identificação dos tipos de práticas foi embasada na lógica classificatória das atividades em arquivos<sup>17</sup>. Também nesta fase levantou-se as fontes de conhecimento sobre o entendimento do espólio e do seu tratamento documental, e a partir disso, analisaram-se, à luz da teoria arquivística, aqueles procedimentos e saberes vinculados ao dito “Espólio Pessoano”.

---

<sup>15</sup> Ver Roger Chartier (2002).

<sup>16</sup> Ver Roger Chartier (2011).

<sup>17</sup> Ver Susanna Vela (2001).



Em um segundo momento procedeu-se a coleta de dados e a análise documental. Dentre as espécies e tipos documentais se destacaram as seguintes: folders de lançamentos de exposições e livros, dossiês dos projetos, catálogos das exposições, folhetos, programas, planos de ação, fotografias, dossiês de eventos, normas internas, legislação pertinente à CFP e ao dito “Espólio Pessoano”, correspondências e registros de intervenções na estrutura e nos ambientes da CFP. Encontram-se registros com a presença das representações dos arquivos manuscritos de Pessoa nas práticas registradas na documentação administrativa, nos produtos da CFP disponíveis e no próprio espaço da casa-museu.

Um dos desafios dessa fase foi o acesso à documentação, pois o contato com as fontes primárias deu-se gradativo e parcial, ditado pelo ritmo de cooperação das instituições públicas e seus funcionários. Cabe destacar que a Lei de Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 46/2007 de 24 de Agosto) busca garantir o acesso aos documentos, de modo que é direito de todo cidadão português acessar os registros da administração pública e esse é o caso.

A esse respeito arrolamos as seguintes notas do percurso investigativo: A data inicial da investigação correspondia ao ano de 1993, quando a Câmara Municipal de Lisboa (CML) inaugurou o espaço, porém a documentação de 1993 até 2005 foi recolhida para o Arquivo Municipal de Lisboa (AML) que não viabilizou o acesso. A alegação do AML é de que o depósito correspondente ao armazenamento do material de arquivo da CFP, no período de 1993 a 2005 não está acessível. É preciso salientar que o principal objetivo de uma instituição de arquivo deveria ser prover o acesso aos documentos custodiados, portanto, considerou-se que o argumento não é compatível com a razão de ser da instituição.

Nota-se ainda que: a divisão AML não recolhe a documentação de arquivo dos órgãos municipais porque as repartições públicas não estão compulsoriamente dadas a isso e facultam a transferência apenas voluntariamente. Assim, cada unidade administrativa tem um acordo distinto com a divisão, de maneira que não há uma política pública de gestão documental. Verifica-se que há critérios anti-arquivísticos nos procedimentos de destinação final, pois após a avaliação os arquivos permanentes são artificialmente recolhidos ao AML a partir de “vocações” para um determinado gênero e tipo documental. Para o AML há três vocações: a) Arquitetura: há um núcleo do bairro de Campo Grande que restringe a recolha e acesso a tipos documentais como plantas arquitetônicas de edifícios históricos e outras associadas com a temática; b) Fotografia: num outro núcleo o foco é voltado ao gênero fotográfico onde há coleções e para aqueles que só conhecem este espaço é possível que se venha fazer uma confusão entre um arquivo público municipal e uma hemeroteca;

c) Audiovisual: trata-se de outra “vocação” do AML que se assemelha a restrição de gênero documental e o agrupamento de coleções sem levar em conta os princípios arquivísticos. Isto posto, inicialmente os documentos administrativos da CFP não foram nem sequer considerados para consulta porque o AML se orientava por essas ditas “vocações”. A ocultação de fontes primárias reforça a opção por investigar o tema a partir dos registros arquivísticos como forma de valorizar os documentos e observar as políticas públicas de arquivo ou a falta dessas como um fenômeno subjacente.

Com base na Lei nº 46/2007 de 24 de Agosto apresentou-se uma queixa junto à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) para dar prosseguimento à análise do material previsto para o desenvolvimento da investigação. A CADA, por sua vez, está subordinada a Assembleia da República e tramita o Processo 656/2016 que é referente a essa investigação. Frente à inacessibilidade das fontes primárias de 1993 a 2005, considerou-se a classe das representações digitais como objeto da investigação, e, portanto alargaram-se as perspectivas. A ampliação dos horizontes investigativos está fundamentada nas seguintes linhas de pesquisa: as convergências com humanidades digitais, tipos de instituições arquivísticas e diversidade dos paradigmas arquivísticos<sup>18</sup>.

As fontes primárias a partir das quais os resultados foram obtidos estão sob a custódia da CFP e abrangem o período de 2006 até janeiro de 2017. Salienta-se que um documento relativo ao ano de 1995 foi encontrado num dossiê de projeto da CFP. Os documentos administrativos foram analisados para fins de inferência quantitativa e para identificação dos tipos de práticas culturais com a presença das representações arquivos manuscritos pessoais. Foram excluídas aquelas representações de arquivos manuscritos de outros poetas que foram encontradas, tais como Clarice Lispector.

Para o desenvolvimento da pesquisa o enquadramento dos manuscritos como Patrimônio Português (Lei n. 13/1985) foi relevante, pois a partir disto foi possível reconhecer a inerência dos seguintes valores dos arquivos manuscritos como bens culturais<sup>19</sup>: valores cognitivos, valores formais/estéticos, valores afetivos e valores pragmáticos. Esse ponto de vista é significativo para a investigação, pois as representações dos arquivos manuscritos foram entendidas como decorrentes da exploração como uso dos arquivos para vários fins (por exemplo, a publicidade, a criação artística e os fins comerciais)<sup>20</sup> no contexto de práticas que enfatizam determinados valores e que por sua vez definem a qualidade das

---

<sup>18</sup> Ver Anne Gilliland, Sue McKemmish e Andrew Lau (2017, p.23-24).

<sup>19</sup> Ver Ulpiano Meneses (2010).

<sup>20</sup> Cf. Jerónimo Pizzaro e Patricio Ferrari (2016, p.733).



representações. A partir de características próprias e dos valores identificados, as representações foram categorizadas nas seguintes classes: a) representações digitais; b) representações fac-similares; c) representações artísticas; d) representações gráficas; e) representações visuais. A caracterização das classes será tratada mais adiante na seção específica dos resultados que, por fim, foram agrupados num gráfico de dispersão que registra os dados quantitativos através de uma série temporal. Os tipos de práticas identificados foram também foram sistematizados.

### 3 A Casa Fernando Pessoa: apontamentos e delimitações.

Considerando que a criação da CFP ocorreu em função do legado de seu patrono Fernando Pessoa (1888-1935), julga-se necessário fazer apontamentos sobre a personagem histórica. Em primeiro lugar Pessoa é retratado, lembrado, reconhecido e descrito da seguinte maneira: “Ele é hoje o principal elo literário de Portugal com o mundo.[...] é mais plural que se possa imaginar [...] materializa inúmeros interesses e representa um autêntico patrimônio coletivo: do autor, das diversas figuras autorais inventadas por ele e dos leitores”<sup>21</sup>. Pessoa nasceu em Lisboa (Portugal) e aos cinco anos perdeu o pai que morreu de tuberculose. Sob a custódia da mãe, se mudou para Durban na África do Sul, onde estudou em uma escola de língua inglesa que era administrada por freiras católicas irlandesas. Ao regressar a Portugal em 1905, Pessoa começou o curso na Universidade de Lisboa, quando passou a ficar conhecido pela prosa, poesia e traduções. O poeta é considerado como um dos 26 escritores responsáveis por estabelecer os parâmetros da literatura ocidental<sup>22</sup>. Pessoa não era apenas um poeta notável, mas também era um escritor multifacetado que se debruçou sobre temas como a arte, a filosofia, a política, a sociologia e a metafísica. Além disso, como autor, Pessoa caracterizou-se por seus heterônimos e por transpor a relação entre autoria e individualidade, antecipando assim a fragmentação do *self* que é uma das questões do pós-modernismo. Essa fragmentação é a marca indelével da obra pessoana, pois sua originalidade está centrada nos heterônimos, que foram sustentados com a veracidade, a credibilidade e a autonomia como somente Pessoa foi capaz de fazer<sup>23</sup>.

Posto isso, há que se ponderar sobre alguns aspectos do processo histórico que definiu os contornos funcionais da CFP e particularmente as circunstâncias que contribuíram para a formação do acervo da casa-museu. Ao encontro disso situamos que em 1985, ocorreram as

---

<sup>21</sup> Ver Yvon Lemay (2012).

<sup>22</sup> Ver Herald Bloom (2005).

<sup>23</sup> Ver Dionísio Vila Maior (1994).



celebrações de cinquenta anos após a morte de Pessoa. Nesse ano o autor foi traduzido para 40 idiomas e um expressivo número de edições foram lançadas. O corpo do poeta foi levado para o Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, onde estão depositados os restos mortais da mais alta elite portuguesa, nomeadamente a nobreza e membros da realeza. O ano posterior ficou conhecido como aquele referente à redemocratização de Portugal quando o presidente civil Mário Soares (1924-2017) chegou ao poder após 60 anos de regimes ditatoriais.

Cabe lembrar que em 1926 o golpe militar colocou a então recente República Portuguesa nas mãos dos generais que submeteram o país a um regime de austeridade econômica que foi representado por Salazar (1889-1970). No período da redemocratização, deve-se considerar que Fernando Pessoa poderia ser um símbolo da luta democrática e da resistência ao salazarismo. A conversão de Pessoa num símbolo anti-salazarista é possível a partir de 1934, quando o poeta faltou deliberadamente à cerimônia do Prémio Antero de Quental, realizada pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), cujo júri o premiou. Nesse contexto “[...] a criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), em 1933, a que sucedeu, em 1945, o Secretariado Nacional de Informação (SNI), que teve um papel fundamental na concepção [...] e divulgação de um ideário nacionalista no Estado Novo.”<sup>24</sup> A falta proposital de Pessoa é atribuída ao fato de que Salazar iria entregar os diplomas aos vencedores e, como se soube através dos escritos anti-salazaristas publicados a partir de 1974, o poeta era avesso a figura do ditador, registrando as seguintes críticas:

"[...] Salazar tem, em altíssimo grau, as qualidades secundárias da inteligência e da vontade. É o tipo do perfeito executor da ordem. [...] Quando muito na escala da governação pública poderia ser o mordomo do país.[...] entre os conflitos das doutrinas, não sabe decidir-se;[...] O Chefe de governo não é um estadista: é um arrumador[...]É sempre e em tudo um contabilista, mas só um contabilista. Quando vê que o país sofre, troca as rubricas e abre novas contas. Quando sente que o país se queixa, faz um estorno. A conta fica certa. O Prof. Salazar é um contabilista. A profissão é eminentemente necessária e digna. Não é, porém, profissão que tenha implícitas diretivas. Um país tem que governar-se com contabilidade, não pode governar-se por contabilidade. Assistimos à cesarização de um contabilista. Um cadáver emotivo, artificialmente galvanizado por uma propaganda...Duas qualidades lhe faltam — a imaginação e o entusiasmo. Para ele o país não é a gente que nele vive, mas a estatística d'essa gente. Soma, e não segue."<sup>25</sup>

Não é por acaso que a imagem de Fernando Pessoa figurou numa das faces das cédulas de 100 escudos, que tinham na outra face uma rosa vermelha. As notas foram emitidas pela primeira vez justamente em 1986 e isso poderia significar que Pessoa era ou

<sup>24</sup> Cf. Annabela Rita (2016, p.602).

<sup>25</sup> Cf. Fernando Pessoa (2015, p.179-180).



ainda é um símbolo de um Portugal democrático, moderno e liberal.

Nesse panorama, em 1986 a CML faz a aquisição dos livros de Pessoa com 1.161 volumes e manuscritos anotados já tendo em vista um projeto embrionário que daria origem à CFP. Ora, o acervo em questão corresponde a uma parte significativa da materialidade da literatura de Fernando Pessoa (1888-1935), pois suas particularidades de criação e suas opções criativas (por exemplo, escolha de leitura, instrumento de escrita, cor da tinta, forma da letra, papel, variedades da utilização do livro como superfície de escrita) foram fisicamente manifestadas nos seus materiais. A responsabilidade dos custodiadores é preservar as evidências físicas e o sentido original dos registros, pois os arquivos são cultura material e expressões físicas da cultura em que foram produzidos e utilizados, e os custodiadores influenciam as futuras significações dos documentos através de suas escolhas<sup>26</sup>. Logo, não é mera eventualidade que esses documentos ocupam uma posição de destaque para a CFP. Acrescenta-se que, sem prejuízo para as funções burocráticas ou oficializadas, a CFP possui enquanto instituição de custódia, a responsabilidade de tratar o material de acordo com suas especificidades.

Tendo em consideração a origem da CFP, é razoável reputá-la a Associação Pessoaana dos Amigos da Arcada, que provocou o processo de classificação do edifício, ocupado hoje pela casa-museu, ao expressar a vontade coletiva de colocar uma placa em homenagem a Pessoa na frente do imóvel<sup>27</sup>. Essa associação nasceu em 1987, quando era um movimento de defesa da preservação do Café Martinho da Arcada. Essa mesma associação impediu a demolição do edifício onde hoje é a CFP e isso foi oficializado através de um comunicado à Câmara de Lisboa em 1988, o que levaria ao processo de classificação do edifício como de interesse público.

Atualmente a CFP é um espaço da identidade, da memória e da obra pessoana. A própria casa-museu é uma representação simbólica<sup>28</sup> que tem acrescido valor ao bairro de Campo de Ourique, projetando-o à cena cultural e para além das fronteiras. Atribuímos à projeção no estrangeiro ao objetivo dum projeto de internacionalização da obra e imagem de Pessoa. O projeto inicial da CFP foi inaugurado em 1993 pelo Departamento de Cultura da Câmara de Lisboa e o despacho número 79/P/1994 da CML que definiu as seguintes funções: a) promover a obra de Fernando Pessoa e estimular a poesia; b) assegurar o tratamento do espólio de Fernando Pessoa; c) apoiar e realizar as edições e as publicações para divulgar a

---

<sup>26</sup> Ver Ala Rekrut (2005).

<sup>27</sup> Ver José Carvalho (2014).

<sup>28</sup> Ver José Carvalho (2014).



obra de Fernando Pessoa e a poesia; d) Incentivar e apoiar atividades de pesquisa como universidades e outras instituições no campo de estudos pessoanos; e) Promover a investigação em nível internacional e difundir o conhecimento da obra de Fernando Pessoa internacionalmente através das novas tecnologias; f) Organizar iniciativas culturais em colaboração com outras entidades públicas e privadas;

No tocante a estruturação da casa, dois anos após a criação da CFP foi designada uma equipe com 10 pessoas para realizar as atividades e em outro despacho, registrado sob o número 228/P/1996, a Câmara de Lisboa tratou dos aspectos funcionais que definem a CFP como espaço cultural polivalente, e, por decorrência disso e das aquisições tornou-se um lugar de convergência entre materiais de arquivo, biblioteca e museu. A CFP passa então a adquirir e atualizar livros que formou a única biblioteca especializada em Fernando Pessoa da Europa e do mundo. A CFP também se consolidou como um lugar da mediação com as instituições internacionais de pesquisa e do setor da cultura. É preciso destacar que os dois despachos oficiais da CML frisam a necessidade de cultivar uma relação especial com a Biblioteca Nacional com vista ao tratamento e exploração do espólio de Pessoa através de parcerias, de recursos tecnológicos, da celebração de protocolos com instituições de pesquisa internacionais, com as entidades públicas e privadas com atividades no setor cultural. Em se tratando da exploração, enquanto uso múltiplo dos arquivos, é possível observar a manifestação de usos em diversos domínios nomeadamente: domínios acadêmicos, tecnológicos, artísticos, administrativos e comunicativos<sup>29</sup>.

Nesse sentido a CFP está continuamente a valorizar os livros de Pessoa, mantendo ainda: a) um fundo de poesia portuguesa e internacional; b) uma biblioteca com edições nacionais e estrangeiras das obras de Pessoa; c) uma biblioteca de livros com temas associados com Pessoa e sua obra; d) um banco de dados online de poesia; e) um site com acesso gratuito aos documentos digitalizados.

Além disso, há diversos documentos custodiados pela CFP que estão ou estiveram em exposições no contexto museal. Observou-se que não há no organograma da CFP um arquivo, porém há uma funcionária ativa nas exposições, eventos e atividades que é capaz de manter e responder também pelos documentos administrativos e que possui especialização em arquivos. Essa ausência de um arquivo e de uma política de gestão para os próprios documentos que a CFP produz enquanto órgão público é ou pode ser, em certa medida, o reflexo da inoperância do AML como órgão que define as políticas arquivísticas para a cidade

---

<sup>29</sup> Ver Yvon Lemay (2015).



de Lisboa.

Em que pese à organização administrativa da CFP essa foi integrada a Direção Municipal de Cultura através do Departamento de Cultura, quando a gestão foi entregue a Manuela Júdice (1993-1999) que foi sucedida por Rita Rodrigues (2000-2002) como coordenadora, até que se definiu o nome de Clara Ferreira Alves (2002-2006) para a direção dessa repartição pública. Sucederam-se ainda Francisco José Viegas (2006-2008), Inês Pedrosa (2008-2014) e Clara Riso (2014 - presente). Todas essas gestões tem em comum um ponto: dar continuidade no projeto da CFP de internacionalização. Como resultado exitoso dessa continuidade, observa-se no relatório de 2014 a presença de diversas e numerosas nacionalidades de visitantes. Organizadas por ordem crescente tem-se respectivamente: brasileiros, italianos, franceses, alemães, belgas, espanhóis, dinamarqueses, colombianos, finlandeses, argentinos, mexicanos, canadenses, venezuelanos, suecos, ingleses e tchecos. Ainda no mesmo há registro de visitantes japoneses, americanos, chilenos e sul-africanos. Atualmente, a internacionalização continua em curso principalmente por meio de eventos e exposições em vários países como a França, Espanha e os Estados Unidos. Destacamos as seguintes casas-museu e casas de poesia estrangeiras que tem mantido relações institucionais com a CFP: La Casa-Museo Federico García Lorca (Granada, Espanha), Casa Romulo Gallegos (Venezuela), Maison de la Poesie d'Amey (Bélgica), Maison de la Poesie de Paris (França), Poet's House (Nova Iorque), Casa de Holderlin (Tubigen, Alemanha).

A concepção da CFP como projeto de internacionalização é condizente com os interesses pelos arquivos manuscritos de Pessoa, que estão para além de Portugal. Os brasileiros, por exemplo, estão entre os principais públicos, porque, dentre outros motivos, possuem a língua e a história em comum com os portugueses. Um indicador da relevância dada ao legado pessoano é seu espaço na imprensa brasileira. Em 16 de janeiro de 2016, o jornal "A Folha de São Paulo"<sup>30</sup> publicou uma reportagem sobre a descoberta de arquivos manuscritos de autoria de Pessoa, enfatizando o espólio associado ao literato com destaque para a existência de um manuscrito de mais de 2.000 páginas. Somado à repercussão na mídia, há um impacto da obra pessoana para a economia cultural do Brasil, pois Pessoa está presente em empreendimentos editoriais e artísticos. Um exemplo disso é o repertório da cantora de música popular brasileira Maria Bethânia. No álbum "Maricotinha ao vivo" de 2002, o Poema do Menino Jesus de Alberto Caeiro ocupa a faixa 23. Outro registro da cantora é encontrado no álbum "Dentro do mar tem rio - Ao vivo" de 2007 na faixa 33 com a seguinte

---

<sup>30</sup> Cf. Maurício Meireles (2016).

adaptação do texto *Ultimatum* que tem circulado intensamente desde 2016 nas redes sociais no Brasil:

“Mandato de despejo aos mandarins do mundo / Fora tu,/reles/esnobe/plebeu/E fora tu, imperialista das sucatas/Charlatão da sinceridade /e tu, da juba socialista, e tu, qualquer outro/Ultimatum a todos eles/E a todos que sejam como eles/Todos! Monte de tijolos com pretensões a casa/Inútil luxo, megalomania triunfante/E tu, Brasil, blague de Pedro Álvares Cabral/Que nem te queria descobrir/Ultimatum a vós que confundis o humano com o popular/Que confundis tudo/Vós, anarquistas deveras sinceros/Socialistas a invocar a sua qualidade de trabalhadores/Para quererem deixar de trabalhar/Sim, todos vós que representais o mundo/Homens altos/Passai por baixo do meu desprezo/Passai aristocratas de tanga de ouro/Passai Frouxos/Passai radicais do pouco/Quem acredita neles?/Mandem tudo isso para casa/Descascar batatas simbólicas/Fechem-me tudo isso a chave/E deem a chave fora/Sufoco de ter só isso a minha volta/Deixem-me respirar/Abram todas as janelas/Abram mais janelas/Do que todas as janelas que há no mundo/Nenhuma ideia grande/Nenhuma corrente política/Que soe a uma ideia grão/E o mundo quer a inteligência nova/ A sensibilidade nova/O mundo tem sede de que se crie/Porque aí está apodrecer a vida /Quando muito é estrume para o futuro/ O que aí está não pode durar/Porque não é nada/Eu da raça dos navegadores/Afirmo que não pode durar/Eu da raça dos descobridores/Desprezo o que seja menos/Que descobrir um novo mundo/Proclamo isso bem alto/Braços erguidos/Fitando o Atlântico/E saudando abstratamente o infinito.<sup>31</sup>

Esse texto foi objeto de diversos estudos como, por exemplo: “Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional”<sup>32</sup>. A prosa panfletária assinada por Álvaro de Campos deveria ser tomada como um monólogo dramático<sup>33</sup> e foi uma colaboração para a revista “Portugal Futurista” lançada no ano de 1917.

Além da presença na indústria fonográfica e outras indústrias culturais que promovem a circulação das ideias contidas nos documentos, a obra pessoana encontrou lugar nos aparelhos culturais brasileiros como o Museu da Língua Portuguesa. Isso nos permite pensar os arquivos manuscritos de Pessoa como bens culturais de interesse no contexto da lusofonia e as representações desses documentos podem ser consideradas como patrimônio imaterial simbólico, que estão a ser difundidas e mediadas pela CFP.

O papel de mediação da CFP é reforçado no Instrumento de Gestão Provisional de 2015, emitido pela EGEAC que define a mediação do público com necessidades especiais e/ou as situações de exclusão como uma das responsabilidades sociais da repartição. O documento registra ainda: “Pretendemos promover uma estratégia global que coloque em foco questões de mediação e acessibilidade, para actuar de forma adequada, dirigida e interactiva.

<sup>31</sup> Cf. Álvaro de Campos (2007).

<sup>32</sup> Ver Dionísio Vila Maior (2011).

<sup>33</sup> Ver Teresa Rita Lopes (1985).



Os diferentes públicos serão considerados na sua especificidade [...].”<sup>34</sup> Soma-se a isso as atividades concernentes a seção da Biblioteca da CFP, que evoca a responsabilidade por programas de difusão do dito “espólio” e atividades de mediação da leitura. Nesse sentido, a atuação do Serviço Educativo tem sido determinante nas linhas de atuação adotadas pela CFP.

Apesar da casa-museu não ter publicado ou ter publicizado uma posição sobre o cuidado com as práticas que envolvem arquivos ou as representações dos arquivos manuscritos, essa preocupação vem sendo discutida em âmbito internacional, de modo que as diretrizes para as *práxis* foram elencadas no Código de Práticas com Arquivos para Museus foi sistematizado em 2002.

Antes da apresentação dos dados quantitativos e qualitativos sobre o peso das representações dos arquivos manuscritos em produtos e práticas culturais da CFP, é incontornável discutir o entendimento do termo “espólio”. A expressão tem sido adotada por museus e bibliotecas para os Arquivos Totais<sup>35</sup> de pessoas que naturalmente produziram uma “[...] diversidade de materiais reunidos sob a Categoria de “Espólio Documental”” e que, por isso mesmo, reúnem uma “clara intersecção entre os trabalhos de inventário museológico, a biblioteconomia e a arquivística[...]”<sup>36</sup>. No caso estudado, o termo “espólio” refere-se a fragmentos do que foi um único conjunto documental, concernente ao arquivo pessoal ou fundo fechado de Fernando Pessoa (1888-1935). A seguir se pretende discutir sobre as consequências ou desdobramentos do entendimento dos arquivos como espólio.

#### **4 Arquivos de Pessoa(s): discutindo entendimentos e seus desdobramentos.**

O ano de 1986 está timbrado no instrumento de pesquisa cuja capa é marcada com a identificação “Espólio de Fernando Pessoa: Inventário. (BN. Esp.E3)”. Esse inventário não foi publicado e está acessível apenas sob uma consulta presencial autorizada na Seção de Reservados da BNP em Lisboa. O documento possui uma introdução intitulada “Explicação” com os seguintes dizeres:

O presente inventário do espólio de Fernando Pessoa é um sumário das descrições atribuídas aos diversos conjuntos de manuscritos do poeta pelo “Grupo de Trabalho” encarregado daquela tarefa por despacho ministerial de 05/11/69 foi dado por concluído em 1973[...] O instrumento de referência que então vinha a lume compreendia o registro de cada fragmento, feito pelo título e começou pelo envelope correspondente a poesia assinada pelo heterónimo pessoano Charles Robert (env.13, Op. Cit. P.331). Não permitia, porém, qualquer visão de conjunto do acervo, sorte de retrato ao corpo inteiro do

<sup>34</sup> Cf. Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (2015, p.24).

<sup>35</sup> Ver Terry Cook (2005).

<sup>36</sup> Cf. Instituto dos Museus e da Conservação (2008, p.5)



espólio. Sabia-se que a distribuição dos diversos manuscritos pelos diferente “envelopes” [...] era devido ao “Grupo de Trabalho” encarregado da inventariação (grupo sempre oscilante de colaboradores), sem que se fosse perceptível o critério, ou critérios, adotados na ordenação, que também não vinham explicitados no citado volume da Bibliotecas e Arquivos de Portugal. Nalguns casos teriam correspondido a sinais do próprio poeta [...] noutros a “manchas temáticas” mais ou menos genéricas e arbitrárias construídas pelos catalogadores. [...] Continuava fazer-se sentir a falta de um guia ou inventário geral que permitisse ao investigador orientar seus passos entre a vastidão oceânica dos papéis pessoais. Com este fim, procedeu-se a recuperação das informações inscritas em cada envelope do espólio, entretanto, abandonados como invólucros, pela respectiva ordem topográfica, isto é, pela ordem que haviam sido numerados (de 1 a 144D<sup>2</sup> +15 in) e subnumerados (por letras A,B,C... ou expoentes 27<sup>1</sup>, 27<sup>2</sup>...) pelo catalogadores. Assim o pesquisador encontrará pela ordem estabelecida pelo “Grupo de Trabalho” de 1969 a 1973 as referências relativas dos títulos, próprios ou atribuídos de cada conjunto, seguidas das quantificações de documentos [...] Nalguns casos foi aposta, posteriormente, uma nota relativa à microfilmagem, estado de conservação ou procedimento catalográfico em curso. Antecede o inventário um índice alfabético (dicionário) de autores, heterónimos e títulos, próprios ou atribuídos, de cada conjunto, auxiliar que acompanhava já o espólio a quando de sua entrada na Biblioteca Nacional. [...] Em 1981 iniciou-se com o propósito expresso de garantir a preservação do acervo, a microfilmagem integral do espólio, só concluída no decurso de 1986 computando o número de imagens obtidas, em ca.45000 (117 bobines). Na sua execução respeitou-se a sequencia topográfica existente aproveitando para a identificação dos sucessivos conjuntos o recorte do envelope em que originalmente haviam sido agrupados. Na pesquisa através do microfilme deverá o utilizador ter em conta a ordem topográfica do inventário e dentro de cada conjunto a numeração original aposta no canto superior direito de cada fragmento. O inventário cobre todo o acervo, sendo a totalidade dos documentos existentes [...] de 27.543, repartidos por 343 “envelopes” e assim classificados quanto a sua natureza: Originais de Fernando Pessoa - Autógrafos - 18.816.; Textos datilografados - 3948; Mistos - 2662; Cadernos - 29; Cópias de originais de Fernando Pessoa - 893; Originais de Terceiros [...] A impossibilidade de apresentar em espaço de tempo útil, um inventário completo que possa adequadamente satisfazer as duas exigências fundamentais deste tipo de trabalho (rigor e celeridade) parece justificar que se coloque nas mãos do investigador, desde já um auxiliar de referência que sem prejuízo da catalogação a haver, indique alguns dos caminhos a seguir nessa verdadeira “floresta de enganos” que o espólio pessoal constitui. BN. Junho de 1986.<sup>37</sup>

Inicialmente deve-se atentar para o fato de que o “Grupo de Trabalho” fica sob o véu do anonimato sem que existam referências aos nomes dos componentes no instrumento de pesquisa. É fundamental questionar a afirmação de que os documentos não permitiam uma perspectiva de conjunto: Será que não foram os catalogadores que não conseguiram sistematizar este entendimento conjuntural, a partir da massa documental acumulada? Igualmente essencial é a contextualização desse documento, quando aponta que haveria na ocasião escassez de tempo para catalogar com rigor e celeridade um inventário completo, pois

<sup>37</sup> Cf. Biblioteca Nacional de Portugal (1986, p.2-6).

se passaram 30 anos desde então e esse espaço de tempo é suficiente para o cumprimento da responsabilidade, ou, no mínimo, para publicização da sua continuidade em “tempo real” via Internet.

Igualmente sensível é a questão que se coloca: Esse texto poderia ter sido interpretado para que a BNP não cumprisse sua atribuição de descrever as peças documentais? Ocorre que, durante o processo investigativo, se questionou sobre a falta de metadados básicos, como as datas crônicas nos arquivos, as funcionárias responderam em uníssono que esse era um trabalho para o pesquisador. De onde provém tal ideia? É possível considerar que a interpretação da seção “Explicação” do “Espólio de Fernando Pessoa: Inventário” pode ter servido de pretexto para a inércia da catalogação de cada peça dos arquivos de Pessoa(s)? É certo que se trata de uma interpretação descontextualizada, pois o texto original foi produzido num dado momento histórico em que não havia tempo hábil para a inventariação completa dos documentos, de modo que o pesquisador poderia servir como auxiliar para contribuir para um quadro referencial sem supressão de uma catalogação a ser colocada em curso desde 1986.

Assim sendo, não há precedente que justifique a transferência de responsabilidade e a total ausência de um catálogo dos arquivos de Pessoa(s) 30 anos depois. Não é fortuitamente que, em termos de controle, o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC) da BNP preserva com enfoque na topografia o denominado “Espólio Pessoaano” e tem transferido a responsabilidade da descrição/identificação para o seu público. Sequer o ACPC tem publicizado o tratamento documental com registros de contribuições dos investigadores para descrição mantendo-se ultrapassado em relação a programas de descrição colaborativa, que seriam e são necessários para a democratização do patrimônio documental legado por Pessoa e confiscado pela BNP.

O documento “Espólio de Fernando Pessoa: Inventário” traz consigo o entendimento que é comum entre BNP e CFP sobre o acervo albergado como sendo um espólio. Em grande medida isso é uma consequência das condicionantes de todas as referências oficiais que consolidaram o termo português “espólio”. Dentre os principais referenciais está a BNP cujo entendimento de espólio no âmbito do ACPC da BNP foi agenciado pelo saber “Arquivística Literária”. Mas o quanto há de Arquivística na “Arquivística Literária”? Dentre as páginas de bibliografia de referência para “Arquivística Literária” encontram-se entre as mais de 150 obras, apenas cinco de Arquivística<sup>38</sup>. Ademais, o próprio entendimento de espólio, nesse caso, está associado ao termo “arquivo literário” incutido na identidade do ACPC da BNP.

---

<sup>38</sup> António Braz de Oliveira (2007, p.383-397).

Ora, não é possível criar um arquivo literário sem que haja uma contradição em termos<sup>39</sup>, pois no entendimento de espólio a organicidade já não corresponde mais a um princípio teórico-metodológico de uma ciência aplicada. Portanto, sem o aporte arquivístico, os praticantes do espólio não são capazes de reconstituir os fundos segundo o princípio da proveniência e da ordem original, de modo que aquilo que se perpetua é apenas a fragmentação e a ruptura com a própria lógica de constituição do produtor.

O que tem se chamado de “arquivo literário” é senão uma coleção de documentos tematizados e por isso é preciso sublinhar que o ato de colecionar não é sinônimo de acumular, pois na primeira ação existe uma artificial seletividade que resulta de ações facultativas (por exemplo, ninguém é obrigado por lei a comprar livros e ao mesmo tempo em que é possível colecioná-los) e na segunda prática há razões compulsórias que fundamentam a cumulatividade (por exemplo, os documentos arquivísticos de identificação do cidadão são obrigatórios para que possa fazer valer direitos e cumprir deveres em relação às repartições públicas do Estado e por isso são acumulados por imperativos jurídico-administrativos e não por colecionismo). Mais adiante serão elencadas algumas razões compulsórias para a acumulação natural dos conjuntos orgânicos arquivísticos de Pessoa.

Com tudo isso, se reitera que o entendimento da CFP sobre o próprio acervo está em concordância com o termo “espólio” influenciado por fontes oficiais portuguesas. Uma dessas fontes é responsável por matérias legislativas e no que concerne aos arquivos de Pessoa(s), o decreto-lei 21/2009 os designa como espólio e os classifica como bem de interesse público, delimitando a sua compreensão nos seguintes termos:

1- É classificado como bem de interesse nacional o espólio de Fernando Pessoa, compreendido como a universalidade de facto composta por todos os documentos produzidos ou reunidos por Fernando Pessoa, seja na forma de manuscritos autógrafos, isolados ou integrados em documentos de terceiros, assinados ou não, de dactiloscritos ou tiposcritos, com ou sem intervenção autógrafa, assinados ou não, bem como todos os documentos biográficos de Fernando Pessoa ou que registem as suas técnicas e hábitos, assinados ou não, seja qual for o acabamento do texto ou textos neles contidos, e os documentos impressos que se reconheça terem pertencido à sua biblioteca e ostentem marcas autógrafas de utilização.<sup>40</sup>

O marco legal também define que “o espólio de Fernando Pessoa é designado como tesouro nacional.<sup>41</sup> Os manuscritos de um modo geral, e, não há motivos em vista para excluir os manuscritos pessoais, já eram considerados como bens culturais em concordância com a Lei do Património Português (Lei n. 13/1985) que os enquadra na sua alínea (c) do ponto 2 no

<sup>39</sup> Ver Elio Lodolini (2013, p.21).

<sup>40</sup> Cf, República Portuguesa (2009, p.6313).

<sup>41</sup> Ver República Portuguesa (2009).

seu artigo 8º. Nota-se, entretanto, que os termos “manuscritos”/“*manuscripts*”, “papéis de família”/“*family papers*” “coleções de manuscritos”/“*manuscript collections*”, “papéis pessoais”/“*personal papers*” e “manuscritos privados”/“*private manuscripts*” têm sido utilizados para referir-se aos arquivos de pessoas.

O termo “espólio”, no caso em tela, é restrito ao território português, e, portanto, é uma expressão local para designar os restos dos arquivos de escritores, músicos e autores que foram destacados, reconhecidos e/ou que são representativos para a sociedade. Essa representatividade pode ser decorrente de um *status* social a partir de uma linhagem familiar tradicional e/ou nobre, ou, por destaque numa determinada atividade com notoriedade pública, ou mais ainda: por ter legado bens ou obras que representam ou significam algo a ser preservado. Entretanto, originalmente o termo “espólio” denomina aquilo que será dividido (por exemplo, divisão entre os herdeiros de um patrimônio) ou ainda aquilo que é objeto da partilha a ser partido e repartido conforme os interesses na arena das disputas. O termo “espólio” corresponde também ao saque e a pilhagem. De uma maneira geral essa expressão oculta ou encobre os verdadeiros objetos que estão sendo referidos, isto é, os arquivos de pessoas e, em se tratando da CFP: os arquivos de Pessoa(s).

É notável que ainda em 2005 as normas portuguesas definam “espólio” com conceitos arcaicos como “papéis pessoais”/“*private papers*” que por sua vez remontam ao século XIX, quando nem sequer era reconhecido um valor histórico e cultural para os arquivos pessoais. Por outro lado, no mundo anglófono, o termo “*archival manuscripts*”<sup>42</sup> constitui um avanço terminológico, porque ao menos já se reconhece a natureza arquivística desses documentos e por isso optou-se aqui pelo termo “arquivos manuscritos”.

Em alguma medida o entendimento do espólio também oculta os arquivos de Pessoa(s) como reflexo de um autor plural, porque sua estreiteza não permite compreender os “outros Eus” de Pessoa como criações ligadas a determinados contextos históricos, sociais, psicológicos e políticos, e, não apenas a conteúdos variantes como aponta o anti-funcional “Quadro Classificativo [...] de espólios literários, orientador da distribuição dos documentos pelo inventário, que os organiza em [...] I. Manuscrito do autor: 1.Poesia;2.Prosa. 3.Teatro; 4.Música (Partituras); 5.Desenhos; 6.Adaptações; 7.Traduições; 8.Edições; 9.Vária”<sup>43</sup>:

Como entender integralmente o texto *Ultimatum* publicado em Portugal Futurista (1917) sem considerar os contextos da Europa naquele tempo? A abordagem dos espólios se

<sup>42</sup> Ver Wendy Duff e Kent Haworth (1990).

<sup>43</sup> Cf. Fátima Lopes (2007, p.54)



assemelha a das coleções temáticas, que agrupa os documentos sem contextualizá-los e identificar seus tipos, espécies, qualidades e sem respeitar princípios arquivísticos.

A ideia do arquivo como espólio também está associado à arca do espólio que é definida nos seguintes termos:

A penúltima fotografia incluída no livro de Maria José de Lancastre, “Fernando Pessoa. Uma fotobiografia.” (Lisboa, IN-CM 1981), ostenta a legenda “A Arca dos Inéditos”. Vê-se na imagem a arca, com a tampa aberta cheia de envelopes e tendo por pano de fundo uma estante preenchida de livros. É a última imagem autêntica da linha biográfica do volume, já que a fotografia derradeira em absoluto é a reprodução de um óleo de Costa Pinheiro. [...] De acordo com a memória de Maria Aliete Galhóz, que teve oportunidade de estudar esse espólio antes de a Biblioteca Nacional o ter acolhido, a arca albergava, “primitivamente sacos de papel e embrulhos atados com cordéis, contendo-se os escritos num primeiro delineamento de classificação e tendo escrito por fora de seu punho [ie, de Pessoa], o teor dos conteúdos as vezes titulado outras vezes não.” (Galhóz, 1993:216). Por outro testemunho, que procura apresentar um objeto complexo no momento que se inicia a inventariação do espólio pessoano, depreende-se que a palavra “arca” se pode referir a três recipientes diferenciados do espólio do autor: 1. uma arca de grande dimensão, contendo 91 envelopes numerados; 2. uma mala pequena onde se encontravam 25 pacotes (22 numerados e sendo os outros três um saco de plástico, uma pasta de cartão e um embrulho); 3. 25 envelopes numerados, guardados num armário.<sup>44</sup>

O verbete dedicado à arca menciona o papel, sacos, espólio citado três vezes no verbete, cordéis, embrulhos, pasta, envelopes, pacotes, mala e recipiente. O termo “arquivo” não é mencionado, apesar de estar implícito no termo “papel”/paper.

Contudo, a Gestão do ACPC da BNP, que é a repartição responsável pela custódia da maior parte do chamado “Espólio Pessoano” registrou em uma obra dedicada aos 25 anos de serviços prestados aos espólios: “Construção das letras, porque é de espólios de escritores que falamos e aí se espera encontrar uma ou mais versões das suas obras literárias e testemunhos do seu processo de criação. Mas um arquivo deste tipo é na realidade bem mais complexo.”<sup>45</sup>

Ora, nessa sentença há o reconhecimento explícito de que espólio é um tipo de arquivo, mas que na verdade se trata de um termo que está a ser usado para encobrir ou fazer uma referência sob o manto de uma palavra mais palatável ao termo “arquivo”. Ao eclipsar o entendimento direto dos arquivos de Pessoa(s), também se eclipsa a percepção da relevância dos arquivos para a sociedade, e, principalmente se desvaloriza a materialidade da literatura e a possibilidade de resgatar o sentido original dos documentos.

<sup>44</sup> Cf. Fernando Martins (2010, p.55).

<sup>45</sup> Cf. Fátima Lopes (2007, p.52)



Nesse sentido os arquivos possuem o mesmo aspecto de objetos da cultura material, não apenas fisicamente, mas em termos de significado também, pois para entender um objeto, assim como um arquivo, é preciso considerar a rede de inter-relacionamentos com demais artefatos, materiais impressos, pessoas e espaços de produção cultural onde é possível agenciar ideias, significados e memórias<sup>46</sup>.

Não é por coincidência que os arquivos e a arca de inéditos de Pessoa tem sido um objeto de disputas no campo das ideias e interpretações, principalmente no campo dos Estudos Pessoaanos. Nesse campo encontra-se a descrição da arca a partir dos seguintes atributos: a) o físico como objeto visível; b) o psíquico como sobrevivência de ideias; c) o espiritual como depósito de arcanos e segredos de uma tradição cabalística<sup>47</sup>. Essa abordagem não contribui para a discussão sobre a natureza objetiva e o uso pragmático do objeto, mas reforça a mistificação fetichista sobre o artefato. Por isso, é preciso considerar o entendimento literal sobre esse objeto real e o seu uso instrumental como um receptáculo para o acondicionamento e armazenamento de um arquivo pessoal, constituído como decorrência das práticas de um sujeito que não era apenas escritor e que também estava inserido num contexto histórico-social.

Há documentos no dito “espólio pessoano” alocados na categoria dos arquivos, dentre os quais estão a seguir o título e a quantidade de peças: Imagens - 45000; Documentos – 27 543; Envelopes – 343;<sup>48</sup>. Consideram-se arquivos manuscritos pessoanos a soma dos autógrafos, dos mistos, dos cadernos e todo documento cuja superfície tenha a presença da marca da grafia de Pessoa. Muitos desses papéis estavam arquivados numa arca descrita da seguinte maneira:

A arca, um caixote de madeira castanho-vermelha com fechadura discreta e pés delicados, vendida em leilão (em 13/11/2008) por herdeiros de Teca, durante décadas serviu de adorno à sala de visita da casa da família.[...] Papéis usa de muitas cores: azul claro, branco, cor-de-rosa, sépia. Em parte manuscritos e em parte datilografados (em fitas azuis, pretas, roxas, verdes e vermelhas).[...] usa pedaços de jornais, faturas comerciais, papel timbrado de firmas que trabalha ou “de cópia”, folhas de calendário, costas de envelopes já utilizados, “o verso de uma carta”, espaços em branco de outros textos, por vezes sem assinatura ou incompletos; e apaga o excesso de tinta com um “mata-borrão branco sujo” que fica “por sobre a grande idade as secretária inclinada.” Esse móvel, pequeno e simples na Rua Coelho da Rocha, ficava à direita da porta do quarto – segundo me confirmou Antônio Manassés, que lá

<sup>46</sup> Ver Steven Lubar (1999).

<sup>47</sup> Ver Pedro Mota (1990).

<sup>48</sup> Ver Cavalcanti Filho (2012).



ia quase diariamente nos seus últimos anos, e está hoje na Casa Fernando Pessoa[...]<sup>49</sup>

No documento intitulado “Plano de Vida”, Pessoa assinala a intenção de residir numa casa com mais espaço para o arranjo dos arquivos: “[...] arrumar todos os meus papéis e livros na devida ordem, substituir a minha caixa grande [a arca] por caixas pequenas.”<sup>50</sup> A carta de Pessoa datada um mês antes de seu falecimento, precisamente em 10 de outubro de 1935 revela em que medida o escritor português deixou organizada a sua documentação: “Posso dizer-te que já terminei a arrumação preliminar de cerca de três quintos de todos os numerosos (oh, quão numerosos) papéis; assim sendo, não falta muito para acabar”<sup>51</sup>.

Consequentemente, Fernando Pessoa (1888-1935) produziu e acumulou seus documentos em decorrência de práticas culturais cotidianas como a escrita, a leitura silenciosa individual das próprias anotações, a reescrita de poesias, a releitura de seus rascunhos teóricos e principalmente o arquivamento de seus manuscritos para uso futuro em relação a essas mesmas atividades. É preciso salientar que o levantamento de todas as atividades de Pessoa é imprescindível para o tratamento documental, pois os tipos documentais são determinados com base funcional. Igualmente indispensável é o histórico da cadeia de custódia desses documentos, sobretudo a partir do momento em que o arquivo pessoal se tornou um fundo fechado. Além disso, os contextos de produção, uso, recepção, acumulação e emissão de documentos também são relevantes para as práticas de descrição com vistas a representar os documentos de maneira precisa. Essa aceção encontra fundamento na arquivologia na qual “[...]a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia e métodos próprios da arquivologia, que objetiva a produção de conhecimento sobre os arquivos e o acesso[...]<sup>52</sup>

É certo que a arca faz parte da história custodial, que por sua vez, é um ponto relevante dentre outros que devem ser abordados na descrição arquivística, porém a arca não era o único recipiente de guarda e organização dos arquivos de Pessoa(s). O conjunto extrapola o objeto da arca de modo que documentos foram encontrados em uma mala, em sacos de papel, embrulhos e pacotes. No caso do subconjunto dos arquivos manuscritos Pessoa foi produtor desses documentos. Contudo, Pessoa também recebeu e acumulou muitos documentos como correspondências íntimas e documentos oficiais de diferentes tipos e espécies nos quais também anotou. Entender a complexidade de materiais e contextos é parte

<sup>49</sup> Cf Cavalcanti Filho (2012, p.108-110)

<sup>50</sup> Cf Cavalcanti Filho (2012, p.110)

<sup>51</sup> Cf Cavalcanti Filho (2012, p.110)

<sup>52</sup> Cf Lucia Velloso de Oliveira (2012, p.16)



do tratamento documental, pois a descrição depende do “[...] conhecimento sobre quem foi o produtor do arquivo e seus papéis na sociedade, [...] suas funções sociais, até o consequente entendimento do enredamento entre os registros que produziu e acumulou [...]”.<sup>53</sup>

No sentido de apresentar uma alternativa arquivisticamente embasada ao entendimento de espólio, são apontadas a seguir algumas das razões funcionais compulsórias reesponsáveis pela sedimentação documentária de registros inter-relacionados: a) Instrumentalizar as próprias ações: seja nos tempos presentes da vida de Pessoa ou dos futuros que o autor vislumbrava a partir desses tempos presentes. Os arquivos foram incontornáveis para as práticas cotidianas na esfera íntima ou social, pois os arquivos são recursos fundamentais para tomar decisões e dar continuidade aos trabalhos e projetos nos diversos domínios da vida de Pessoa (por exemplo: comerciais, comunicativos, sociais, financeiros, cidadânicos, políticos, religiosos, e administrativos). b) Instrumentalizar as ações no domínio literário: na função de escritor, os arquivos serviam para Pessoa como base material pelo menos para as seguintes atividades: combinar e recombinaer extratos de textos, recorrer aos documentos como fontes de inspiração artística, servir como referência para criação de novas teorias, consolidar os escritos e compor um material para experimentação da escrita sobre variadas temáticas abordadas por meio de diversas formas, gêneros e estilos. No caso de Pessoa, fica patente que não é possível dissociar os materiais utilizados no domínio literário dos outros suportes (por exemplo, há manuscritos encontrados no verso de formulários de firmas que no inventário estão sem datação, mas que podem ser aferidas por meio da análise desses documentos administrativos); c) Cumprir com as obrigações: o valor probatório e o valor contábil dos arquivos permitiam que Pessoa pudesse cumprir com seus deveres legais e prestar contas sobre as atividades; d) Fazer valer os direitos: era com base nos arquivos como provas que Pessoa poderia reivindicar ou usufruir de seus direitos como cidadão e também como autor; e) Preservar as fontes para um uso a posteriori: os documentos que foram preservados e protegidos por ele próprio possuem vários usos potenciais como investigar, inspirar, emocionar e executar outras práticas que não foram previstas inicialmente. Se Pessoa não tivesse preservado seus arquivos, não teria compreensão da própria obra e, conseqüentemente, não conseguiria avançar em projetos literários.

A arca de Pessoa era o repositório desses arquivos e não encerrava à totalidade dos documentos, mas possuía a natureza funcional de um instrumento de experimentação no

---

<sup>53</sup> Cf Lucia Velloso de Oliveira (2012, p.16)



contexto de um laboratório de produção de escrita. A ordem original imposta aos arquivos da arca também possuiu um aspecto editorial, uma vez que:

Não se trata afinal de papéis avulsos, sem princípio de ordem, e a ordenação arquivística do autor aproxima-os de uma ideia de reunião que caracteriza os volumes. [...] Pessoa legou-nos uma obra principalmente contida num arquivo, cujo suporte, o papel, como na imagem da arca, remete para outra realidade, a do livro.[...] A própria revisão do texto em Pessoa, que em nenhum caso o poeta considerou estar concluída, apela à necessidade de pensar conjuntamente os planos estético e editorial. Como escreve a propósito do Livro do Desassossego, este exigiria, no final dos anos 20, uma nova “organização”, baseada “numa escolha, rígida quanto possível, dos trechos variadamente existentes”, adaptando-os à “vera psychologia” de Bernardo Soares<sup>54</sup>

A ordenação de Pessoa corresponde na teoria arquivística à ordem original do produtor. Isto posto, é preciso considerar que Pessoa tenha organizado os conjuntos documentais segundo a própria lógica. Dentre os documentos do que constitui o arquivo de Pessoa, sabe-se que há um significativo número de correspondências que atualmente encontram-se dispersos nas coleções. No contexto de sua função profissional, Fernando Pessoa (1888-1935) defendeu as boas práticas de organização dessa espécie documental da seguinte maneira:

A organização dos arquivos [...] é um dos pontos mais importantes da organização interna de qualquer escritório, seja industrial ou comercial. [...] O arquivo de correspondência divide-se, pois, em duas partes — a que deve ser disposta e organizada para fácil consulta imediata; e a que deve estar convenientemente arrumada para consulta pouco morosa em qualquer ocasião. Já tratámos da disposição da correspondência recente, quando estudámos — foi o segundo problema nesta matéria — o “processo material de arquivo”. Resta agora que tratemos do arquivo permanente da correspondência e das suas relações com o arquivo corrente. A grande maioria das casas estabelece o arquivo permanente da correspondência por classificação cronológica [...] A nosso ver — e nisto somos coerentes com tudo quanto aqui temos exposto: o arquivo permanente de correspondência deve obedecer a princípios idênticos aos do arquivo corrente.<sup>55</sup>

A acumulação dos arquivos de Pessoa(s) não se difere dos outros conjuntos de arquivos, o que inclui não só papéis, mas também outros suportes e gêneros de documentos. Entende-se essa constituição natural dos documentos de arquivo a partir da perspectiva dos Arquivos Totais, o que em termos práticos sinaliza que os arquivos, os livros que constituem a biblioteca privada e os artefatos pessoais que usualmente encontra-se em museus são um todo orgânico intelectualmente indissociável.

<sup>54</sup> Cf. Pedro Sepúlveda (2014, p.57-74)

<sup>55</sup> Cf. Fernando Pessoa (1928, p.121-125)



Os elementos desse arquivo-total são como as antigas tésseras que refletem os modos de vida do indivíduo inscritos em objetos utilizados na relação do mesmo com a sociedade e intimamente consigo, fazendo sentido somente quando contextualizados. Desse modo os arquivos manuscritos têm uma inter-relação direta com as práticas de Pessoa. Nesse enfoque as superfícies dos documentos são espaços e lugares de experiências artísticas em um ambiente de experimentos, análises, avaliações, seleções, produções, combinações e recombinações. Essas operações incluem as notas nos livros que fazem, em tese, parte dos Arquivos Totais de Pessoa, mas que, entretanto, estão fragmentadas na Biblioteca Pessoal da CFP. Conseqüentemente os arquivos de Pessoa(s) incluem livros, contratos, marginalias, registros, selos, autógrafos, diários pessoais, documentos epistolares, cartas-astrais, estudos, cartas de amor e outros objetos de uso particular que refletem a vida do produtor/acumulador. É peremptório frisar que as marginalias da Biblioteca Particular da CFP são também manuscritos intelectualmente indissociáveis das outras partes do fundo fechado de Pessoa.

Ao refletir-se sobre a ordem original da documentação pessoana e os fragmentos encontrados nos espólios da CFP e da BNP, constatou-se que ocorreu uma violação do princípio da ordem original, que acarretou o desmantelamento dos vínculos entre os documentos, o extravio de peças documentais (por exemplo, os livros desaparecidos), e a perda do sentido original do arquivo enquanto conjunto. Ao observarem-se os inventários e as organizações dos espólios, não se encontram séries documentais tipológicas ou classificação arquivística, mas há ou agrupamentos temáticos como "Política", "Religião", "Ocultismo", e que mantêm as peças funcionalmente apartadas. Nota-se que as intervenções no acervo não observaram o princípio de respeito aos fundos e a classificação arquivística ou uma serialização tipológica, portanto, não preservaram a sequência funcional decorrente das atividades de Pessoa.

A perspectiva do entendimento do arquivo como espólio não impede que esse modelo possa ampliar-se para uma abordagem multidisciplinar que inclua diversas contribuições como as práticas de descrição arquivística. Isso significaria minimamente o seguinte: a identificação das espécies, dos gêneros, dos formatos e dos tipos documentais; a apuração das formas ou da tradição documental; o levantamento das datas tópicas e crônicas; a reconstituição da história custodial; o mapeamento dos eventos ou ocorrências associados à produção e uso dos arquivos; a inserção de descritores/metadados para preservação da autenticidade dos originais; a recuperação dos contextos de criação, utilização, acumulação; a leitura de manuscritos com grafias difíceis através da paleografia contemporânea e preservação das relações orgânicas dos subconjuntos documentais.



Os arquivos de Pessoa(s) deveriam, se o entendimento de espólio fosse ajustado ou revogado tendo em vista contribuições arquivísticas, e, se os princípios arquivísticos fossem observados, ser reconstituídos através de um plano de classificação do fundo fechado que outrora existiu, e cuja definição pode ser a seguinte: “um conjunto de arquivos ao qual não se irão juntar mais documentos, como é o caso, por razões evidentes, do arquivo de uma pessoa falecida”.<sup>56</sup> Entretanto, o que poderia ser um fundo fechado de arquivo, foi convertido em espólios fragmentados e dispersos em pelo menos sete núcleos de custódia: 1) A Coleção de José Paulo Cavalcanti Filho no Brasil; 2) A parte ainda restante da herança da Instituição Familiar de Manuela Nogueira em Portugal; 3) A Coleção Gerald Yorke do Instituto Warburg da Escola de Estudos Avançados da Universidade de Londres (Inglaterra); 4) A parte restante da herança da Instituição Familiar de Miguel Rosa em Portugal; 5) O dito “Espólio” do Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional em Portugal; 6) A Coleção da Universidade Brown nos Estados Unidos; e, 7) O Acervo da Casa Fernando Pessoa em Lisboa (Portugal).

Dentre todos os núcleos é o ACPC da BNP que concentra a maior parte dos arquivos de Fernando Pessoa (1888-1935). Em concordância com esta responsabilidade, o ACPC da BNP restringe ou não permite o acesso aos arquivos manuscritos de Pessoa por razões óbvias de preservação do material. A BNP, por meio da Seção de Coleções Especiais, faculta aquisição das cópias dos arquivos digitalizados sem que, no entanto, as peças documentais no formato digitalizado tragam consigo os metadados decorrentes da descrição arquivística. Essas cópias dos arquivos digitalizados totalizam 64.0017 itens alocados em 760 pastas ocupando 78,8 GB de memória de disco rígido. Para ter acesso a essa documentação é preciso fazer-se uma requisição sujeita a um termo adequado e ter condições econômicas de adquirir um HD externo. Também é preciso dispor de recursos de conhecimento e tempo para ler item por item que já é uma tarefa desafiadora para os investigadores acadêmicos, e, portanto não é compatível com a realidade da maioria da população portuguesa. Urge salientar que do ponto de vista técnico não há impedimentos para que a BNP realize a descrição, a difusão<sup>57</sup> e a mediação cultural desses documentos.

Uma vez que o acesso facultado aos arquivos manuscritos de Pessoa é economicamente e intelectualmente restritivo, e está condicionado apenas àqueles que possam adquirir um HD externo para receber mais de 64.000 cópias de arquivos digitalizados prontos

---

<sup>56</sup> Cf. Jean-Yves Rosseau; Carol Couture (1998, p. 92).

<sup>57</sup> O conceito de difusão adotado corresponde a seguinte definição: processo cujo objeto é a informação emitida com o objetivo último da acessibilidade via produtos e serviços, tais como publicação de instrumentos de pesquisa on-line, curadoria digital de acervos, homepage institucional e webdifusão nas redes sociais.



a serem lidos um-a-um sem descrição. A BNP desconsidera a maioria dos contribuintes que por sua vez não dispõe de tempo e recursos para financiar, requerer e percorrer milhares de páginas sem descrição.

Existem, de fato, pessoas que estão dispostas a tal tarefa, contudo, esse é o perfil de uma pequena elite intelectual, limitada ao público acadêmico como registra a Gestão dos Espólios do ACPC da BNP:

Quando estes arquivos passam para o nosso lado, é certo que, mais cedo ou mais tarde, há um investigador que vai precisar de saber aquilo que, afinal contém. E não foi para isso que os adquirimos? [...]No percurso que estes “papéis” percorrem entre a casa em quem porventura tomaram forma e o momento em que estão acessíveis à comunidade científica várias mãos interferem.<sup>58</sup>

É nesse contexto que ocorre a elitização daquilo que é de domínio público que poderia/deveria ser usufruído por todos, e que existe para todos. A BNP segue na contramão da democracia e da democratização como eixos da mediação cultural, pois não adota proativamente uma dinâmica aproximativa para com a sociedade. Não condiz com a missão da CFP e da BNP ignorar as populações marginalizadas como os ciganos, as comunidades de baixa renda (em Portugal, sobretudo, a população rural, as pessoas idosas pensionistas e populações negras), lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, pessoas moradoras de rua, comunidades de refugiados e analfabetos por opção cultural ou determinação social.

Isso não é uma questão menor, porque as instituições públicas de custódia deveriam, ao menos em teoria, condizer com os atributos do Estado Democrático de Direito. Portanto, considera-se que o privilégio de atendimento aos acadêmicos não é compatível com uma instituição democrática.

Tendo em vista que os serviços de uma instituição de custódia de documentos arquivísticos não se esgotam no arquivamento e na abertura de portas, para que apenas uns pouquíssimos privilegiados tenham acesso ao patrimônio público, financiado por todos, é razoável defender o encadeamento entre as funções arquivísticas, que no caso em tela iniciam na função de aquisição conforme o Quadro 1:

---

<sup>58</sup> Cf. Fátima Lopes (2007, p.53-68)



**Quadro 1** – Correspondência entre o papel cultural do arquivo público, as funções arquivísticas, serviços e processos arquivísticos no contexto dos fundos fechados Fernando Pessoa (1888-1935)

<b>Papel Cultural</b>	<b>Funções arquivísticas</b>	<b>Serviços e Processos</b>
Formação do Patrimônio Arquivístico Cultural <sup>59</sup>	Aquisição;	Negociação de aquisições; Licitações; Normatização para doadores de fundos; Inventariamento dos documentos ou fundos doados; Controle de entrada de documentos em fundos por via extraordinária; Elaboração dos termos de aquisição ou doação;
Tratamento Técnico do Patrimônio Arquivístico Cultural	Arranjo; Descrição; Gestão;	Gestão de documentos eletrônicos digitalizados; Gestão de documentos por meio de <i>software</i> ( <i>Nuxeo</i> ); Arquivamento; Recebimento de caixas; Gerenciamento de caixas armazenadas e empréstimos de dossiês; Identificação dos conjuntos documentais, funções, subfunções e atividades; Identificação das tipologias documentais; Codificação; Mapeamento Topográfico; Controle dos documentos a serem recolhidos; Gestão de acervos por meio de <i>software</i> ; Identificação dos conjuntos documentais, funções, subfunções e atividades; Identificação das tipologias documentais; Codificação; Serialização; Elaboração do Plano de Classificação; Mapeamento Topográfico; Ordenação; Identificação dos Fundos de Arquivo; Aplicação de normas de descrição; Elaboração de Instrumentos de Pesquisa; Elaboração do Quadro de Arranjo.
Comunicação do Patrimônio Arquivístico Cultural	Difusão.	Digitalização; Curadoria digital; Elaboração de Instrumentos de pesquisa <i>on-line</i> ; Difusão de informação via <i>Homepage</i> institucional; Acessibilização de

<sup>59</sup> Ver Luiz Antonio Santana da Silva e Telma Campanha de Carvalho Madio (2012).

		informações arquivísticas por meio de bancos de dados e plataformas digitais; Microfilmagem; Prestação de serviços reprográficos; Ações comunicativas e de promoção institucional; Estudos de usuários; Difusão via <i>softwares</i> livres ( <i>ICA-ATOM, Archon, Sepiades</i> ); Difusão via Web 2.0 ( <i>blogs, sites wikis, folksonomia<sup>60</sup>, tags, mashup, RSS, Googledocs, Flickr, Last.fm</i> ), Difusão via Web 3.0 (conteúdos sem navegador, inteligência artificial, web semântica, Web 3D.)
Mediação do Patrimônio Arquivístico Cultural	Função Cultural.	Mediação Cultural; Mediação da Informação; Mediação do Conhecimento; Planejamento, execução e controle de projetos culturais; Ação educativa; Práticas de Educação Patrimonial; Prestação de serviços de apoio cultural; Prestação de serviços educativos; Prestação de serviços de referência; Estudos de públicos.
Preservação do Patrimônio Arquivístico Cultural	Preservação; Conservação; Restauração.	Higienização; Armazenamento; Acondicionamento; Diagnóstico; Desinfestação; Tratamentos mecânicos e/ou químicos; Controle do ambiente, do transporte, do manuseio e da exposição dos documentos; Intervenções mecânicas, estruturais, estéticas e/ou químicas de restauro; Migração e emulação de documentos eletrônicos com softwares e/ou hardwares obsoletos; Preservação da autenticidade e integridade dos documentos digitais via <i>softwares</i> ( <i>Archivematica, ArchivesSpace</i> ).

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Taiguara Aldabalde (2015).

<sup>60</sup> Taxonomia espontânea feita em colaboração de usuários.



O encandeamento dessas funções arquivísticas é relevante, porque o dito “Espólio Pessoano” da BNP influencia o entendimento da CFP sobre o seu próprio acervo. O espólio é resultado de um arranjo que não observa o Princípio da Integridade<sup>61</sup> dos arquivos de Pessoa(s). E por isso foi permitida a adição indevida de documentos, o recolhimento do fundo mutilado, disperso e alienado. Isso porque o desdobramento de se entender os arquivos como espólio resulta na inobservância do Princípio da Proveniência que impacta na preservação da integridade, essa por sua vez é derivada do respeito aos fundos. Num entendimento sob o viés do espólio é permissível haver mesclas entre arquivos pessoanos e aqueles documentos produzidos por terceiros (por exemplo, os pesquisadores). O respeito à proveniência aplicado metodologicamente poderia evitar a presença e confusão de documentos entre produtores diferentes no mesmo conjunto documental. Arquivisticamente tratados, os documentos de estanhos não estariam no chamado “espólio” e nem embutidos nas cópias digitalizadas fornecidas pela BNP.

Além de adições indevidas, o entendimento de espólio dá margem para fragilidades no controle descritivo dos documentos, e, portanto, também ocorre que há documentos do produtor que oficialmente deveriam constar no dito “espólio” e podem não estar nele. Esse é o caso de algumas peças documentais relativas ao Dossiê Crowley-Pessoa que foi reunido com objetivo de agrupar todos os registros que se inscrevem no âmbito da relação estabelecida entre Fernando Pessoa (1888-1935) e Aleister Crowley (1875-1947). Antes de tratar-se da questão da dispersão do acervo no caso deste dossiê é cabível indagar: Mas quem foi Crowley?

Aleister Crowley (1875-1947) é descrito como herdeiro rico em Londres, mago inglês, homem mundano, alpinista nas montanhas mais altas de Caracórum, espião para British Intelligence em Nova Iorque, estudante em Cambridge, ocultista, boêmio em Paris, iogue no antigo Ceilão, praticante de magias sexuais, profeta de uma religião própria na Sicília, pintor em Berlin, personagem extrovertida, poeta, escritor de poemas satíricos contra Mussolini intitulados *Songs for Italy*, excelente jogador de xadrez, membro de ordens secretas, viajante incansável, personalidade célebre e marginal, ao mesmo tempo, que manteve relações estreitas com Auguste Rodin, Aldous Huxley e outras personagens históricas das artes no mundo.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Ver Heloísa Bellotto (2002, p.21).

<sup>62</sup> Ver Steffen Dix (2009).



Sobre uma incompatibilidade diz-se: “Se juntarmos a esta vida agitada a sua extensa e intensa atividade bissexual, o consumo de drogas e a permanente convivência com várias mulheres, temos que concluir que quase não pode haver personalidades mais diferentes.”<sup>63</sup> Há documentos que evidenciam que Crowley teve o intuito de estabelecer suas ordens em Portugal através de Pessoa e inclusive Crowley foi culpado pela morte de Pessoa segundo o escritor contemporâneo Raul Leal que a ambos conhecia. Os documentos do Dossiê Crowley-Pessoa são relevantes, porque são imprescindíveis para compreender determinadas peças da produção literária de Pessoa, dentre as quais uma novela policial baseada no encontro com Crowley no dia 2 de setembro de 1930 em Lisboa. Apesar do Instituto Warburg da Escola de Estudos Avançados da Universidade de Londres (Inglaterra) custodiar arquivos referentes a isso, é notável que “nenhum dos documentos que se referem à correspondência entre Pessoa e Crowley ou aos fragmentos com o título *The Mouth of Hell* está catalogado no espólio oficial da Biblioteca Nacional. Encontram-se ainda na posse na família do poeta [...]”<sup>64</sup>

Sobre as posses ou heranças da família de Pessoa e sua venda ao Estado, é preciso recordar que no dia 13 de novembro de 2008 ocorreu um leilão de documentos remanescentes do arquivo de Pessoa com o valor de venda total previsto pela P4 Photography para mais de 400.000,00 euros<sup>65</sup>, e dentre os 70 lotes destacou-se o Dossiê Pessoa-Crowley avaliado em 50.000,00 euros. Tendo em vista que a BNP comprou o dossiê e que essa soma é investimento no tesouro nacional, o interesse pela metodologia arquivística pode ser visto como política de controle do patrimônio documental de interesse do Estado Português. Não se sabe exatamente o valor monetário atribuído a todo o espólio pessoano, entretanto, no mercado de manuscritos um acervo pode chegar a milhões de euros. As cartas íntimas, fotografias e manuscritos de Marcel Proust foram vendidos por 1.2 milhões de euros<sup>66</sup>. Os arquivos pessoais de Henry Dundas foram comprados por 1.35 milhões de libras pelo Arquivo Nacional da Escócia<sup>67</sup>. Um único documento pode ultrapassar dois milhões de reais e esse é o caso da licença de casamento de Napoleão e Josefina que foi vendida por 437.500 euros<sup>68</sup>.

---

<sup>63</sup> Cf Steffen Dix (2009,p.46-47).

<sup>64</sup> Ver Steffen Dix (2009).

<sup>65</sup> Ver Lusa - Agência de Notícias de Portugal (2008).

<sup>66</sup> Ver 20 Minutes avec agences (2016).

<sup>67</sup> Ver Mark McLaughlin (2012).

<sup>68</sup> Ver La Tribune (2014).



Logo, considerando essas questões relativas à gestão e aos valores dos arquivos, e, em particular em relação ao estabelecimento de padrões arquivísticos bem instituídos, não se considera remota a possibilidade de que faltem documentos no que se chama por “espólio” na BNP, pois há correspondências íntimas e outros tipos de documentos que são possivelmente estão ainda na posse dos herdeiros. Entende-se aqui que seria necessário verificar se os herdeiros transmitiram completamente todos os arquivos referentes ao Dossiê Crowley-Pessoa, pois a BNP não possui instrumental arquivístico para verificar, controlar e auditar os documentos que eram discriminados antes, durante e depois das transações. Também não há notícias de que conste nos registros transacionais a discriminação de um levantamento prévio e póstumo da aquisição. Vale destacar que a aquisição é uma das funções arquivísticas estabelecidas junto às demais, isto é: a produção, a classificação, a avaliação, a descrição, o arranjo, a preservação e a difusão.

O entendimento dos arquivos de Pessoa(s) como espólio impactou não apenas o processamento arquivístico como também nos procedimentos técnicos como a digitalização dos arquivos. Essa foi realizada por pastas codificadas contrariando o fundamento mais básico da arquivística de que “[...]os arquivos são extensões das entidades ou pessoas que os acumularam; que por isso mesmo assumem fisionomia própria e exclusiva; e que têm no contexto, e não no conteúdo, o mais importante elemento para sua classificação.”<sup>69</sup>

Entender por espólio aquilo que é na verdade arquivo, influencia também as responsabilidades dos custodiadores, pois há diminuição dos cuidados em função do entendimento colecionista no qual os documentos não precisam ser necessariamente descritos no sentido de preservar sua autenticidade e controlar a fidedignidade. Essas qualidades são ainda mais frágeis, e, portanto, mais dignas de atenção, quando a digitalização não é acompanhada por uma metodologia arquivística.

É notável que a oração “Está tudo na Internet.” tenha sido recorrentemente recitada entre os funcionários tanto da CFP quanto da BNP. A repetição da frase que pareceu um mantra não se sustenta quando se verifica no dia de hoje que apenas 40 itens estão disponibilizados com tratamento no dito “Espólio Pessoano”. Ainda que as cópias digitais estivessem acessíveis via *web*, isso não poderia, a ponto de comprometer a própria razão de ser da instituição, servir como forma de justificar o abandono dos arquivos originais ou transferir responsabilidades aos pesquisadores.

---

<sup>69</sup> Cf Ana Maria de Almeida Camargo (2012, p7).



Pode-se presumir que, pelo menos em alguma medida, a tendência da digitalização dos arquivos, pode vir a ser acompanhada pela sensação de perda da responsabilidade legal pela custódia dos mesmos. Aliada a essa ideia está o senso comum de que o suporte digital é substitutivo do original. Nesse sentido destaca-se a estratégia da Custódia Distribuída ou Pós-Custódia<sup>70</sup> adotada pelos arquivos australianos sendo admissível no caso em tela já que os arquivos pessoais foram divididos em, ao menos, sete núcleos de coleções distintas já enumeradas.

Contudo, a distribuição de custódia e a adoção de estratégias pós-custodiais não significam a redução de responsabilidades dos protetores legais dos documentos. Uma das dimensões de atuação dos custodiadores é a pluralização dos arquivos<sup>71</sup> para além da memória organizacional ou individual no sentido de atender as necessidades das pessoas e comunidades marginalizadas. Nesse contexto parte-se da premissa que o tratamento arquivístico não se esgota no arquivamento e que a exploração faz parte de outra esfera dimensional do universo arquivístico que parte de pluralizar os arquivos<sup>72</sup>.

Frente à cedência de um pós-custodialismo reducionista é preciso salientar o perigo dos danos irreversíveis ao patrimônio público causado pelas práticas dessas ideias atreladas ao *lobby* dos arquivos apenas enquanto informações, descuidando da materialidade. Esse tipo de abordagem aplicada aos arquivos de Pessoa(s) poderia significar, na prática, o total descaso com os originais, o que por sua vez implicaria em subestimar o valor probatório, do valor científico e dos valores culturais desses documentos materialmente fixados. E com base em quê? Somente a partir duma premissa irrazoável de que no ambiente eletrônico é possível cumprir incumbências sem assumir as responsabilidades pela custódia? Observamos duas inconsistências nessa premissa de um pós-custodialismo reducionista: a primeira é ética e a segunda é técnica. A primeira corresponde em aceitar a substituição do patrimônio documental pela informação digital, sem levar em conta o valor insubstituível dos originais, tanto para efeito de prova, quanto como fonte privilegiada de pesquisa científica. Isso corresponde ao ferimento da ética arquivística no mínimo nos seguintes pontos:

2. Arquivistas devem avaliar, selecionar e manter o material de arquivo em seu contexto histórico, legal e administrativo, assim observando o princípio da proveniência, preservando e tornando evidentes os vínculos originais dos documentos. [...]
3. Arquivistas devem proteger a autenticidade dos documentos durante o processamento arquivístico, a preservação e o uso. [...]
- 10 Arquivistas devem promover a preservação e o uso do patrimônio

---

<sup>70</sup> Ver Allen Kent (2002).

<sup>71</sup> Ver Sue McKemmish (2017).

<sup>72</sup> Ver Yvon Lemay (2015).



documental mundial, através do trabalho cooperativo com os membros de sua e de outras profissões.<sup>73</sup>

Indo ao encontro desse código de ética, é possível encontrar uma noção geral que embasa esses pontos: “Os arquivistas são, pois, guardiões da verdade ou, da prova sobre cuja base pode afirmar-se a verdade.”<sup>74</sup>

A segunda inconsistência de um pós-custodialismo reducionista é de ordem técnica, pois mesmo que os arquivos fossem todos digitalizados, migrando para um ambiente eletrônico, ainda assim esses arquivos teriam uma materialidade dependente da manutenção de suportes tecnológicos, em que se registram os documentos, do encadeamento da custódia, de cuidados e de tratamento para preservar a integridade, autenticidade, fidedignidade e para que os arquivos não sejam adulterados ou corrompidos ao decorrer dos usos. Portanto, além da falta de consciência arquivística, essa segunda inconsistência é também um sinal de escassez no conhecimento da natureza dos arquivos digitais e da própria informática. Não é por acaso que a ênfase na informação é considerada anti-arquivística<sup>75</sup> e isso é válido para um pós-custodialismo reducionista que privilegia a informação virtual em detrimento da real. Assim, teoricamente aqui se defende a posição de que a questão principal não é a custódia, mas o estabelecimento de políticas e procedimentos que garantam a gestão dos arquivos de acordo com padrões bem estabelecidos<sup>76</sup>. Sendo assim, mesmo que a CFP não seja a principal instituição custodiadora dos arquivos de Pessoa(s) sua responsabilidade não decresce, pois se houver consciência sobre a origem de seus documentos, no que deveria ser um fundo fechado, e, a especificidade do material de arquivo fosse levada em conta, então a CFP deve encaminhar-se para programar uma política arquivística na instituição.

Um desses modelos se encontra no campo da descrição, e é a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A inobservância da ISAD(G), por exemplo, impacta também na difusão dos arquivos manuscritos pela Internet, pois a CFP é capaz de manter a sua plataforma virtual em interoperabilidade com o software ICA-ATON, e a BNP poderia ter disponibilizado os 28 cadernos anotados através do *Open Source Archival Description Software*, mas não se encontram descrições que possam representar com integridade os documentos. Os usuários têm de visualizar página por página para alcançar aquilo que buscam. Os formatos de dados são densos e um equipamento rápido é necessário, porque o tamanho do documento

<sup>73</sup> Cf International Council on Archives (1996, tradução dos autores, p.1-3).

<sup>74</sup> Cf Theodore Shellenberg (2006, p.359).

<sup>75</sup> Ver Elio Lodolini (2013).

<sup>76</sup> Ver Allen Kent (2002).



digitalizado possui alta densidade de resolução e por isso o seu processamento tende a ser moroso.

Entender os arquivos de Pessoa(s) como espólio impacta não apenas no tratamento, mas também difusão do material, inclusive na difusão científica decorrente da exploração do valor cognitivo desses documentos. A utilização dos documentos pelos pesquisadores é recorrente, mas as referências não são precisas quanto ao procedimento metodológico adequado para remeter à documentação arquivística. Por um lado se faz a seguinte referência: “Existe, no espólio, um texto de crítica a Orpheu I, seguramente saído da pena de Pessoa fingindo ser um jornalista português [...] Espólio pessoano na B.N. 87-43 e 44.”<sup>77</sup> Por outro, na seção “Cartas de Fernando Pessoa” consta uma carta assinada por Mario de Sá Carneiro com os seguintes apontamentos:

12 Set[embro] 1914 Meu Querido Amigo Portanto como hoje você não apareceu – na segunda-feira espero-o no mesmo local. Por outra espere-me você até às 6 horas; se até ai eu não aparecer você pode-se ir embora. Mas espere-me até as 6 horas. O seu Mário de Sá Carneiro. [...]No arquivo de Pessoa conserva-se apenas uma cópia dactilografada desta carta. [...]98.115.Anexo – 148r. O original deste postal não se encontra no arquivo.[...]<sup>78</sup>

Observa-se então que uns mantêm o termo “espólio” fazendo referência a BNP ao passo que outros remetem ao “arquivo de Pessoa”. Isso evidencia que há um impacto desse entendimento para os mediadores do conhecimento e para a exploração do valor cognitivo, mas quiçá de outros valores. E nesse sentido é preciso levar em conta que a CFP enquanto espaço de mediação cultural, não se reduz apenas a um espaço dedicado a comunidade acadêmica, mas está a atuar com a exploração de diversos valores na direção do conceito da exploração cujos elementos destacam-se: a identidade, a emoção, a dialética, a materialidade e a capacidade de arquivo para produzir um efeito potencial<sup>79</sup>.

Tendo em vista que a representação arquivística é potencialmente a matriz de todas as outras representações decorrentes da exploração de valores dos bens culturais, uma intervenção arquivística poderia vir a recuperar o sentido original dos arquivos, ainda que a separação física das peças documentais fosse irreversível, contribuindo assim para uma exploração, difusão e mediação cultural que valorizassem as interligações entre os documentos numa lógica conjuntural. Por exemplo: um plano de classificação poderia vir a ser uma fonte para representações artísticas que buscassem valorizar a estética da

<sup>77</sup> Cf Teresa Rita Lopes (2016, p.420).

<sup>78</sup> Ricardo Vasconcelos e Jerônimo Pizarro (2015, p.281-p.594).

<sup>79</sup> Cf Yvon Lemay (2015, p.297).



interconectividade entre os documentos. Por conseguinte, ausências de representações arquivísticas impactam, ao menos potencialmente, no próprio sentido e nos significados das demais representações dos arquivos manuscritos de Pessoa, inclusive das representações que serão objetos da próxima seção.

Considerando tudo o que foi apontado constata-se que o entendimento dos arquivos de Pessoa(s) como espólio, levou a faltas deliberadas no tratamento documental, e isso na prática é uma forma de confisco e de ocultamento da documentação. Entretanto, a mediação cultural pode vir a ser um processo de luta contra esses óbices através das estratégias de democratização e democracia cultural. Ora, se o tratamento da maior parte do espólio ficou a cabo do ACPC da BNP, que como foi exposto apresenta um perfil institucional incompatível com um arquivo e com uma instituição proativa em relação à democratização cultural, logo o papel da CFP centra-se em mediar o legado de Fernando Pessoa (1888-1935) e com isso torna-se possível democratizar o patrimônio documental.

Objetivando conhecer de que forma os arquivos manuscritos ocultados tem chegado ao público buscou-se inferir o peso dessas representações e identificar as práticas como espaços onde essas representações estiveram presentes. A seguir apresentam-se os resultados quantitativos e qualitativos.

## **5 As representações dos arquivos manuscritos na Casa Fernando Pessoa.**

A partir da perspectiva da rua para a fachada do edifício da CFP é possível observar as representações do arquivo manuscrito de Pessoa em grandes letras cursivas a simular a grafia do poeta: “[...] Se a ciência é vida, sábio é só o néscio [...]”. O arquivo original representado possui doze versos datados de 20 de fevereiro de 1928 sob o heterônimo de Ricardo Reis foi datilografado e também manuscrito por Fernando Pessoa (1888-1935). Essa única peça documental deu origem ao projeto “Casa-Poema” que permeia a superfície da CFP. Adentrando a casa, logo após o átrio, no chão há outra representação de um manuscrito de Pessoa: um mapa astral. É possível observar diretamente a presença das representações dos arquivos manuscritos pessoanos em exposições patentes na CFP durante no percurso de, pelo menos, dez ambientes diferentes e integrados.

No primeiro andar da CFP encontra-se uma loja onde se comercializam produtos institucionais, há uma prateleira reservada às edições passadas que foram produzidas pela própria casa-museu e que se encontram, na maioria, disponíveis para aquisição pelo valor democrático de um euro. Também há produtos de origem externa que em sua maior parte são

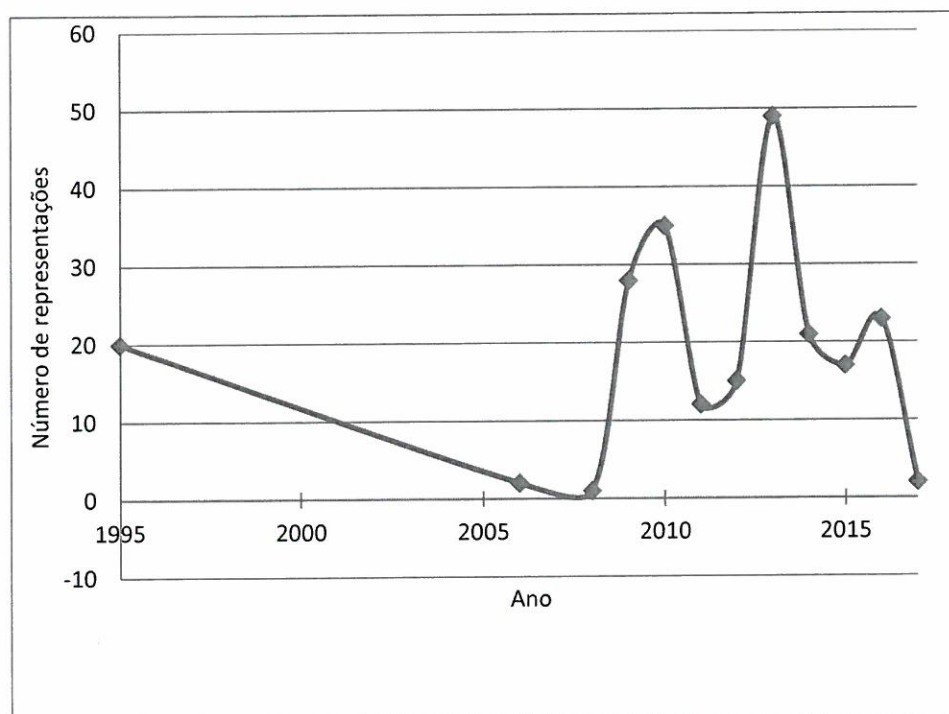


publicações de livros. Também se acham produtos fonográficos, audiovisuais, objetos de decoração, materiais de escritório, material escolar, acessórios, roupas, utensílios e artesanato. Todos os produtos foram selecionados e se centram na figura histórica de Pessoa, no entanto, há produtos que incluem a exploração dos arquivos manuscritos pessoais. Esses foram utilizados como fontes de pesquisa, principalmente quando retratavam as exposições outrora patentes na CFP ou atividades relacionadas com a casa-museu.

O quarto andar da CFP é ocupado pelos funcionários ligados à gestão e junto aos gabinetes de trabalho estão os documentos administrativos dentre os quais se destacam os dossiês de projetos, os programas, as fotografias e os dossiês de eventos. Essa documentação constitui a principal base empírica a partir da qual os resultados foram obtidos.

A análise dos produtos, dos ambientes da CFP e da documentação administrativa permitiu identificar um total de 225 representações de arquivos manuscritos pessoais. A distribuição quantitativa por ano, pode ser verificado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Série temporal das representações dos arquivos manuscritos presentes nas práticas, ambientes e produtos da Casa Fernando Pessoa em números absolutos por ano (1995-2017)

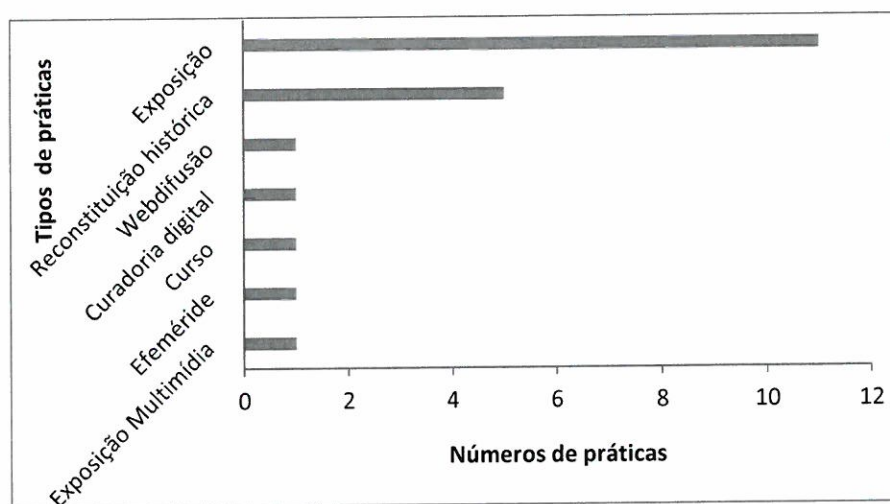


**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em comunicados, dossiês de projetos, catálogos de exposições, *folders*, programas, planos de ação, fotografias, relatórios, livros, *homepage* institucional e observação direta dos ambientes da Casa Fernando Pessoa.



Todas estas representações foram mediadas no contexto das práticas relacionadas com o programa cultural da Casa Fernando Pessoa. As mediações ocorreram em determinados momentos, em espaços e determinadas práticas programadas. Identificou-se o total de 22 práticas sistematizadas por tipo no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Série tipológica de práticas com a presença das representações dos arquivos manuscritos em números absolutos (1995-2017)



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em comunicados, dossiês de projetos, catálogos de exposições, *folders*, programas, planos de ação, fotografias, relatórios, livros, *homepage* institucional e observação direta dos ambientes da Casa Fernando Pessoa.

Em se tratando das representações fac-similares à materialidade é lastreada pela exploração dos valores afetivos dos arquivos manuscritos, isto é, não apenas pela imitação da anatomia da espécie ou tipo documental, mas principalmente pelo uso do poder de provocar a sensação nos sujeitos de que, o documento é real e histórico. Isso é possível, pois as representações fac-similares fixam elementos extrínsecos ao suporte que remete a ideia do que seja um arquivo manuscrito histórico (por exemplo, a cor amarelada do papel que confere um aspecto envelhecido, a caligrafia, a assinatura e a datação de uma época). No quarto de Pessoa há uma arca que está em exposição na CFP simulando o objeto usado para arquivar os escritos do poeta. É possível visualizar as representações fac-similares na arca através da Figura 1:

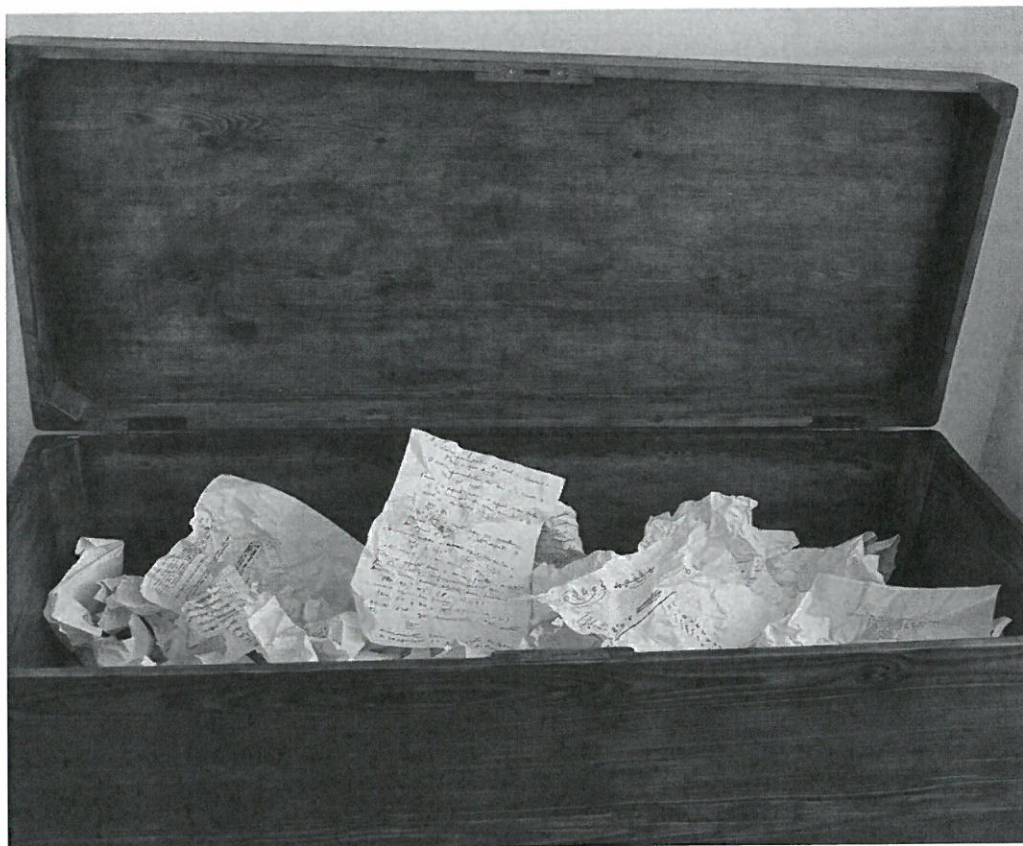


Figura 1 – Representações fac-similares na réplica da arca de Fernando Pessoa. Fonte: Fotografia do autor (2016).

A reconstituição do quarto de Fernando Pessoa (1888-1935) é o projeto mais antigo da casa-museu. A primeira reconstituição histórica do quarto de Pessoa ocorreu em 1994 e a exposição é permanente e sofreu modificações ao longo do tempo. A reconstituição dos quartos dos “outros-eus” de Pessoa pode ser localizada entre uma exposição museal, uma montagem cenográfica e uma manifestação de uma museografia das ideias, e particularmente sobre como as ideias circulam e se materializam através de representações. Foram encontradas representações dos arquivos manuscritos nas seguintes reconstituições históricas organizadas por ordem cronológica de lançamento: Quarto de Alberto Caieiro (2009), Quarto de Ricardo Reis (2010), Quarto de Bernardo Soares (2011), Quarto "Ode Marítima" de Álvaro de Campos (2012) e Quarto de Raphael Badaya (2013).

No contexto da reconstituição dos quartos onde “os outros-eus” de Pessoa coabitaram com o autor no plano das ideias, é que a pluralidade da autoria pessoana pode ser manifestada mediante as referências literárias aos seus heterónimos, a partir das quais a casa-museu remonta espaços de exposição que dão um sentido de veracidade e/ou verossimilhança a esses

autores fictícios. Nesse caso, as representações fac-similares resultam diretamente da exploração do valor formal/configuração dos arquivos manuscritos de Pessoa, a fim de validar um espaço e conferir uma realidade que existe apenas no plano da literatura. Através da materialidade dessas representações é que o visitante passa a poder vir a sentir uma sensação de tangibilidade do universo literário. Um exemplo disso é a carta escrita por Fernando Pessoa datada de 20 de setembro de 1929 para Álvaro de Campos (um de seus heterónimos) tratando sobre o próprio Pessoa. Essa carta foi representada conforme a Figura 2:

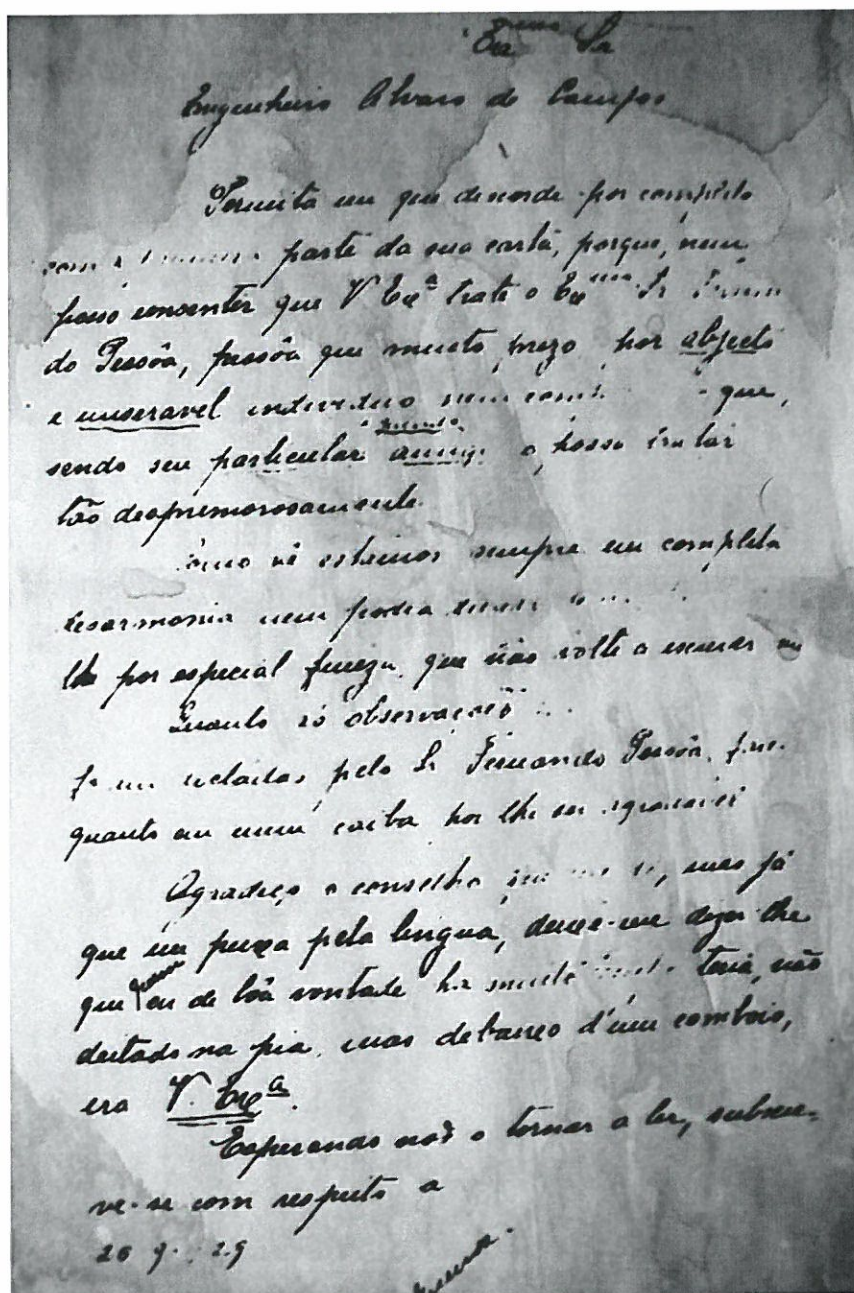


Figura 2: Representação da carta para Álvaro de Campos tratando sobre Fernando Pessoa Fonte: Fotografia do autor (2017).

Estas representações não são tratadas apenas como meras reproduções de arquivos manuscritos, porque estão a reforçar e validar um ambiente reconstituído como se fosse um lugar objetivamente histórico, quando na verdade são espaços ficcionalmente condicionados. Os documentos de Álvaro de Campos possuem um efeito potencial ao leitor de Pessoa que está a visitar a casa-museu associando o valor emotivo do manuscrito pessoano ao cognitivo. Nesse sentido a exploração do valor emotivo dos arquivos pessoais remonta ao século XVII quando recitais autobiográficos como ode Guillaume le Maréchal (1145-1219) surgem no modelo de Confissões de Santo Agostino ocupando um lugar nos espaços públicos. Atualmente o poder da emoção do arquivo tem sido usado com fins comerciais, educativos, lúdicos, comemorativos, artísticos, de promoção institucional, regional ou nacional<sup>80</sup>.

No caso da CFP os "outros-eus" de Pessoa foram reconstituídos em ambiências como se fossem personagens históricas que habitaram um quarto da casa-museu. As representações fac-similares foram alocadas como se fossem verdadeiras próteses ou extensões reais de pessoas, a fim de conferir materialidade ao que está nos domínios literários de Pessoa.

O contexto museal lastreado numa realidade ficcional é singular, pois não se tem conhecimento de outra casa-museu a operar dentro de um discurso legitimador da realidade histórica, onde o público sabe de antemão que se trata de artefatos produzidos a partir da literatura, de modo que é possível desfrutar da sensação de que a ficção pode aproximar da realidade, porque está mais tangível e o material se encontra em conformidade com o tempo, o lugar e as circunstâncias de onde teriam emergido.

As representações fac-similares são, em resumo, simulacros de arquivos manuscritos recontextualizados em ambiências museais criadas através de reconstituições históricas que representam o discurso ficcional sobre e dos "outros-eus" de Pessoa. Os heterónimos pessoanos somam um total de 136 autores fictícios e foram criados para contradizer Pessoa, exorcizar medos, ansiedades e incertezas e que estão a desempenhar um papel em um conjunto na obra.

Já num outro campo de significação estão as representações artísticas que podem revelar a perspectiva do artista sobre os arquivos manuscritos, pois os documentos são representados a partir de uma lógica artística interpretativa e particular decorrente da exploração dos valores formais/estéticos dos documentos. As representações artísticas

---

<sup>80</sup> Ver Françoise Hiraux (2013).



remetem a uma ontologia do visível, pois se estabelecem como uma inscrição de um tipo de registro decorrente do processo de se tornar algo visível.<sup>81</sup>

É nesse encadeamento que os arquivos manuscritos são feitos visíveis através da representação artística e que, por sua vez, são o objeto mediado numa exposição que é: "[...]uma das mediações privilegiadas entre um conjunto de documentos (museográficos, arquivísticos ou bibliográficos) e que supõe certos recortes e certas escolhas, cujos objetivos principais devem ser o de “inspirar, surpreender e educar”.<sup>82</sup>

No caso da CFP, as exposições de arte destacam-se como uma forma de complemento à poesia, no contexto em que dentre as atribuições institucionais, está o estímulo à poesia. Encontrou-se a presença das representações dos arquivos manuscritos de Pessoa nas seguintes exposições: “Um quarto de página” (1995), “Os lugares de Pessoa” (2008 –patente), “A Casa Poema” (2009 –patente), “Agrimensor de Metáforas” (2009), “A devolução da alma” (2009), “Pessoa, o bairro e o barro” (2012), “O Mistério das Cousas/ Desassossego” (2012), Pessoa-Astrólogo (2013), “Poemas Manuscritos” (2013), “Autopsicografia – desassossego da imagem e da palavra: Pessoa / Voves” (2013) e “Nós, os de Orpheu” (2015-patente).

Os arquivos de Pessoa(s) foram trazidos ao visível, assim como outros objetos retratados no processo artístico. As representações assumiram aspectos variados como a presença das letras em formas cursivas como um sinal da caligrafia, a assinatura ou a marca de Pessoa, e, isso ocorre principalmente nas pinturas e desenhos. Dentre as artes plásticas destacou-se a caracterização do tipo documental cartas de amor.<sup>83</sup> A exploração estética/formal das cartas de amor emitidas por Fernando Pessoa (1888-1935) para Ophelia Queiroz (1902 - 1991), exploram o potencial criativo e o valor emotivo dos documentos. Diferentemente das representações fac-similares, as artísticas enfocam aquilo que pode ser aprazível a contemplar-se, vide as três esculturas em argila coloridas de Tereza Cortez (2009) com dimensões de 9x12x13cm. (Figura 3):

---

<sup>81</sup> Ver Maurice Merleau-Ponty (1993).

<sup>82</sup> Cf. Georgete Medleg Rodrigues e Angelica Cunha Marques (2005, p.4).

<sup>83</sup> Ver Lucia Velloso de Oliveira (2013).

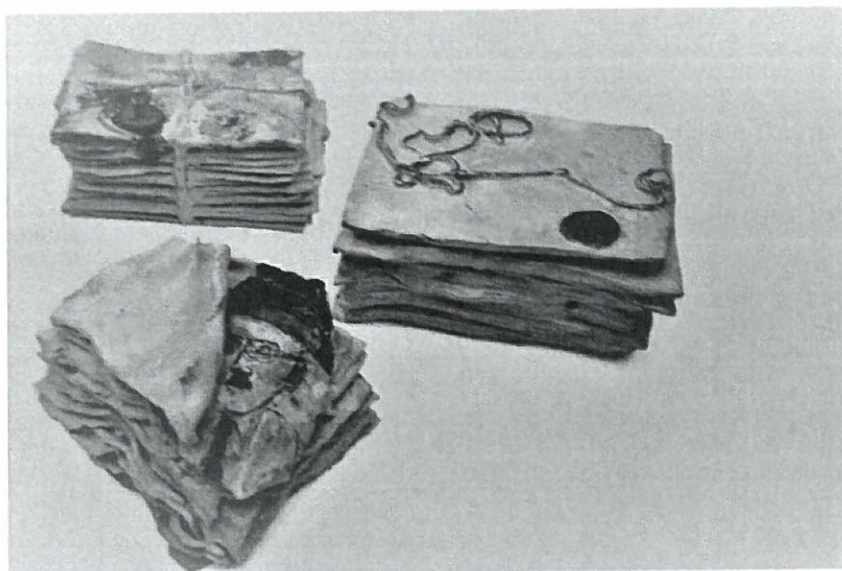


Figura 3 – Representações artísticas: cartas de amor de Pessoa para Ofélia por Tereza Cortez (2009). Fonte: Foto do autor de uma imagem do livro de exposição publicado pela Casa Fernando Pessoa (2011).

Tendo como foco principal a exploração do valor cognitivo para fruição intelectual, as representações gráficas reproduzem os arquivos manuscritos no espaço do material impresso a partir de uma produção editorial que, portanto, inclui as artes gráficas materializadas nos livros. As representações gráficas foram identificadas principalmente como imagens gráficas dos arquivos manuscritos de Pessoa cuja extensão é, em geral, demarcada pela reprodução integral ou parcial dos documentos de arquivo.

Em que pese os produtos editoriais da CFP, encontrou-se as representações gráficas com a evidência da exploração dos arquivos manuscritos com destaque para a colaboração entre a CFP e a editora Boca no livro-CD bilingue intitulado “Nós, os de “Orpheu”/We, the “Orpheu” lot” publicado em 2015.

Apesar de não serem considerados para o resultado quantitativo, porque sua produção não é decorrente das atividades da CFP, há produtos culturais que estão a ser ofertados na loja institucional. Dentre esses produtos distinguem-se pela exploração dos arquivos manuscritos as publicações da Tinta da China Edições, Grupo Leya, Parceria A. M. Pereira, Verso Kapa, Porto Editora e Texto Editora.

Também estão incluídos na cadeia produtiva da economia da cultura os seguintes parceiros da CFP na indústria editorial: Editora Boca, Assírio & Alvim, Publicações Dom Quixote, Editor Contexto, P.E.N. Clube Português, Editor Presença, Quetzal Editores, Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, Imprensa Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa, Editorial Teorema, Alfragude, Editora Salamandra, Centro de

Linguística da Universidade de Lisboa, Cacém, Texto Editora, Fréon (Bruxelas), Só Volume, Departamento de Cultura, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e Pelouro da Cultura.

É numa exterioridade que busca impactar a percepção visual que as representações visuais são aqui entendidas. Tendo em vista o espaço da CFP, as representações visuais dos arquivos manuscritos foram centradas em uma exposição multimídia denominada "Sonhatório / Dreamatorium" (2013 – patente). Nesse caso o uso de recursos tecnológicos de armazenamento, processamento e de projeção de imagens visuais é imprescindível para a recepção destas representações. Neste contexto a proposta caminha para o entretenimento educativo e para a experimentação da impressão visual dos manuscritos. É possível observar as representações projetadas sincronicamente sob um aspecto luminoso que ao final forma uma composição. Essa composição é gradual e é disparada a partir do reconhecimento automático da entrada do visitante na Câmara do "Sonhatório / Dreamatorium" (Figura 4), quando então há projeções contínuas de manuscrito/autógrafos de Pessoa que se sobrepõem luminosamente a partir do projetor de imagens:

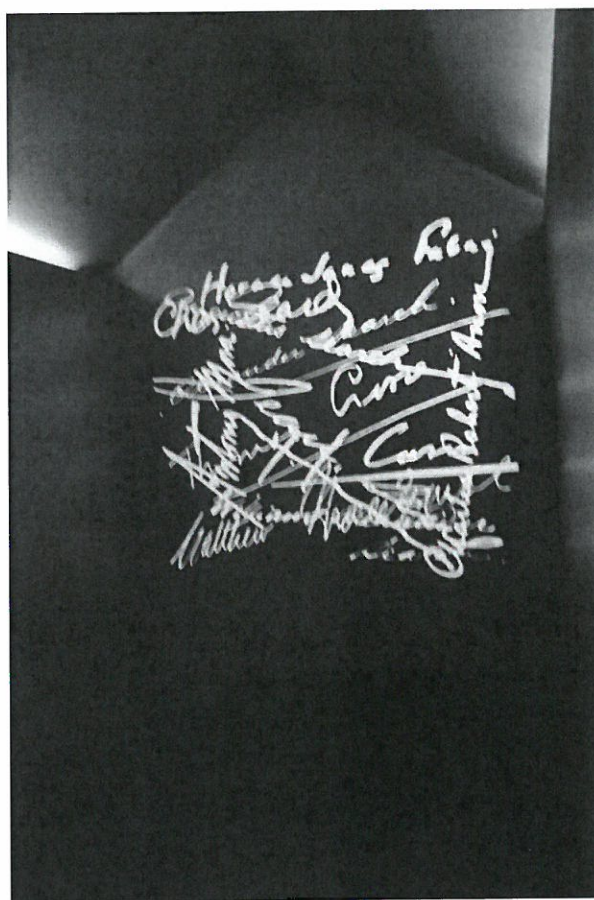


Figura 4 – Câmara do Sonhatório/Dreamatorium (2013).  
Fonte: Fotografia do autor (2016).

Estabelecidas a partir da exploração do valor pragmático as representações digitais são cópias que substituem os documentos apenas na sua leitura superficial, porque eles não mantêm vínculos autênticos com o original, não possuem a materialidade do arquivo manuscrito e são facilmente manipuláveis. Até certo ponto, as representações digitais emulam os documentos e podem ser compreendidas como um formato digital da documentação capturada por meio tecnológicos que devem ser tratados por meio de metadados.

As representações digitais do original estão associadas aos conteúdos resultantes da cópia e as questões essenciais de preservação desses conteúdos dizem respeito às ferramentas e as configurações tecnológicas<sup>84</sup>. Nesse sentido a Biblioteca Digital da Casa Fernando Pessoa (BDCFP) lançada em 2010, vem tornando os conteúdos acessíveis. Ocorre que a BDCFP desempenha o papel de uma sala de leitura em um site institucional e mantém um padrão emissivo de transmissão. Essa ênfase na emissão pode levar a um descuido com a interatividade. Além disso, considerando a curadoria digital é preciso considerar requisitos mínimos como a preservação da autenticidade dos documentos que são marcados pelas mãos da escrita de Pessoa. Desse modo, ressalta-se que a CFP deve ter em conta que a BDCFP poderia vir a somar projetos como o Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego da Universidade de Coimbra, no sentido de cooperar com uma iniciativa de descrição colaborativa a fim de reconstruir os vínculos entre as partes do fundo fechado de Pessoa em custódia distribuída entre núcleos custodiadores.

Dado o aspecto quantitativo do público, acredita-se que as representações digitais são aquelas com o maior potencial para atingir um grande número de público tendo em vista milhões de internautas on-line na web. Nessa direção as representações digitais também foram verificadas no perfil institucional da CFP nas redes sociais, e, nesse caso, a sua exploração culmina num marketing via webdifusão das respectivas atividades. Dentro do contexto das redes sociais a representação digital é uma representação de outra representação, porque ela é utilizada como uma imagem para atrair a atenção dos internautas interessados em uma atividade relacionada com práticas que muitas vezes remetem, por exemplo, às representações artísticas. Assim o espaço da Internet pode tornar as práticas culturais visíveis no ambiente digital interconectado e o público das redes sociais (ou internautas) pode vir a ser o público das atividades culturais e educativas.

Dentre os tipos de práticas desenvolvidas na CFP, ressalta-se que há predominado as exposições e isso é natural, porque o espaço de uma casa-museu como a CFP é,

---

<sup>84</sup> Ver Jean-Michel Rodes, Geneviève Piejut e Emmanuelle Plas (2003, p.33).



essencialmente, aquele onde os visitantes possuem a expectativa de ver algo. O serviço educativo exerceu um papel relevante no âmbito das exposições e de outras atividades e os serviços da biblioteca da CFP convergiram com o serviço educativo, harmonizando o desfrute do valor formal/estético, emotivo e cognitivo. Nesse sentido destacou-se o tipo "curso" e, neste caso, o curso "Introdução à Astrologia de Fernando Pessoa" (2012-2013), pois no âmbito da prática ocorreu a exploração do valor cognitivo dos arquivos manuscritos com ênfase nas notas, cálculos e mapas astrológicos de Pessoa que não deixaram de ser um deleite estético possível ao público.

A prática "Espólio(s) Pessoa" (2016), não foi numericamente e qualitativamente considerada, pois não foi possível medir a quantidade de representações utilizadas. No entanto, esta prática é uma das mais relevantes para a CFP no contexto da mediação cultural, pois permitiu a exploração de inéditos pessoanos. Isso significou que a CFP exerceu a democratização cultural no seu papel de mediadora. Isso pode ser avaliado como substancial para a casa-museu, pois a própria mediação cultural é assinalada nos Cadernos da Escola do Museu do Louvre<sup>85</sup> como atividade fundamental aos museus, e isso não exclui as casas-museus principalmente aquelas mais próximas dos públicos na esfera da municipalidade.

Por fim, em se tratando de práticas mediação cultural com representação dos arquivos manuscritos nota-se que houve valorização e exploração do material arquivístico. A valorização significou, objetivamente, a mediação no contexto de práticas educativas e culturais para fruição dos valores cognitivos, estéticos/formais e emotivos. A exploração foi decorrente da pluralização do uso dos arquivos de Pessoa(s) inclusive para fins comerciais das editoras, empreendimentos culturais, artísticos e institucionais tanto da CFP quanto de suas parcerias. No caso da CFP é possível afirmar que a exploração está em mais concentrada em práticas que resultam em produtos da indústria editorial.

Por fim é preciso recordar que a CFP é um lugar de convergência de materiais de arquivo, de biblioteca e de museu, e que mantém um vínculo com o setor privado, particularmente com as indústrias culturais e criativas e em especial com o setor editorial, que esteve presente em catálogos, os quais foram produzidos para registrar as exposições e também em coletâneas de poesia, congressos, eventos e livros sobre Fernando Pessoa (1888-1935).

---

<sup>85</sup> Ver Claire Merleau-Ponty (2015).



## 6 Considerações finais

Conclui-se que o entendimento de espólio tem sido aplicado como forma de encobertar os artefatos materiais que realmente são tratados pela CFP: os arquivos de Pessoa(s). Os desdobramentos deste entendimento que alocou os arquivos na categoria de espólio são os seguintes: a condescendência com a dispersão do acervo; o acomodamento com o colecionismo; a fragmentação do acervo; as mesclas com arquivos de proveniências distintas resultantes de adições indevidas ao conjunto documental; um descontrole sobre a preservação da autenticidade dos arquivos; a falta de representações arquivísticas e vínculos funcionais entre os registros; a descontextualização das peças documentais; a atomização no domínio das Letras; a tematização do arquivo em detrimento da descrição arquivística; a desarticulação entre coleções particulares e públicas; a destituição de padrões de organização metodológica compatíveis com um fundo fechado de arquivo; e por fim, uma difusão incongruente com o sentido original dos arquivos de Pessoa(s).

Localiza-se a Casa Fernando Pessoa como lugar de convergência entre materiais de museus, arquivos e bibliotecas ao mesmo tempo em que ali não se reestabeleceram as interligações orgânicas entre a parte do acervo depositado na casa-museu com as demais partes dispersas em instituições de custódia e coleções privadas.

A adoção do termo “espólio” impactou o tratamento documental pela própria ausência de representações arquivísticas. Essas, por sua vez, podem ser consideradas como as matrizes das demais. Isso empobreceu as atividades da CFP, de modo que a compreensão limitada da constituição do acervo da casa-museu reduz o benefício das práticas de mediação cultural, pois se deixou de se fazer conhecer os *arquivos totais* de Pessoa como as fontes primárias daquilo que se media no espaço da casa-museu. A CFP perdeu a oportunidade de introduzir os cidadãos no universo arquivístico do qual os mesmos dependem para fazer valer seus direitos, cumprir suas obrigações, afirmar suas identidades e reforçar os sentimentos de pertença a uma coletividade.

Constata-se que CFP, mesmo sem *práxis* arquivística, tem contribuído, pelo menos em certa medida, para a democratização das representações dos arquivos manuscritos através de práticas de difusão e mediação cultural. Foram identificadas as seguintes categorias de representação: representações gráficas, digitais, visuais, fac-similares e artísticas. O resultado quantitativo total dessas representações corresponde ao número de 225 representações. Identificou-se a ocorrência de 22 práticas distribuídas nos seguintes tipos: recriações



históricas, exposições, exposição multimídia, o curso, a efeméride, a webdifusão e a curadoria digital.

No plano das possibilidades, os resultados aqui expostos podem servir como quadro referencial para possíveis comparações, iniciativas, análises, avaliações, planejamentos e decisões no sentido do aperfeiçoamento das práticas institucionais com o material de arquivo. Pressupõe-se que pelo menos as seguintes instituições podem ter interesses na mediação cultural com arquivos: as casas-museu; os empreendimentos de editoração e digitalização; os centros de memória; as bibliotecas; os centros de investigação; os aparelhos culturais; os centros de documentação; os museus; os empreendimentos culturais; as empresas de tecnologia da informação e da comunicação; os órgãos públicos ligados ao patrimônio; os centros culturais; as universidades, os coletivos de artistas, as câmaras municipais, as cooperativas e as associações de profissionais da informação, de historiadores, de antropólogos, de cientistas sociais, de arquivistas, de bibliotecários e de museólogos.

## Referências

20 MINUTES AVEC AGENCES. *Les documents intimes de Marcel Proust dispersés pour 1,24 million d'euros aux enchères*. Accueil:Culture. 01 de Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.20minutes.fr/culture/1857107-20160601-documents-intimes-marcel-proust-disperses-124-million-euros-encheres>> Acesso em: 03/01/2017.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, LUSA. *Espólio de Fernando Pessoa pode ultrapassar os 400.000 euros*. 08 de Nov. 2008. Público Comunicação Social. Disponível em: <[http://www.rtp.pt/noticias/cultura/espolio-de-fernando-pessoa-pode-ultrapassar-os-400000-euros\\_n167823](http://www.rtp.pt/noticias/cultura/espolio-de-fernando-pessoa-pode-ultrapassar-os-400000-euros_n167823)> Acesso em: 03/01/2017.

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon *et al.* *Archivos y Cultura: manual de dinamización*. Gijón: Ediciones Trea, 2001.

ASSOCIATION OF INDEPENDENT MUSEUMS; MUSEUMS ASSOCIATION; SOCIETY OF ARCHIVISTS. *A Code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom*. Standing conference on archives and museums. Assistance from: Council for Museums, Archives and Libraries. Third Edition, London, 2002. Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>> Acesso em: 15/09/2016.

BASTOS, Aurélio Wander, ARAÚJO, Rosalina Corrêa. *A legislação e a política de arquivo no Brasil*. Acervo, Rio de Janeiro: v.4/5, n.2/1, p.19-33, jul. 1989/jun.1990.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Espólio de Fernando Pessoa*. Inventário. (obra de referência não publicada disponível mediante consulta autorizada na Seção de Reservados). 1986.

BLANCO, José. *Pessoana*. 2 vol. Lisboa, Assírio & Alvim: 2008.

BLOOM, Harold. *El canon occidental: La escuela y los libros de todas las épocas*. trad. Damián Alou. Barcelona: Ed. Anagrama, 2005.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Volume 45 Fascículo 2. jul./dez. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, p.27-39, 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. À guisa de apresentação. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

CAMPOS, Álvaro de. Adaptação do texto de heterônimo de Fernando Pessoa publicado originalmente em separata na revista Portugal Futurista em 1917. In: BETHÂNIA, Maria. DVD *Dentro do Mar tem Rio*. Faixa 33. Texto: Ultimatum. Editora: Domínio Público. Rio de Janeiro, Gravadora Biscoito Fino. 2007.

CARVALHO, José. *Campo de Ourique: A Aldeia de Lisboa*. 2 vol. Lisboa, Quimera Editores: 2014.

CASA FERNANDO PESSOA. *Pessoa, o Bairro e o Barro – Cerâmica e Desenho de Tereza Cortez: uma exposição na Casa Fernando Pessoa*. Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa: 2011.

CASA FERNANDO PESSOA. “Nós, os de “Orpheu”/We, the “Orpheu” lot”. Edição bilíngue. Lisboa, Editora Boca: 2015.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. *Fernando Pessoa: uma quase-autobiografia*. A mais completa reconstituição da vida de Pessoa: as angústias, os amores, os heterônimos e a genialidade do maior poeta da língua portuguesa. Porto, Porto Editora: 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL (Coleção Memória e Sociedade), 2002.

CHARTIER, Roger. Defense et illustration de la notion de représentation, in: *Working Papers des Sonderforschungsbereiches*, v.640 n.2/2011. Berlim: Humboldt-Universität zu Berlin, 2011. Disponível em: <<http://edoc.hu-berlin.de/series/sfb-640-papers/2011-2/PDF/2.pdf>> Acesso em: 16/12/2016.

COOK, Terry. *An Archival Revolution: W. Kaye Lamb and the Transformation of the Archival Profession*. Archivaria: First International Conference on the History of Records and Archives (I-CHORA). Ottawa, n.60, p.185-234, 2005.

COUTURE, Carol et al. *Les fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.



DIX, Steffen. Um encontro impossível e um suicídio possível: Fernando Pessoa e Aleister Crowley. In: *Fernando Pessoa: o guardador de papéis*. Organização de Jerónimo Pizarro. 2 ed. Lisboa, Texto: 2009. p.39-81.

DUFF, Wendy; HAWORTH, Kent. The Reclamation of Archival Description: The Canadian Perspective. *Archivaria*. Ottawa, n.31, p.26-35, 1990.

EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ANIMAÇÃO CULTURAL. *Instrumentos de Gestão Provisional 2015*. Câmara de Lisboa. Lisboa: 2015. Disponível em: <[http://www.egeac.pt/wp/wp-content/uploads/2015/09/EGEAC\\_Instrumentos\\_de\\_Gest%C3%A3o-Previsional\\_2015.pdf](http://www.egeac.pt/wp/wp-content/uploads/2015/09/EGEAC_Instrumentos_de_Gest%C3%A3o-Previsional_2015.pdf)> Acesso em: 08 nov. 2016.

FAULKHEAD, Shannon; THORPE, Kristen. Dedication: Archives and Indigenous Communities. In: . In: GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew.(Org.). *Research in the Archival Multiverse*. Clayton, Monash University Publishing.: 2017. p.2-15.

GALHOZ, Maria Aliete. A fortuna editorial pessoana e seus problemas: o caso da poesia. In: SEABRA, José Augusto (coord.). *Mensagem*. Poemas Esotéricos. Edição Crítica. Madrid: Archivos, 1993. p 216-226.

GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew. Preface. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_.(Org.). *Research in the Archival Multiverse*. Clayton, Monash University Publishing: 2017.p.16-30.

GOMES, Luísa. Pessoa por descobrir. O homem interminável: Entre leilões polémicos e arcas por abrir, revelamos seis inéditos e a história do labiríntico Livro do Desassossego. Fernando Pessoa está aí para nos inquietar – felizmente. *Revista LER*. Lisboa, Círculo de Leitores: 2009. p.49.

HIRAUX, Françoise. Les archives personnelles, miroir des valeurs et des attentes de l'Occident. Une histoire culturelle et archivistique. In: \_\_\_\_\_; MIRGUET, Françoise. *Les archives personnelles*. Louvain, Academia-L'Harmattan: 2013.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Code of Ethics. General Assembly. Beijing: 1996. Disponível em [http://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_1996-09-06\\_code%20of%20ethics\\_EN.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_EN.pdf) Acesso em: 21/12/2016.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO. Normas de Inventário para Espólio Documental (Artes Plásticas e Artes Decorativas). Ministério da Cultura. Departamento de Patrimônio Imaterial. Lisboa. 2008.

JAMMET, Yves. La médiation au service des publics: les enjeux, les moyens, les expériences. L'action éducative et culturelle des Archives. *Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives?"*. Paris, La documentation Française: 2007.p.183-p.193.



KENT, Allen. *Encyclopedia of Library and Information Science: Volume 71 - Supplement 34*. Boca Raton, Florida, CRC Press, 2002.

LA TRIBUNE. *Le contrat de mariage de Napoléon et Joséphine s'envole à 440.000 euros*. 22 Set. de 2014. Disponível em:  
<<http://www.latribune.fr/actualites/economie/france/20140922trib6eedfd40c/le-contrat-de-mariage-de-napoleon-et-josephine-s-envole-a-440-000-euros.html>> Acesso em: 12/01/2017.

LEÃO, Isabel Ponce de; LIRA, Sérgio. Museu Agustina Bessa-Luís. In: I SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA. Volume 1, *Actas...* Porto, Edições da Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, p. 341-352, 2010.

LEMAY, Yvon. Comment valoriser ? Les options possibles et leurs implications. In: HIRAUX, Françoise, MIRGUET, Françoise (org). *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain, Academia-L'Harmattan:2012. p.65-85.

LEMAY, Yvon. Préparer aujourd'hui les voix de l'avenir. *Archivistes de 2030*. Réflexions prospectives. Louvain, Academia-L'Harmattan: 2015. p.285-304.

LODOLINI, Elio. *Archivistica*. Principi e problemi. 15 ed. Milano, Franco Angeli: 2013.

LOPES, Fátima. Como se trabalha no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. In: \_\_\_\_\_ (coord.) *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa. 2007.

LOPES, Teresa Rita. Orpheu em temo de guerra(s). In: VILA MAIOR, Dionísio; RITA, Annabela (org.). *100 Orpheu*. Lisboa, Edições Esgotadas: 2016. p.415-426.

LOPES, Teresa Rita. *Pessoa por conhecer: Roteiro para uma expedição*. Volume I. Lisboa, Editorial Estampa. 1990.

LOPES, Teresa Rita. *Fernando Pessoa et le Drame Symboliste: Héritage et Création*, 2ª ed., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian: 1985.

LUBAR, Steven. Information culture and the archival record. *The American Archivist*, v. 62, Chicago, Society of American Archivists: 1999. p. 10-22.

MAIRESSE, François. La médiation culturelle et la université. In: SERAIN, Fanny; VAYSSE, Patrice, CHAZOTTES; François; VAYSSE; CAILLET; Elisabeth. *La Médiation Culturelle: cinquième rou du carrosse*. Collection: Patrimoines & Sociétés. Paris: L'Harmattan. 2016.

MARTINS, Fernando. *Dicionário de Fernando Pessoa e do modernismo português*. Leya. São Paulo: 2010.

MCKEMMISH, Sue. Recordkeeping in the continuum: An Australian Tradition. In: GILLILAND, Anne; \_\_\_\_\_; LAU, Andrew.(Org.). *Research in the Archival Multiverse*. Clayton, Monash University Publishing.: 2017.



MCLAUGHLIN, Mark. Archive buys up Dundas 'jewels' History. The Press and Journal (Inverness). 04 Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.pressreader.com/uk/the-press-and-journal-inverness/20120704/281986079654307>> Acesso em: 03/01/2017.

MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. In: I FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, vol.1., 2010, Brasília. Anais.... Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%204%20-%20MENESES.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

MEIRELES, Maurício. Caixa com inéditos de Fernando Pessoa é encontrada na África do Sul. Jornal Folha de São Paulo. 16 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/01/1730006-caixa-com-ineditos-de-fernando-pessoa-e-pesquisa-sobre-poeta-e-achada.shtml>> Acesso em: 19/03/2016.

MERLEAU-PONTY, Claire. Vous avez dit médiation ?, *Les Cahiers de l'École du Louvre*, N.7, Paris, École du Louvre: 2015. Disponível em: <<http://cel.revues.org/293>> Acesso em: 14 jan. 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Eye and Mind. In: JOHNSON, Galen (Ed.). *The Merleau-Ponty Aesthetics Reader: Philosophy and Painting*. Evanston: Northwestern University Press. 1993. p. 121- 149.

MOTA, Pedro. "O testamento da Arca: O Templo", in: *Um século de Pessoa: Encontro internacional do centenário de Fernando Pessoa*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.: 1990, p.239-244.

NORMA PORTUGUESA 4041. *Norma Portuguesa de Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa, Instituto Português da Qualidade: 2005.

OLIVEIRA, Antonio Braz de. Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Porto Alegre, n.8, p.373-382, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PIZZARO, Jerónimo; FERRARI, Patricio. Apresentação. In: PESSOA, Fernando. *Eu sou uma antologia: 136 autores fictícios*. Lisboa, Tinta da China: 2016.

PIZZARO, Jerónimo(ed). Documentos que não se encontram na BNP. In: PESSOA, Fernando. Livro do Desassossego. Lisboa, Tinta da China: 2013.

PESSOA, Fernando. O arquivo de correspondência. *Revista de Comércio e Contabilidade*, numero 4. Editor Francisco Caetano Dias. Lisboa: 1926. p.121-125 Disponível em: <[http://purl.pt/26931/4/j-2691-b PDF/j-2691-b PDF 24-C-R0150/j-2691-b 0000\\_1-238\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/26931/4/j-2691-b PDF/j-2691-b PDF 24-C-R0150/j-2691-b 0000_1-238_t24-C-R0150.pdf)> Acesso em: 23 nov. 2016.



REKRUT, Ala. Material literacy: reading records as material culture. *Archivaria: First International Conference on the History of Records and Archives (I-CHORA)*, Ottawa, n.60, p.11-37, 2005.

REPÚBLICA PORTUGUESA. (1999) Lei do Património cultural português. Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 06 de julho de 1985. Assembleia da República. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n.15, p. 271-303, 1999. Disponível em: <[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3775/Lei%2013\\_85.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3775/Lei%2013_85.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 set. 2016.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério da Cultura. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 178 — 14 de Setembro de 2009. Lisboa: 2009. p.6312-6313.

RITA, Annabela. Mensagem em moldura epocal. In: VILA MAIOR, Dionísio; \_\_\_\_\_ (org.). *100 Orpheu*. Lisboa, Edições Esgotadas: 2016. p.415-426.

RODES, Jean-Michel; PIEJUT; Geneviève, PLAS, Emmanuelle. *Memory of the information society*. UNESCO Publications for the World Summit on the Information. Paris, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: 2003.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Rastros de Memórias, História de uma geração: a Exposição Renato Russo Manfredini Jr. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, Assis, v.1, n.2, p.1-14, 2005.

ROUSSEAU, Jena-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução por Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa, Publicações Dom Quixote: 1998.

ROYAL SCHOOL OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE. *Cultural mediation*. University of Copenhagen. Copenhagen: 1999. Disponível em: <<http://iva.ku.dk/english/research/research-projects/cultural-mediation>>. Acesso em: 17 Ago. 2016.

SHELLENBERG, Theodore. *Arquivos Modernos*. Princípios e Técnicas. Tradução de por Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEPÚLVEDA, Pedro (2014) Pessoas-livros: O Arquivo Bibliográfico de Fernando Pessoa. *Revista do Programa de Doutorado em Materialidades da Literatura*. Lisboa, Volume 2.1, p. 55-77.

SILVA, L. A. S.; MADIO, T. C. C. Uma discussão sobre documento audiovisual enquanto patrimônio arquivístico cultural no Brasil. *Ibersid*, v. 6, p. 179-185, 2012. Disponível em: <[www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/download/3970/3683](http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/download/3970/3683)>. Acesso em: 12 Nov. 2016.

VASCONCELOS, Ricardo. PIZARRO, Jerónimo. Mário de Sá-Carneiro. Em ouro em alma. Correspondência com Fernando Pessoa. Lisboa, Tinta da China: 2015.



VELA, Susanna. Tipología de actividades. In: ALBERCH I FUGUERAS, Ramon *et al.* *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón, Ediciones Trea, 2001. p. 159-163.

VILA MAIOR, Dionísio. “Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional”, in: RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio [coordenadores], *Do Ultimato à(s) república(s)*. Variações literárias e culturais. Lisboa, Esfera do Caos: 2011. p.113-135.

VILA MAIOR, Dionísio. *Fernando Pessoa: heteronímia e dialogismo — O contributo de Mikhaïl Bakhtine*. Coimbra, Livraria Almedina: 1994.



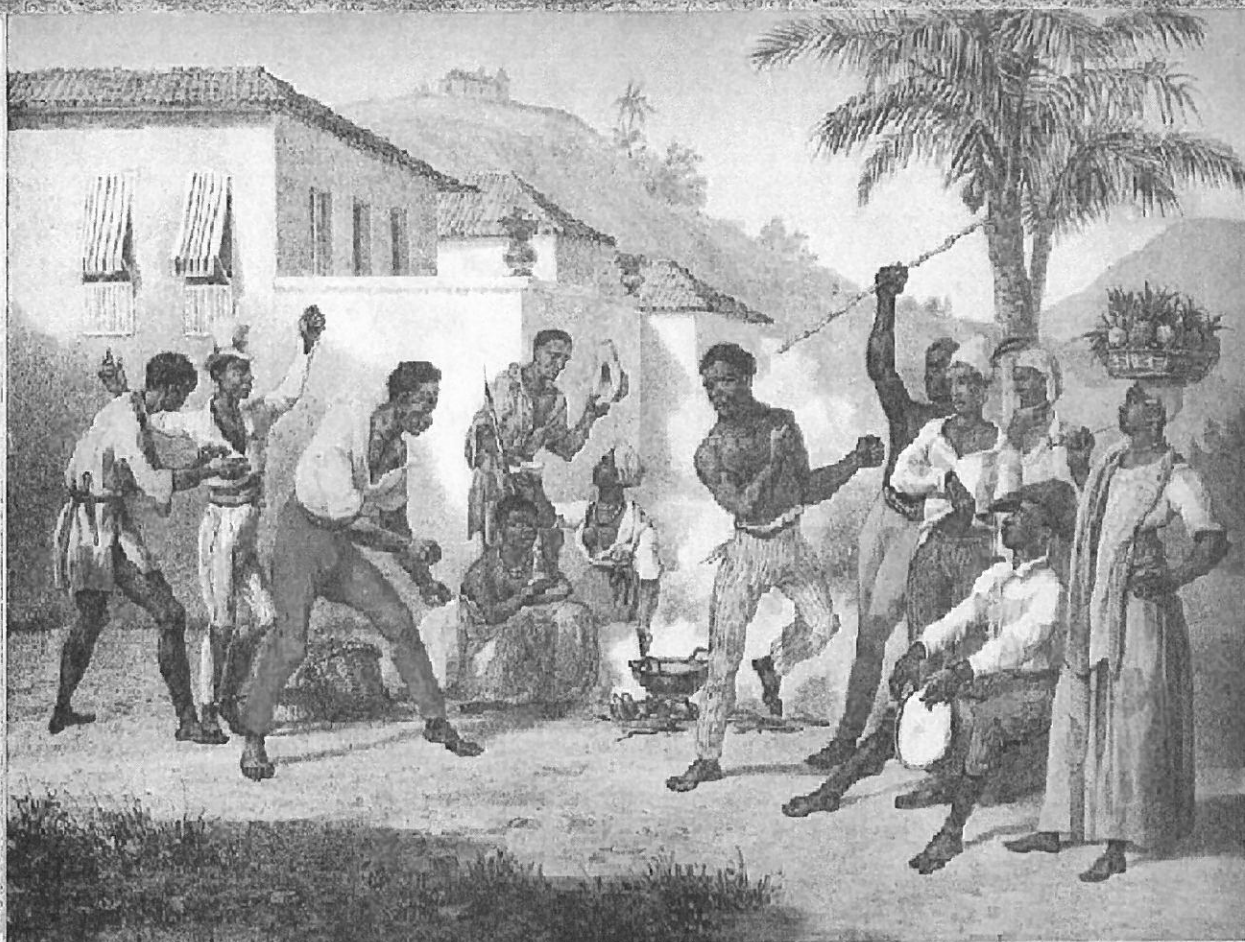
**ANEXO III**

23

# ACESSO LIVRE

NÚMERO 6  
JULHO/DEZEMBRO/2016

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO ARQUIVO NACIONAL  
DOSSIÊ ARTE E PATRIMÔNIO



# ACESSO LIVRE

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO ARQUIVO NACIONAL

Nº 6 | julho-dezembro de 2016  
ISSN 2319-0698

## Editora Responsável

Renata dos Santos Ferreira

## Editor Assistente

Thiago Cavaliere Mourelle

## Revisão e Diagramação

Renata dos Santos Ferreira

## Capa

Luiz Salgado Neto

Renata dos Santos Ferreira

*Jogar capôera - Danse de la guerre (1835)*

Óleo sobre tela de Johann Moritz Rugendas

## Conselho Editorial

Adriana Lúcia Cox Hollós

Carlos Frederico Coelho da Silva Bittencourt

Leonardo Augusto Silva Fontes

Luiz Salgado Neto

Renata dos Santos Ferreira (Presidente)

Rodrigo Aldeia Duarte

Thiago Cavaliere Mourelle

## Conselho Consultivo

Alex Alexandre Molinaro (Fiocruz)

Aluf Alba Vilar Elias (UFRJ)

Brenda Couto de Brito Rocco (Arquivo Nacional)

Biancca Scarpeline de Castro (UFRRJ)

Cândida Fernanda Antunes Ribeiro (Univ. do Porto)

Carlos Fico da Silva Júnior (UFRJ)

Cecília Maria Bouças Coimbra (GTNM-RJ)

Cibele Vasconcelos Dziekaniak (FURG)

Ciro Marcondes Filho (USP)

Daniel Flores (UFSM)

Dênis Roberto Villas Boas de Moraes (UFF)

Diego Barbosa da Silva (Arquivo Nacional)

Fábio Koifman (UFRRJ)

Francisca Deusa Sena da Costa (TRT 11ª Região)

Heloísa Esser dos Reis (UFG)

Izabel Cristina Gomes da Costa (UCAM)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Juliana Fiúza Cislaghi (UERJ)

Karla Guilherme Carloni (UFF)

Kátia Maria Ribeiro Motta (Pedro II)

Leandro José Luz Riodades de Mendonça (UFF)

Lia Ramos Jordão (Biblioteca Nacional)

Lívio Sansone (UFBA)

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB)

Luciana Quillet Heymann (FGV-RJ)

Lucília Maria Sousa Romão (USP)

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (UERJ)

Máira Torres Corrêa (IPHAN)

Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Mira Lini Marconsin Caetano (UFF)

Orlando de Barros (UERJ)

Paulo Cavalcante de Oliveira Júnior (UNIRIO)

Paulo Víctor Leite Lopes (UFRJ)

Rafael Simone Nharreluga (Arquivo Histórico de Moçambique)

Rosanara Pacheco Urbanetto (UFSM)

Sylvia Debossan Moretzsohn (UFF)

Vera Lúcia Bogéa Borges (UNIRIO)

Victória Lavínia Grabois Olímpio (GTNM-RJ)

Vinicius Mitto Navarro (SEDUC-RS)

Viviane Gouvêa (Arquivo Nacional)



ACESSO LIVRE é uma publicação eletrônica semestral da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional – ASSAN.

## Diretoria biênio 2015-2016

Presidente: Eduardo de Oliveira Lima

Vice-presidente: Ana Carolina Reyes

Secretária: Helba Maria da Silva Mattos Porto de Oliveira

Tesoureiro: Leandro Hunstock Neves

Suplentes: Carlos Frederico Coelho da Silva Bittencourt e Bruno Duarte dos Santos

Praça da República, 173, bloco E, térreo

Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20211-350

Tel.: (55-21) 3203-5885

<https://revistaacessolivre.wordpress.com>

[revista.acessolivre@gmail.com](mailto:revista.acessolivre@gmail.com)



*Mediação cultural em arquivos: definição e aproximações terminológicas*

**Taiguara Villela Aldabalde**

Doutor em Ciência da Informação  
pela Universidade de Brasília.  
Professor e pesquisador do  
Departamento de Arquivologia da  
Universidade Federal do Espírito  
Santo.

**Resumo:** No contexto dos desdobramentos de uma investigação doutoral em Ciência da Informação e pós-doutoral em Ciências da Informação: Arquivo, Biblioteca e Documentação busca-se discutir, a partir do Multilingual Archival Terminology do Conselho Internacional de Arquivos, as aproximações entre os termos que figuram no Dictionary of Archival Terminology III associados com o termo “mediação cultural”. Propõe-se que, para ampliar as possibilidades da mediação cultural com documentos de arquivo em outros espaços, se crie um Dicionário Eletrônico de Terminologia em Museus, Arquivos e Bibliotecas que inclua não apenas todos os termos dos paradigmas vigentes como também verbetes que definam as práticas de valorização e exploração. Conclui-se que os termos são resultados dos saberes-fazeres e também de posições conscientes ou irrefletidas sobre a identidade dos arquivos que, por sua vez, tendem, pelo menos em alguma medida, a impactar a percepção sobre a imagem dos arquivos pelos tomadores de decisão nas empresas do setor público e privado.

**Palavras-chave:** Ciência da informação; mediação cultural; arquivos.

**Cultural mediation in archives: definition and terminological approximations**

**Abstract:** In the context of the developments of a doctoral and post-doctoral researches on Information Science in Information Sciences: Archives, Library and Documentation, the goal is to discuss from Archival Terminology Multilingual International Council on Archives, the similarities between the terms presents in the Dictionary of Archival Terminology III associated with the term “cultural mediation”. It is proposed that, to expand the possibilities of cultural mediation with archival documents in other places, set up an Electronic Dictionary of Terminology for Museums, Archives and Libraries that includes not only all the terms of the current paradigms as well as entries that define the valorization and exploitation practices. It is concluded that the terms are the

result of the doings-knowledge and also aware or unreflective views on the identity of archives which in turn tend to, at least to some extent, to impact the perception of the image of the archives in public and private sector.

**Keywords:** Information Science; cultural mediation; archives.

### Uma breve contextualização

A marcha global ditada pela *Industry 4.0* tende a levar os arquivos para uma inevitável automatização, e o lugar onde se armazenam conjuntos documentais apenas para fins de leitura pode não subsistir num futuro próximo. Assim, as funções arquivísticas ligadas ao tratamento dos documentos estão a convergir para a consolidação do paradigma informacional e para associação com as tecnologias da informação. Portanto, consideramos presumível que o planejamento do arranjo e da descrição de um fundo de arquivo inclua instrumentos de pesquisa integrados com a informatização e a *web*-difusão. É preciso salientar que a repetição dos arquivos como gabinetes de leitura no ambiente digital pode levar o usuário a deslocar sua frequência da instituição arquivística para um portal na internet. Em outras palavras: os leitores das saletas de leituras poderão migrar para seus computadores no trabalho ou em casa. A *mediação cultural* se destaca como processo complementar à difusão, porque proporciona experiências de *valorização* e *exploração* no espaço do próprio arquivo para além da leitura, o que por sua vez não se torna substituível numa ambiência digital cuja percepção apropriação estética/formal/simbólica é reduzida pela limitação das máquinas.

Os arquivos têm sido colocados numa perspectiva tecnoburocrática a partir da qual cumprem um papel de processamento técnico em relação aos documentos e informações a serviço dos pesquisadores, dos juristas, dos gestores, dos cidadãos informacionalmente letrados e àqueles que fazem uma apropriação cognitiva das representações contidas nos arquivos. Isso não suprime, ou logicamente não deveria ser obrigatório suprimir, o ponto de vista do *paradigma cultural* de Touraine (2006) que pode ser colocado sobre os arquivos. Esse paradigma pode ser evidenciado em diversos casos, como pode exemplo: a perda de significado dos arquivos pessoais familiares por imposição de conflitos culturais resultantes das imigrações forçadas, a destruição do patrimônio documental por guerras religiosas, o surgimentos de arquivos LGBT e



outros arquivos que se proliferam no contexto da luta pelos direitos culturais. Assim, estamos diante de dois paradigmas cada vez mais consolidados: um é informacional e o outro cultural. Esses, por sua vez, são apenas dois paradigmas relativamente novos quando comparados ao paradigma documental. A soma desses modelos de entendimento poderia nos levar a enriquecer nossos saberes e práticas diante da realidade multiparadigmática. Considerando isso, os arquivos podem ser tanto estoques informacionais quanto mediadores de diversas culturas, dentre as quais destacamos: a cultura identitária, a cultura organizacional e a cultura digital. Em outras palavras, os arquivos podem servir e produzir por seu valor primário administrativo aos usuários, aos tomadores de decisão e aos mandatários das empresas privadas e públicas de maneira mais ampla também pelo viés das culturas.

Neste contexto, a mediação cultural é um termo pouco usual para o setor dos arquivos, mas que está relacionado aos direitos culturais, à democracia cultural, à democratização, à valorização e à exploração para usos diversos, inclusive para fins comerciais dos documentos arquivísticos. A partir do Multilingual Archival Terminology do Conselho Internacional de Arquivos, buscaremos definir o termo “mediação cultural” e discutir as aproximações entre os termos que figuram no Dictionary of Archival Terminology III associados com o termo “mediação cultural”. Propomos uma abordagem multiparadigmática como desdobramento da tese doutoral “Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” (ALDABALDE, 2015) e da pesquisa pós-doutoral em curso intitulada “Arquivos manuscritos na programação cultural da Casa Fernando Pessoa”, prevista para ser finalizada em 2017. Salientamos que a tese decorreu do estudo da mediação cultural *no* arquivo e a pesquisa em desenvolvimento trata da mediação cultural *com* arquivos. Portanto, as investigações são complementares e contribuem para a atualização do termo “mediação cultural” em língua portuguesa sob a perspectiva arquivística.

### **O binômio arquivo e cultura, o termo “mediação cultural” e as aproximações terminológicas: em direção à proposta de um conceito**

As instituições arquivísticas públicas são responsáveis pela custódia legal de documentos nos quais ideias estão representadas. Ideias relevantes como aquelas que determinados grupos possuem acerca de sua identidade. Não é por mero acaso que os

grupos que valorizam a identidade, como, por exemplo, os grupos da comunidade judaica e da comunidade LGBT, têm constituído arquivos para que possam lembrar as violações de direitos, mas também como modo de referenciar uma forma de ser, viver e estar no mundo, isto é, em última instância uma defesa do direito cultural à identidade.

A ideia de que o arquivo está em certa medida relacionado com a cultura não é nova, pois se encontra no I Congresso Brasileiro de Arquivologia a assertiva de que o arquivo é a casa de cultura (MACEDO, 1972). Entretanto, o que aqui propomos é um aprofundamento que vai além de constatar que as instituições arquivísticas são lugares de culturas. A nosso ver, os arquivos desde a sua própria constituição decorrem de práticas culturais como aquelas que foram indicadas por Chartier (2002): as práticas de registrar para lembrar, para servir de prova e para controlar. Trata-se de saber (re)conhecer que os fundos são resultados de práticas culturais e que a sua natureza é também cultural.

Considerando a cultura identitária em termos práticos para os arquivos, defendemos que seria preciso articular serviços e produtos relacionados aos grupos que se reúnem em torno da defesa de suas identidades, como, por exemplo, as comunidades judaicas e os grupos com a sigla LGBT. Se já estão estabelecidos o Arquivo Histórico Judaico Brasileiro e o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, por outro lado, não encontramos nenhum Arquivo LGBT estabelecido. Dessa forma, os arquivos poderiam fomentar e apoiar constituição de fundos produzidos no contexto dessas e outras comunidades tradicionalmente marginalizadas. Nota-se que o setor dos arquivos públicos em âmbito nacional ou regional não possui uma política no sentido de orientar a identificação ou o levantamento dos fundos para estruturação de Arquivos LGBT. Assim, no Brasil, os arquivos, os centros de pesquisa em arquivologia e ciência da informação, os arquivistas e os profissionais da informação poderiam oferecer apoio à identificação e formação de instituições análogas aos seguintes arquivos: Internationaal Homo/Lesbisch Informatiecentrum en Archief, Schwullesbisches Archiv Hannover, Sociedad y Archivo Háttér Budapest, Australian Lesbian and Gay Archives, B.C. Gay and Lesbian Archives, Canadian Lesbian and Gay Archives, Chris Gonzalez Library and Archives, Gulf Coast Archive and Museum, Hall-Carpenter Archives, Irish Queer Archive, June L. Mazer Lesbian Archives, Lambda Archives of San Diego, Leather Archives and Museum, Lesbian Herstory Archives, ONE National Gay & Lesbian Archives, Quebec Gay Archives, Stonewall National Museum & Archives, Transgender Archive, Archives & Research Center of The GLBT Historical Society, Edward

Carpenter Archives, One Institute Gay and Lesbian Archives e LGBT Religious Archives Network The Transgender Archives at the University of Victoria.

E o que isso representaria de benefício social e para o setor dos arquivos? Ora, além de um posicionamento político a favor da democracia cultural e da democratização, da organização social, se trata também de um posicionamento mercadológico. O número de arquivos poderia aumentar se considerarmos cada cultura identitária como um nicho de mercado a ser pesquisado e desenvolvido. Já sabemos que há toda uma mercadologia criada sobre essas identidades que geram cadeias para produtos *kosher* e editoriais para *gays*, por exemplo.

Ocorre que, apesar das promissoras possibilidades, a função cultural enunciada por Alberch e Boadas (1991) ainda não conta com uma estrutura de termos hierarquizados. A tendência parece, como observamos na literatura nacional, resumir a um serviço o complexo binômio: arquivo e cultura. Camargo e Bellotto (1996) designam o termo “serviço de apoio cultural” como a estrutura interna no arquivo destinada à promoção junto à comunidade, através de publicações, exposições, cursos, conferências e outras atividades.

O Conselho Internacional de Arquivos<sup>1</sup> designou um grupo de trabalho para identificar os diversos termos usados no setor dos arquivos em âmbito global. Isso permitiu a comparação entre as terminologias arquivísticas entre países com diferentes línguas. No ano de 2004 foi lançado o Dictionary of Archival Terminology III (DAT III), que serviu como base para o dicionário interativo *on-line* do Multilingual Archival Terminology (MAT). O DAT III foi o produto do Project Group on Terminology da definição de línguas com os respectivos colaboradores: 1) Língua inglesa: I. Barnes (Edimburgo), Lynn L. Carlin (Washington); 2) Língua francesa: Philippe Charon (Paris); 3) Língua espanhola: Concepcion Contel (Madrid), Rosanna de Andres Diaz (Madrid); 4) Língua germânica: Angelika Mene-Haritz (Marburg). O MAT, por sua vez, possui os seguintes coordenadores: dr.<sup>a</sup> Luciana Duranti e Corinne Rogers.

Notamos que em diversas línguas no MAT há um determinado termo que é associado à ideia de que o arquivo possui uma função cultural. O termo *outreach program*, por exemplo, possui a seguinte definição: “atividades organizadas com

---

<sup>1</sup> O Conselho Internacional de Arquivos foi fundado junto à Unesco. Hoje, o Conselho segue autônomo para proteger o patrimônio arquivístico e representar os arquivistas em todo o mundo. Representa membros de 199 países atuando junto com a Unesco, o Conselho Europeu e outras organizações não-governamentais.

objetivo de familiarizar os potenciais usuários dos arquivos com os seus fundos, seus valores de pesquisa e referência”.<sup>2</sup> Apesar da definição não deixar explícito, sabemos que, de um modo geral, pela obra de referência *Time for cultural mediation* (2015), que se trata de um termo associado à mediação cultural.

Nos países de língua latina, como os ibéricos e latino-americanos, encontramos o termo “difusão”. Esse termo possui algumas variáveis de definição, dentre as quais destacamos: “Aspecto incontornável, permanente e dialético (...) a realização das condições de fruição que consiste na programação de um sistema orgânico de iniciativas reconhecíveis que permitam o conhecimento externo do contexto cultural em que o arquivo está enraizado”.<sup>3</sup> Esta definição é certamente aquela mais completa no MAT comparada com todas as outras definições, porém, a terminologia em língua francesa não está proporcionalmente representada no MAT, pois só encontram-se os termos “*Action culturelle*” e “*Activités culturelles*”. Os países francófonos são aqueles que, segundo diversas obras, possuem uma literatura aprofundada sobre a mediação cultural. Inclusive Lafortune (2008) propõe uma evolução conceitual da *médiation culturelle* para a *médiacion culturelle*. Para o autor, ambas as propostas são de intervenção. Contudo, enquanto a *médiation culturelle* partiria do campo institucional ao encontro do seu público, a *médiacion culturelle* seria protagonizada pelas próprias comunidades atuando simultaneamente no campo cultural e político. No caso da *médiation culturelle*, a modalidade de intervenção seria a transmissão da cultura ou o reencontro com a cultura pela capacidade de interpretação do público. Já no caso da *médiacion culturelle*, a intervenção seria para a renovação da cultura, pela promoção, pela coprodução através do engajamento ativo dos cidadãos.

Chave (2012) aponta que o *Manuel d’archivistique* de 1970 utilizava o termo “animação cultural”, embora se discutisse a difusão da cultura. A autora sublinha que o *Abrégé d’archivistique*, editado em 2004 e reeditado em 2012, apresenta o termo “valorisation”. Cardin (2012) aponta que, apesar do termo “valorização” não constar no *Dictionnaire de terminologie archivistique*, publicado em 2002 pelo arquivo nacional

<sup>2</sup> Tradução nossa do original: “*Outreach program – Organized activities of archives intended to acquaint potential users with their holdings and their research and reference value*”. Disponível em: <<http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/dati/engterm.html>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

<sup>3</sup> Tradução nossa do original: “*Programma di diffusione al pubblico – Aspetto ineliminabile, permanente e dialettico all’interno del lavoro intellettuale rivolto ai beni culturali (insieme con la tutela, la conservazione, la descrizione e la realizzazione delle condizioni di fruizione) consistente nella programmazione di un sistema organico e verificabile di iniziative che portino la conoscenza del bene culturale all’esterno del contesto in cui è radicata*”. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2635>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

francês, o termo está situado em um contexto europeu de modo que se relaciona com outros termos. Lemay (2012) evidencia, tanto pelo seu trabalho como pelos autores francófonos, o que designa valorização e esses termos europeus relacionados: a) “valorização”: termo usado para se referir a atividades culturais e educativas; b) “exploração”: é entendida como exploração comercial e utilização dos arquivos para diversos fins inclusive culturais, publicitários e artísticos; c) “promoção”: é um termo estritamente aplicado ao lançamento e apresentação dos fundos e dos serviços arquivísticos; d) “comunicação”: é nada mais do que o acesso aos documentos, informações e tudo o que se refere aos fundos de arquivo; e) “referência”: se trata do auxílio proativo oferecido para os pesquisadores usualmente na forma de serviço, o serviço de referência.

Por um lado, Carol Couture afirma, em 1994, que a difusão é nada mais do que transmitir a informação ao administrador, produzir e difundir instrumentos de pesquisa (CARDIN, 2012). Por outro, para Cardin (2012), a difusão e a valorização são campos de ação complementares no extenso contexto de institucionalização dos bens culturais de uma sociedade. Para nós, a mediação cultural em arquivos encontra-se juntamente à valorização e à exploração, porque permite que se valorizem os arquivos e também se apropriem das representações contidas neles para explorações diversas, inclusive a exploração comercial.

Defendemos a perspectiva multiparadigmática de que apenas a adoção de um único termo para identificar o papel do arquivo em relação ao setor da cultura não é o suficiente perante a complexidade. Porém, cabe aqui assinalar que não encontramos um dicionário de terminologia arquivística em língua portuguesa que contemplasse o termo “mediação cultural”. Em português consta no MAT o termo “divulgação”, que é definido como: “Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências. (ARQUIVO NACIONAL, 2005)”. Ora, ao compararmos os termos relacionados, notamos que o colaborador da língua espanhola alimentou o termo “programa de difusão” fazendo referência exclusivamente ao Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional de 2005. A referência e as definições são idênticas. Logo, constatamos que o colaborador da língua espanhola preferiu traduzir a definição brasileira apenas substituindo o termo “programa de *difusión*”. Vale sublinhar que a nacionalidade do voluntário da língua espanhola é argentina.

Consideramos que o termo “divulgação” é generalista e possui limitações que simplificam os saberes-fazer e não dão conta da relação dos processos que aqui consideramos complexos e cuja complexidade se reflete na riqueza de termos dos países francófonos expostos anteriormente. Dentre os termos generalistas em língua portuguesa, o termo “serviço de educativo” de Camargo e Bellotto (1996) contribui para nossa pesquisa atual, pois nos permite identificar um espaço institucional reservado a manter o funcionamento de práticas na Casa Fernando Pessoa, de onde parte a maioria dos processos de mediação cultural no espaço. Sublinhamos que a seguinte proposta de definição de mediação cultural é formulada como desdobramento na pesquisa pós-doutoral “Arquivos manuscritos na programação cultural da Casa Fernando Pessoa”, prevista para conclusão em 2017.

*Mediação cultural*, na perspectiva arquivística, é o processo cujos objetos são representações dos documentos de arquivo em que, por meio da *valorização* e da *exploração*, objetiva-se contribuir para a democratização das culturas (inclusive da *cultura arquivística*<sup>4</sup>) ampliando assim a circulação, a apropriação, a recepção e a produção de produtos e bens culturais. O processo de mediação cultural pode resultar em residência de artistas, apresentação de grupos de canto coral, narração de histórias folclóricas, peças de teatro, desfiles de moda, concursos artísticos, concursos científicos, oficinas de arte-educação,<sup>5</sup> exposições, documentos fotográficos e textuais, publicações diversas, visitas escolares e universitárias, efemérides, recitais, produções de audiovisual, debates, lançamentos de livros, mostras de arte, mesa-redonda, oficinas, saraus de poesias, itinerários, fóruns, jogos recreativos, apresentação de danças tradicionais, concertos, produtos fonográficos (CDs), produtos audiovisuais (DVDs), objetos de decoração, material para escritório, material escolar, assessorios, roupas, utensílios, artesanato e outros produtos elaborados a partir das representações dos documentos de arquivo.

---

<sup>4</sup> Para Jammet (2007), a cultura arquivística é toda e qualquer forma de apropriação dos fundos que ainda está colocada à disposição de uma pequena minoria de intelectuais. O autor aponta que apenas uma elite de arquivistas, historiadores e conservadores detêm essa cultura arquivística. Jammet (2007) cita como exemplo a interpretação dos instrumentos de pesquisa.

<sup>5</sup> As oficinas de arte-educação podem adotar diversas dinâmicas. Exemplo: simular a escrita de antigos documentos com iluminuras coloridas, ou ainda simular a confecção dos documentos como as tábuas cuneiformes sumerianas que poderiam ser feitas de argila.



## Considerações finais

Concluimos que, apesar do termo “mediação cultural” não ser, pelo menos ainda, usual no *métier* dos arquivos brasileiros, encontram-se outros termos aproximados e associados. Propomos, para ampliar as possibilidades da mediação cultural com documentos de arquivo em outros espaços, podendo assim elevar a procura pela documentação arquivística, que se crie um *Dicionário eletrônico de terminologia em museus, arquivos e bibliotecas* que inclua não apenas todos os termos dos paradigmas vigentes, como também verbetes que definam as práticas de *valorização e exploração*. Soma-se a isso a constatação de que os termos são resultados de saberes-fazeres com posições epistemológicas conscientes ou irrefletidas sobre a função dos arquivos em relação à cultura e que, por sua vez, tendem, pelo menos em alguma medida, a impactar a percepção sobre a imagem das instituições arquivísticas. Essa representação ou falta de representação das instituições arquivísticas pode ampliar ou restringir a atuação dos órgãos em relação aos cidadãos no usufruto dos direitos culturais, informacionais e ao próprio Estado na prestação de serviços às repartições públicas.

Discutimos aqui que assumir a realidade multiparadigmática implica em incluir o paradigma cultural articulando saberes-fazeres com enfoque às culturas identitária. Assim, os arquivos deveriam ofertar uma linha de produtos e serviços integrados às cadeias produtivas das indústrias de comunicação, editoriais, de marketing, turísticas, de entretenimento, criativa e as comunidades organizadas em torno da defesa de suas respectivas identidades culturais. Para tanto, defendemos que os arquivos devem formar redes de colaboradores com especialização no setor cultural, tendo como mediadores culturais artistas, professores, líderes de comunidades tradicionais ou grupos organizadas em torno da cultura identitária, como os povos indígenas, ciganos, os povos de terreiro, as comunidades quilombolas, a família circense, pomeranos e outros. Dentre os especialistas no setor cultural podemos destacar: coletivos culturais, músicos, associações de arte com surgimento informal, bibliotecários, associações de trovadores, musicistas, trabalhadores das indústrias criativas, ilustradores, *cameramen*, cenógrafos, coreógrafos, editores de filme, técnicos de estúdio, roteiristas, radialistas, cineastas, grupos teatrais, autores de telenovela, editores, desenvolvedores de jogos eletrônicos, cantores intérpretes, apresentadores da televisão, recreadores, ventríloquistas, professores que trabalham com jogos cooperativos, maquetistas, museólogos, artesãos,

cantores, compositores, *designers*, decoradores, guias de viagem, projetionistas, jornalistas, contadores de histórias, promotores de eventos sociais, grupos de *Role-Playing Game*, representantes de medicina tradicional e gestores culturais.

### Referências bibliográficas

ALBERCH, Ramon; BOADAS, Joan. *La función cultural de los archivos*. Euskadi: Gobierno Vasco, 1991.

ALDABALDE, Taiguara. *Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coords.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CARDIN, Martine. La valorisation des archives: pourquoi? Pour qui? Comment? In: HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise (orgs.). *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L'Harmattan, 2012. p. 33-49.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

CHAVE, Isabelle. Pourquoi valoriser les archives? La problématique en 2010. In: HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise (orgs.). *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L'Harmattan, 2012.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. 2010. Disponível em: <[www.ciscra.org/mat](http://www.ciscra.org/mat)>. Acesso em: 6 maio 2014.



\_\_\_\_\_. Project Group on Terminology of the International Council on Archives [ICA], *Dictionary of Archival Terminology III*. University of Marburg. 2004. Disponível em: <<https://internet.archivschule.uni-marburg.de/datiiii/index.html>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

JAMMET, Yves. La médiation au service des publics: les enjeux, les moyens, les expériences: réfléchir le projet culturel et la médiation? Quelles stratégies pour l'action culturelle? *L'action éducative et culturelle des Archives. Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives?"*, Paris, La documentation Française. Paris: Direction des Archives de France, 2007.

LAFORTUNE, Jean-Marie. De la médiation à la médiation: le double jeu du pouvoir culturel en animation. *Lien social et Politiques*, n. 60, p. 49-60, 2008.

LEMAY, Yvon. Comment valoriser? Les options possibles et leurs implications. In: HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise (coords.). *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L'Harmattan, 2012.

MACEDO, F. R. Os arquivos na recriação da História. I Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1972, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: AAB, 1972.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ZURICH UNIVERSITY OF THE ARTS. *Time for Cultural Mediation*. Institute for Art Education. Arts and Audiences Programme of Pro Helvetia (Swiss Arts Council). 2015. Disponível em: <[http://www.kultur-vermittlung.ch/zeit-fuer-vermittlung/download/pdf-e/TfCM\\_0\\_Complete\\_Publication.pdf](http://www.kultur-vermittlung.ch/zeit-fuer-vermittlung/download/pdf-e/TfCM_0_Complete_Publication.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2016.

---

**Recebido em: 20/10/2016**  
**Aprovado em: 31/10/2016**

**ANEXO IV**

Zug

## O traço da distinção: discutindo entendimentos sobre arquivos e memória

**Taiguara Villela Aldabalde**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

**Maira Cristina Grigoletto**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*The trace of distinction: discussing  
understandings about archives and  
memory*

### Resumo

Este artigo apresenta reflexões acerca da articulação entre arquivo e memória. A partir da problemática em torno do uso dos termos arquivo e memória como sinônimos, busca entendimentos sobre as formas de alocação, fundamentação e acomodação para esta utilização. Resultado de pesquisas teórica e documental aborda, com base na Arquivística e na episteme científica, elementos que validam esta articulação. Nesse sentido, trata-se a questão da exteriorização, materialização e institucionalização de memórias em lugares pré-definidos, os reconhecidos lugares de memória. Em decorrência, direciona a análise da relação entre arquivo e memória a partir de três categorias: o documento de arquivo tradicional, o arquivo eletrônico e o fundo de arquivo. Conclui que as relações possíveis entre memória e arquivo se estabelecem por meio das associações com os saberes e as práticas da Arquivística.

**Palavras-chave:** Arquivo; Memória; Lugares de memória.

### Abstract

This article presents reflections about the articulations between archive and memory. From the problems surrounding the use of the terms archive and memory as synonyms, search understandings about the forms of allocation, grounding and accommodation for this utilization. The results of theoretical and documentary research based on the archivistics and on the scientific episteme validate this articulation. In this sense, the approach includes the externalization, the materialization and the institutionalization of memories in predefined places, recognized as places of memory. As a result, we direct the analysis of the relationship between archive and memory from three categories: the traditional archival document, the electronic record and the funds. It concludes that the possible relationships between memory and archive are established through associations with archival knowledges and practices.

**Keywords:** Archive; Memory; Places of Memory.

# I n t r o d u ç ã o

A importância atribuída aos baús e depósitos de armas contendo documentos que eram muitas vezes chamados de “arca” ou “archivum” - é também atestado pelo cuidado tomado em decorá-los. Duccio di Boninsegna e Ambrogio Lorenzetti estavam entre os famosos pintores contratados para esse trabalho. O ditado medieval “castrum sine armario est quasi castrum sine armamentario” (isto é, um castelo sem arquivos é um castelo sem equipamento) revela a centralidade do lugar “arquivos” em cada complexo arquitetônico (DURANTI, 2007, p. 450-451, tradução nossa).

A proposta de pensar o uso das palavras *arquivo* e *memória* como sinônimas conduziu-nos para a busca por entendimentos sobre as formas de alocação, fundamentação e acomodação desta utilização.

Desde o início, constatamos que tais palavras não são sinônimas, mas que passaram a ser identificadas e utilizadas como tal, seja em “comunicações comuns” ou mesmo pelos “arquivistas de maneira muito confiada e muito frequentemente” (PIGGOTT, 2007, p.

405, tradução nossa). De certa forma, foram incorporadas em decorrência de diferentes associações, as quais nem sempre são enunciadas e fundamentadas. Este fato oculta os múltiplos significados destes termos, os quais são fundamentais para uma articulação mais ampla e qualificada, resultando em usos e conexões exageradas (PIGGOTT, 2007).

No sentido de contribuir com reflexões mais bem fundamentadas sobre a possibilidade de estabelecer a articulação entre *arquivo* e *memória* buscamos tratar esta problemática a partir do campo da Arquivística e pela episteme científica. Esse campo tem se consolidado na América Latina tanto pelo termo *arquivística/archivística* quanto *arquivologia/archivología* ao passo que nos países francófonos e na Espanha mantém-se o termo *archivistique*. Já nos países anglófonos há ocorrência de *archival science, archivistics* e *archival studies*. De



maneira sintética, entendemos a Arquivística como a ciência dos arquivos (CASANOVA, 1928).

Deste modo, em um primeiro momento tratamos a questão da exteriorização, materialização e institucionalização de memórias em lugares pré-definidos, os reconhecidos *lugares de memória*. Esta primeira reflexão possibilitou a constatação de que, em certa medida, *arquivo* e *memória* se acham em inter-relacionamento.

Para fundamentar tal verificação, optamos por apresentar nossa análise a partir de três categorias: o documento de arquivo tradicional, o arquivo eletrônico e o fundo de arquivo. Pelo pensamento dos arquivos como fontes e capacitores de poder(es), verificamos que a articulação entre arquivo e memória se estabelece a partir de manifestações temporais (mnemônicas) em lugares, espaços e ambiências di-

ferenciais, o que coloca em evidência as conjunturas para a validação, manutenção e atualização deste vínculo.

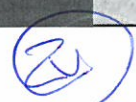
### Arquivos e memórias: o traço da distinção

Para ele, a palavra *arquivo* deriva do grego *archeion* que, por sua vez, significa um lugar onde documentos legais

Pelo pensamento dos arquivos como fontes e capacitores de poder(es), verificamos que a articulação entre arquivo e memória se estabelece a partir de manifestações temporais (mnemônicas) em lugares, espaços e ambiências diferenciais, o que coloca em evidência as conjunturas para a validação, manutenção e atualização deste vínculo.

eram recolhidos. O autor destaca que os arquivos passaram a ter valor probatório no âmbito judicial somente a partir do ordenamento de Justiniano, isto é, em 529 d.C. Long (1845) sublinha que entre os romanos os arquivos eram depositados em templos e, mais particularmente, no

templo de Saturno, irmão de Mnemosyne, onde o tesouro público era guardado. Mnemosyne, deusa da me-



mória e, dentre outras coisas, responsável pelo progresso das ciências. Há ainda outra distinção que julgamos ser preciso pontuar: no contexto da república romana, o termo *tabularium* era aplicado aos documentos de um modo geral, mas o termo *archivum* era associado ao lugar de depósito dos documentos para a preservação.

Feitas estas observações preliminares sobre a alocação das origens possíveis e dos significados dessas palavras, é possível constatar que é equivocada a ideia de que *arquivo* é sinônimo de *memória*. Esse equívoco, a nosso ver, se dá em decorrência do uso impreciso dos termos *arquivo* e *memória* ou das acomodações que assumiram ao longo dos tempos. Para nós, é preciso entender que essas palavras não são sinônimas, mas que passaram a ser associadas entre si, carregando múltiplos sentidos a partir de diferentes relações e usos. Além disso, pode-se pensar que tais associações é que foram criando aproximações e entendimentos de forma que, em muitos casos e esferas, culminou no tratamento e utilização destes termos como sinônimos.

O termo *arquivo* pode significar usualmente, dentre outras acepções: um documento eletrônico; um conjunto de documentos arquivísticos; um único documento (unidade documental); uma instituição arquivística; um móvel para armazenamento e acondicionamento; um setor de uma empresa. A memória, por sua vez, tem sido objeto de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, dentre as quais destacam-se: História, Sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, Informática, Genética, Neurociência e Medicina.

A precisão no uso dos termos *arquivo* e *memória* depende do contexto em que é estabelecido o seu tratamento e entendimento. No entanto, sempre há distinção entre os conceitos. Podemos supor, por exemplo, que no contexto da Psicogenealogia a memória esteja sob a perspectiva da Psicologia; ao mesmo tempo em que o arquivo adquire o significado de conjunto documental com dados pessoais, genealógicos e familiares. A memória, mesmo tomada como objeto da Psicologia, Neurociência e Medicina, não está encerrada no cérebro, porque há extensões do cérebro,

por exemplo, com as nossas anotações, manuscritos e demais registros.

A questão da exteriorização, materialização e institucionalização da memória é um ponto de observação a partir do qual podemos conduzir alguns entendimentos sobre as possíveis relações constituídas entre arquivos e memória. Deste modo, recorreremos à conhecida colocação de Nora (1993, p. 8): “se ainda habi-tássemos a nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”.

Como analisado por Meneses (2007, p. 31), o historiador francês tratou a mudança de ambientes de memória para os *lugares de memória*. Nora (1993) considerou, portanto, a transformação progressiva entre a memória espontânea, viva, realizada, experiência interiorizada, para uma memória que se dá fora das pessoas, fora da experiência individual e interiorizada. Nesse sentido, o ponto por ele tratado é que, a partir do século XVIII, não foi mais possível pensar a memória da mesma maneira, pois esta passou a ser reconhecida a partir de outras perspectivas, no sentido da ampliação do reconhecimento e validação dos suportes de memória.

Desde o século XVI, verifica-se esse processo de transformação vinculado aos *progressos* da memória escrita (LE, GOFF, 2003). A questão apontada por Nora (1993) está, portanto, nas novas formas de reconhecimento que estas evidências, que as memórias e experiências, assumiram mediante processos de exteriorização, materialização e institucionalização.

Para Meneses (2007, p. 31), Nora (1993) analisa a mutação da memória do interior para o exterior e é nessa dinâmica, e somente considerando essa dinâmica, que podemos pensar e falar sobre *lugares de memória*. Na concepção do historiador brasileiro, “a memória ‘viva’ não desapareceu, assumiu outras possibilidades que vão além dos lugares de memória”. A memória individual existe, mas é inacessível e, só quando se socializa, é que ela pode aparecer.

Com relação à materialização desta exteriorização/socialização, Meneses (2007, p. 31) apresenta que “a memória é um processo que depende, sim, de suportes objetivos, porém não se confunde com eles”. A aproximação entre a memória e os suportes de memória dependerá



da intenção e das circunstâncias que configuram tal vinculação/alocação.

Segundo Dodebei e Gouveia (2008), as memórias auxiliares, ou próteses, funcionam para compensar a dinâmica da memória individual, que não pode abrir mão do esquecimento. Um exemplo que ilustra esta questão pode ser verificado no âmbito do Arquivo Nacional da Austrália que, no intuito de apresentar sua proposta de gestão de registros a agências de governo, elaborou um pôster. Neste, estava escrito *Conserva um Registro* e como ilustração havia a imagem de um elefante. O texto que acompanhava o pôster trazia a seguinte explicação: “Dizem que os elefantes nunca esquecem, o que, se for verdade, seria de grande ajuda para conservar registros. Porém, o recordar humano é menos fiável, assim, necessitamos armazenar informação” (PIGGOTT, 2007, p. 408, tradução nossa).

Le Goff (2003, p. 449-450), a partir da doutrina clássica dos lugares e das imagens, apresenta que foram formuladas regras mnemônicas que tratam da necessidade de se encontrar “simulacros adequados das coisas que se deseja recordar” ou “inventar simulacros

e imagens porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam, por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo”; e, em seguida, dispor “numa ordem calculada as coisas que se deseja recordar de modo que, de um ponto recordado se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede”.

Nessa perspectiva, os registros, os documentos de arquivo e os arquivos podem *vir a ser* ativadores da memória, ao mesmo tempo em que aquilo que lembramos pode fixar-se no espaço/tempo do registro como ideia sobre um fato passado. Isso quer dizer que os arquivos são fontes/suportes/próteses para a memória e que a lembrança depende de bases materiais e elementos imateriais para perpetuar-se. Assim, constatamos que, em certa medida, o arquivo e a memória se acham em inter-relacionamento.

### Sobre práticas e entendimentos: uma proposta de discussão

Considerando que as práticas mnemô-



nicas são instrumentais para a ativação das memórias e que estas estão mais próximas dos contextos das significações diversas para o termo *arquivo*, optamos por apresentar nossa análise a partir de três categorias: o documento de arquivo tradicional, o arquivo eletrônico e o fundo de arquivo.

É preciso, antes de tudo, localizar no tempo e no espaço que o material de arquivo foi, na doutrina arquivística mais antiga, estudado e reconhecido desde o século XVI por Jacob von Rammingen, na obra *Sobre o protocolo de registro*, de 1571. Mais, destacar que o termo *registro* original, em alemão *registratur*, corresponde ao francês *registre* e ao italiano *protocolo/registratura*, porque esses conceitos são associados a uma parcela significativa de práticas que, até os dias de hoje, são comuns aos arquivos: receber, registrar, controlar, produzir, acumular, recuperar e organizar determinados documentos.

E que documentos seriam esses? Ora, a natureza do material de arquivo é sua forma congênita em um determinado contexto e sentido original vinculados com o produtor. A gênese de um arquivo é decorrente de uma ação geradora,

de tal maneira ligada à pessoa ou instituição produtora, que constitui naturalmente uma acumulação sedimentária oriunda. Os arquivos são, portanto, aqueles que, entre outras categorias de documentos, podem ser classificados como fontes primárias; já que é possível reconhecer, quando respeitados os princípios arquivísticos, na sua própria anatomia a vinculação direta com a lógica do organismo gerador.

Um caso concreto para entender esse vínculo é o estudo de arquivos manuscritos. Fernando Pessoa (1888-1935), por exemplo, deixou um legado de quase 30.000 peças documentais que pode ser explorado por diversas técnicas: a documentoscopia, a crítica diplomática, a análise tipológica, a grafotécnica, a grafoscopia e a paleografia contemporânea. Todas essas técnicas-ciências, reunidas com um corpo interdisciplinar de especialistas das ciências da mente e da literatura, poderiam revelar poemas antes não compreendidos devido ao difícil reconhecimento da caligrafia, termos, conceitos e forma de escrita hermética e até revelar o estado emocional do autor ou traços de sua personalidade.

É possível entender que um livro de bolso de Fernando Pessoa (1888-1935), publicado hoje, possui uma relação mais distante do autor/produtor e jamais superaria a proximidade de Pessoa com seus próprios manuscritos. Assim, o arquivo pessoal de Fernando Pessoa não é a memória do autor, mas se trata do conjunto dos documentos produzidos (manuscritos), recebidos (como as cartas que constituíram o Dossiê Crowley-Pessoa) e acumulados (como aqueles envelopes que se achavam na arca onde Pessoa ordenava originalmente uma parte significativa de seus trabalhos).

Além de fontes primárias para os estudiosos ou pesquisadores, os arquivos são provas. Para pensarmos isso basta observarmos que o nosso Estado só atende plenamente os direitos de um cidadão a partir de seus documentos básicos como: certidão de nascimento, cédula de identidade e cadastro de pessoa física. O cidadão que não se inscreve nesses arquivos será, em grande medida, socialmente marginalizado, tendo direitos negados. Ter os dados pessoais inscritos no arquivo é uma

pré-condição para a inserção na vida cultural, burocrática. Essa vida oficializada permite racionalizar as trocas, obter os prejuízos, as vantagens, usufruir de direitos, interagir com outras sociedades burocratizadas, progredir pelas instituições, explorar o trabalho alheio ou ofertar seu tempo de vida para trabalhar. Para que o documento de arquivo seja ativado como dispositivo confiável, é preciso preservar a sua essência: a capacidade de provar algo.

Assim, os arquivos são fontes de poder por meio das quais se legitimam as autoridades, se reconhecem os cidadãos e se oficializam todos os atos na sociedade. A civilização ocidental moderna permite ser conhecida, com mais ou menos restrições, em vários aspectos devido a preservação dos arquivos. As hierarquias sociais, por exemplo, estão representadas e podem ser reconhecidas em registros contábeis, militares, ultrassecretos, governamentais, clericais, bancários e empresariais.

Se o Estado é capaz de impor uma multiplicidade de deveres em relação aos documentos, inclusive aos grupos

que antecedem a essa lógica – como os ciganos, que muitas vezes optam pelo analfabetismo –, então, também é preciso pensar o que significam esses grupos, e até uma civilização, sem registros para o tempo presente. Como seria possível reconhecer, através da ciência, a existência de grupos ou de uma civilização de pessoas que não deixaram suas marcas, seus registros ou seus arquivos? Tais grupos poderiam, no máximo, ser lembrados como uma categoria lendária, tal como os hiperbóreos descritos nas teorias platônicas.

A preocupação com a materialidade dos documentos de arquivo e sua capacidade de provar algo está associada ao saber científico. Os arquivos são dispositivos da racionalização e permitem, por meio de um sistema burocrático, o uso desses conjuntos documentais por parte dos cientistas para alcançar resultados (LATOURET, 2011). Esses resultados adquirem cientificidade justamente porque podem ser amplamente verificados, isto é, o acesso aos arquivos pode permitir um escrutínio sobre a metodologia. A verificabilidade, que

é um dos critérios para definir ciência, pode ser comprometida, em certa medida, caso não se respeite as qualidades dos arquivos, como a autenticidade, a identidade e a integridade. A Diplomática e a Tipologia Documental são as principais disciplinas no campo do saber arquivístico ligadas com a preservação e análise dessas qualidades. Em resumo, é relevante para cientistas o conhecimento da maneira como os documentos têm sido produzidos, classificados e interligados, pois os métodos que levaram aos resultados estão registrados na documentação que pode ser revisitada e distintamente combinada no sentido de gerar novos resultados (LATOURET, 2011).

Desde a época de Tales de Mileto, isto é, considerando o intervalo de 624 até 546 a.C., já era do saber dos antigos astrônomos que era possível prever eventos. Logo, a ligação com a ciência não é moderna, pois a previsão de eventos futuros baseada no comportamento dos astros só foi possível mediante o uso de registros de observação. Uma expressiva parte das ciências exatas trabalha com questões de predictibilidade e não



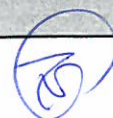
é possível fazer inferências sobre o futuro sem uma base registrada com dados (PANCHENKO, 1994).

Os cadernos de um laboratório são indispensáveis para práticas científicas, pois uma nova observação deve levar em conta aquilo que foi registrado (LATOURET, 2011). Uma dedução com vistas a fundamentar teorias novas deve articular todos esses dados, produzir informações e gerar conhecimento. Em última instância, o arquivo é a matéria-prima do conhecimento científico e toda inovação tecnológica oficial é encaminhada aos registros de patentes — cujos escritórios são imensos arquivos.

Uma das mais significativas inovações tecnológicas da civilização atual foi o aumento na capacidade de armazenar arquivos. Muitas se beneficiaram com metodologias, tecnologias e profissionais no sentido de racionalizar o trâmite dos arquivos. A *Memoteca Fink* foi sem dúvida, no Brasil, uma das empresas que mais lucrou com o setor dos arquivos na esfera privada. Contudo, a *Recall* parece ter tomado seu espaço no mercado brasileiro. A *Memoteca Fink*, assim como suas concorrentes, se

especializou nos arquivos correntes e intermediários. Esses arquivos estão ligados a uma memória mais imediata. Qual montante vale, no mercado, uma empresa de armazenamento de arquivos com sucesso? A empresa *Iron Mountain*, que negociou a *Recall Holdings* esse ano, atingiu a soma de dois bilhões de dólares (COMPETITION, 2016, p. 5).

A explosão do mercado dos arquivos se deu num contexto em que as máquinas digitais e os microprocessadores deixaram de ser exclusividade de unidades de inteligência dos governos para popularizar-se num novo mercado. Dentre os mais populares, incluem-se as memórias externas e internas, *pendrives*, *softwares*, *hardwares*, celulares *androids*, conteúdos de *sites* pagos, TV *online*, filmes *online*, músicas comercializadas na *web*, livros digitais, jogos virtuais, redes sociais, *tablets*, e uma infinidade de produtos tecnológicos. Os próprios mercados formais, como os mercados de capitais, os mercados financeiros, os mercados consumidores, e os mercados de serviços passaram ocupar uma ambiência digital, e as transações passaram a depender da tecnologia.



DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v24i2.8647862>

Não foi aleatoriamente que Brothman (2001) apontou a possibilidade de uma aproximação entre o campo dos arquivos e dos negócios por meio das tecnologias. Para o autor, isso inclui repensar a utilização organizacional da memória eletrônica de longo prazo, promover inovações no *design* dos sistemas, na recuperação da informação e nos *softwares* de gestão de arquivística.

Para Brothman (2001) os arquivistas devem elaborar mecanismos mnemônicos junto a processos de aplicações dos mesmos, tendo em vista as interfaces entre os resíduos do passado e a atualização do presente, para atender o funcionamento eficaz da memória em antecipação das necessidades e utilizações futuras.

Um caso que ilustra a utilidade desses mecanismos mnemônicos em suporte digital é o arquivamento de estatísticas da *North American Space Agency (NASA)*. No contexto da formação e uso da base mnemônica da *NASA* encontramos o seguinte relatório, publicado em 1995:

Descrição do Problema ou Sugestão: O esquema atual inclui arquivamento de estatísticas selecionadas (mín., máx., média, desvio padrão, e número de amostras) para

cada TLM mnemônica para toda órbita, todo dia, todo mês, e missão à data. Essas escolhas podem ser um tanto arbitrária, e podem não ser nem necessárias, nem suficientes para necessidades típicas. É provável que seja ineficiente e improdutivo arquivar cada TLM mnemônica de forma idêntica. Pode ser mais benéfico e eficiente para FOT e/ou engenheiros de subsistemas definirem o arquivamento estatístico necessário em subsistema-por-subsistema e base mnemônica-por-mnemônica baseada em operações empíricas de voos em órbita no mundo real e em experiências de engenharia de sistemas de voo. Arquivando como definido poderia então ser colocado em funcionamento pelo sistema tendo por base as tabelas criadas por eles mesmos. No mínimo, o sistema poderia fornecer algumas opções pré-definidas das quais os usuários escolheriam para cada mnemônica. Por exemplo, é improvável que estatísticas arquivadas de temperaturas variando lentamente, frequências de oscilador ou tensões constantes de fontes de alimentação reguladas sejam idênticas às estatísticas arquivadas de quantidades que mudam rapidamente, como velocidades de roda de giroscópio, temperaturas de transmissor ou sensores de atitude. Recomendação do Promotor: Fornecer uma capacidade para arquivamento mnemônico exclusivo, incluindo minimamente várias opções dentre as quais os usuários possam escolher (NASA, 1995, tradução nossa).

Esses arquivos eletrônicos, que ocu-



pam a memória artificial, podem ser valorados após um processo de avaliação que definirá o que será esquecido e o que poderá ser (re)lembrado. Assim, as práticas arquivísticas são essencialmente mnemônicas, porque instrumentalizam as pessoas e as instituições no sentido de ativarem suas memórias. Isso significa que a avaliação, na prática, define aquilo que será armazenado e ficará sob a custódia legal de uma instituição arquivística permanentemente. Portanto, a prática de avaliar como uma forma de constituição de fundos de arquivos eletrônicos ou arquivos tradicionais deve ser levada em consideração.

E como podemos entender a formação dos fundos de arquivo? Para pensarmos um arquivo e o processo de arquivar é possível fazê-lo por duas perspectivas: *retrospectiva* e *prospectiva*. Como abordado por Hofman (2007), a proposta *retrospectiva* direciona o olhar para trás, caracterizando a natureza de um arquivo e sua transmissão ao longo do tempo. Pela visão *prospectiva*, observa-se o processo de construção de um arquivo em uma organização, sendo o

enfoque direcionado à criação, captura e seleção de registros.

Conforme tratado por Upward (2007), com base nas construções de Michel Foucault, o arquivo seria uma entidade diversa, que controla pensamentos e que nunca pode quebrar-se por completo, uma vez que está sempre pronto para desorganizar as formações discursivas que tem construído. O arquivo estaria vinculado às condições históricas de enunciados e ao conjunto dos discursos efetivamente pronunciados, que continua funcionando e se transforma através da história e mediante o aparecimento de outros discursos. Deste modo, as regras de um arquivo definiriam os limites e as formas possíveis de enunciação, conservação, reativação e apropriação (CASTRO, 2009).

Por meio destes entendimentos, observamos os arquivos a partir das formas de reconhecimento/definição/validação das suas funções e dos múltiplos processos que lhe concederam um nome/lugar próprio. O arquivo seria um espaço definido a partir de



um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas umas sobre as outras. Esse lugar seria organizado por operações *especulativas* e *classificadoras*, por meio das quais seriam combinadas as ações de gestão e eliminação. Todavia, tal organização funcionalista não deve obscurecer as condições para novas possibilidades de enunciados dentro de uma cultura tecnológica, científica e política. Tais possibilidades permitem o tratamento do arquivo a partir de diversas associações que conduzem a transformações, intervenções e apropriações, apontando para novas formas de reconhecimento/definição/validação.

Pelo viés prático da Arquivística, a relação entre o arquivo e a memória é estabelecida por meio do exercício de poder(es): os arquivos exercendo poder pelo que registram, pelo que não registram e pela forma como um registro é realizado. Para Ketellar (2007), os registros têm e são um poder.

Na visão de Cook (1998), os registros são produtos conscientes para criar ou servir a um propósito. Pelo pensamento dos arquivos, o passado é controla-

do, certas histórias são privilegiadas e outras marginalizadas. Verifica-se, portanto, que os arquivos podem ser entendidos como sítios ativos onde o poder é negociado, constatado e confirmado (SCHWARTZ; COOK, 2002).

Na concepção de Murguia (2011, p. 29, tradução nossa), “o arquivo é sempre uma exterioridade, uma prótese, uma quantificação do documento; mas, sobretudo, é também um lugar e um espaço”. O arquivo como *lugar* seria aquele vinculado à noção de disposição física dos documentos, onde reina qualquer tipo de ordem e exercício de poder. Tal visão se relaciona aos arquivos institucionalizados (públicos e privados), os quais passaram a ser reconhecidos como *lugares de memória*. Já a noção de *espaço* aponta para os movimentos e deslocamentos que levam a diversos tipos de exterioridade, materialidade e circulação documental. Tais dinâmicas são articuladas por meio de fazeres ou trajetórias de ordem estratégica e tática: o *lugar* seria onde as coisas devem estar e o *espaço* onde elas podem estar.

A ampliação conceitual proposta por



Murguia (2011) sobre os *lugares de memória* proporciona entendimentos a respeito dos processos de racionalização (dessacralização e desmistificação) que alocam à circunscrição de um *lugar* como *algo próprio*. Quando o autor lança essas questões, pelo viés dos processos de institucionalização dos arquivos, leva-nos ao entendimento desses *lugares de memória* também como um *não-lugar*, uma vez que as manifestações temporais, como a memória, são formas de apropriações e emergências criadas nas fissuras desejadas pelo exercício de um poder institucional. Tais questões podem ser mais bem apreendidas se compreendermos seus limites ou as fronteiras que possibilitam compreensões sobre a relação entre arquivos e memória.

Na visão de Piggott (2007), essa relação é uma questão incontestável, que pode ser percebida desde Jenkinson (1922) até as considerações de uso bastante comum da ideia de *lugar de memória*, proposta por Nora (1993). Piggott (2007, p. 410, tradução nossa) apresenta que ao longo dos últimos quatro séculos as estruturas corpora-

tivas e o Estado têm necessitado, cada vez mais, de uma memória. Este fato pode ser verificado de forma mais pontual desde a Nação-Estado, e de toda sua maquinaria, que passou a descobrir que “os registros não eram uma conveniência artificial, mas um capacitador indispensável e muito exato da lembrança organizada”. No entanto, o autor enfatiza o exagero dessa conexão ao problematizar o peso que algumas afirmações têm sobre a ideia de que a base documental da memória coletiva de uma nação teria como alicerce a conservação de documentos (representação do passado humano) em lugares como os arquivos.

O autor chamou a atenção sobre a distinção entre a lembrança e o esquecimento, fator que, segundo ele, tem se desvanecido. Sobre isso, destaca que cada vez mais os arquivos, as bibliotecas e os museus passam a ser considerados coletivamente como instituições de memória. Como pontua, no setor do patrimônio cultural da Austrália e de outros países, os estudos culturais e de memória dentro dessas três instituições desconsideram

a importante distinção que se coloca através da dialética da memória (lembrança e esquecimento).

Por meio desses estudos, os contrastes entre a natureza e a significância da memória não estão presentes no interior desses lugares, mas o que é distinguido são os “mitos e crenças comunicados de maneira oral por uma parte, e os objetos, artefatos e documentos fisicamente mais duráveis, por outra” (PIGGOTT, 2007, p. 416, tradução nossa). O *Programa Memória do Mundo* (1992), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), permite o registro de materiais arquivísticos e impressos sendo exemplo da ampliação dessas manifestações em âmbito internacional. Por meio desse programa, percebemos alguns movimentos que tendem para uma sobrevalorização da preservação de certa memória através da seleção de determinados registros e sua instituição como patrimônio documental; um patrimônio que carregaria a incumbência de ser o suporte e objetificação da memória do mundo.

Uma articulação mais ampla e quali-

ficada para a relação entre memória, registro (s) e arquivo (s) na atualidade seria possível, por exemplo, através dos trabalhos desenvolvidos por Cook (2001), os quais colocam que a importância do resíduo documental está não somente vinculado à memória da sociedade, mas também à revelação das inter-relações entre o cidadão-estado e seus equivalentes, como corporações, corpos não governamentais, instituições, organizações religiosas e outras. Em outros termos, essa visão permite-nos considerar não somente os registros das transações administrativas, mas as tantas informações e memórias “circunscritas” em diferentes suportes e/ou realizadas em diversas manifestações (PIGGOTT, 2007).

Para Piggott (2007, p: 436), as operações que têm por intenção tomar a memória como objeto estão, geralmente, destinadas ao fracasso. Em sua opinião, tais ações que visam recordar o oco ou a “presença ativa das coisas ausentes” tendem a “profanar e desmoralizar; golpear tanto simbólica quanto fisicamente” o traçado dos resíduos do passado.



Como colocaria Certeau (2004, p. 189), “o que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências”. Na concepção de Murguia (2011), os arquivos compreendidos nesses aspectos seriam, portanto, um símbolo e um *lugar de memória*; simbolizariam tanto o passado por meio das buscas das origens quanto o poder do Estado moderno através de diversos lugares como as cidades, instituições civis e oficiais.

Um fator importante nessas reflexões são os percursos de/para racionalização das memórias por meio de estratégias, agenciamentos e exercício de múltiplos poderes para a institucionalização, estabilização e enquadramento de espaços/ambiências como lugares pré-estabelecidos. A crescente definição, valorização e preservação desses lugares e de seus conteúdos (materiais e simbólicos) ressalta a ideia da preservação pelo viés da perda, sem que pareça ser necessário colocar em discussão as várias (res)significações valorativas, os esquecimentos e os movimentos que estabelecem a relação entre arquivos e memória

como sinônimos, “de maneira muito confiada e muito frequentemente” (PIGGOTT, 2007, p. 405).

De acordo com o que foi exposto, dentre os eixos possíveis decorrentes da associação entre a memória e os arquivos estão: arquivos jurídico-administrativos – *memória institucional*; patrimônio arquivístico – *memória histórica e cultural*; produtos e serviços info-arquivísticos – *memória digital*. Esse último eixo tem sido pouco explorado pela literatura, que tem se concentrado na gestão documental nas esferas pública e privada, sem considerar o arquivo como dispositivo de poder institucionalizado (não somente estatal), que sustenta o funcionamento dos mercados de empresas de armazenamento que exploram práticas mnemônicas com valores econômicos bilionários, tal como assinalamos no caso da negociação entre a *Iron Mountain* e a *Recall*. Há, pelo menos no mercado, uma clara distinção entre o campo da memória imediata e da mediata: a primeira ligada à gestão documental, e a segunda com o tratamento e a mediação. O que indica o



nosso entendimento de que a articulação/vinculação entre a memória se dá, ao menos no campo da Arquivística, com base em suas *epistemes* científicas, as quais são desdobramentos ou acomodam as *epistemes* jurídica, histórica e administrativa. Neste sentido, tais questões colocam na pauta dos campos teóricos, epistemológicos e práticos, o imperativo da explicitação, de forma proporcional e honesta, das conjunturas e intenções relativas à associação entre *memória* e *arquivo*, sem utilizar o conceito de memória apenas como *lobby* ou propaganda.

## Conclusão

A memória não é o arquivo, mas as práticas mnemônicas coincidem, em certa

medida, com as práticas arquivísticas. Portanto, a partir dessas práticas alocadas nos saberes arquivísticos, como, o arranjo, a descrição e a avaliação, os documentos podem *vir a ser* ativadores da memória. As relações possíveis entre *memória* e *arquivo* se estabelecem no campo das práticas mnemônicas e, com a tecnologia, também dos mecanismos mnemônicos. Na medida em que os arquivos são materialidades do passado, eles podem atualizar a memória de uma pessoa, ou conjunto de pessoas, frente às demandas do presente. Consideramos, portanto, que os arquivos compõem uma parte significativa das bases que serão parte da memória praticada de uma instituição, família, cidadão ou sociedade. Entretanto, é preciso considerar que essas bases podem ser compreendidas no âmbito de atuação técnica que se correlaciona com os saberes e as práticas da arquivística.



## Referências

- BROTHMAN, Brien. The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. *Archivaria*, n.51, Ottawa, 2001, p. 48-80.
- CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2 ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
- Disponível em: <<http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/EuCa/totalCasanova.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COMPETITION AND MARKETS AUTHORITY. *A report on the completed acquisition by Iron Mountain Incorporated of Recall Holdings Limited*. Londres, 16 jun. 2016. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57628172ed915d3cfd000058/iron-mountain-recall-final-report.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v.1, n.1, Dordrecht, 2001, p. 3-24.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998, p. 129-149. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- DODEBEI, Vera; GOUBEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação*, v.9, n.5, Rio de Janeiro, out. 2008, p. 00. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out08/FI\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/out08/FI_art.htm)>. Acesso em: 14 set. 2010.
- DURANTI, Luciana. Archive as a place. *Archives & Social Studies - A Journal of Interdisciplinary Research*, v.1, n.0, Cartagena, 2007, p. 445-466. Disponível em: <[http://archivo.cartagena.es/files/36-165-DOC\\_FICHERO1/07-duranti\\_archives.pdf](http://archivo.cartagena.es/files/36-165-DOC_FICHERO1/07-duranti_archives.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2016.



DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/resgatev24i2.8647862>

HOFMAN, Hans. El archivo. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 191-226.

KETELAAR, Eric. Gestión de registros y poder social. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 379-404.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LONG, George. *Political Dictionary; forming a work of universal reference, both constitutional and legal, and embracing the terms of civil administration, of political economy and social relations, and of all the more important statistical departments of finance and commerce*. Londres: Charles Knight and CO., 1845. v.1.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC/SP, 2007, p. 13-33.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Archivo, memoria e história: cruzamientos e abordajes. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, n.41, Quito, 2011, p. 17-37. Disponível em: <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/387/380>>. Acesso: 10 jul. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados em História*, v.10, n.10, São Paulo, 1993, p.7-28.

NASA (North American Space Agency). *Report. Preliminary Design Review*. Organization Mission Operations Manager/505, 1995. Disponível em: <[http://edhs1.gsfc.nasa.gov/waisdata/complete/hold/PDR\\_Rids/121.pdf](http://edhs1.gsfc.nasa.gov/waisdata/complete/hold/PDR_Rids/121.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2016.

PANCHENKO, Dimitri. Thales's Prediction of a Solar Eclipse. *Journal for the History of Astronomy*, n.25, 1994, p. 275. Disponível em: <<http://articles.adsabs.harvard.edu/full/1994JHA...25..275P>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

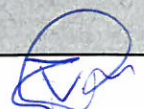


PIGGOTT, Michael. Archivos y memoria. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 405-441.

RAMINGEN, Jakob von. Von der Registratur, Vnd Jren Gebäwen vnd Regimenten, deßgleichen von jhren Bawmeistern vnd Verwaltern vnd jrer qualificationen vnd habitibus, Heidelberg, 1571. Disponível em: <<https://bildsuche.digitale-sammlungen.de/index.html?c=viewer&lv=1&bandnummer=bsb00010487&pimage=00001&suchbegriff=&l=de>>. Acesso em: 29 nov 2016

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v.2, n.1, Dordrecht, 2002, p. 1-19.

UPWARD, Frank. El continuo de los registros. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 275-307.



**ANEXO V**



# arquivos de família

património  
memória  
conhecimento

## Certificado de Participação

Certifica-se que Taiguara Villela Aldabalde,  
participou no II Ciclo de Conferências “**Arquivos Pessoais e de Famílias. Património, Memória e Conhecimento**”, cuja sessão foi subordinada ao tema “**O Arranjo dos Arquivos: Preservação e Tratamento de Arquivos Pessoais e de Família**”, organizado pela Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados, pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, pela Fundação Inês de Castro e pelo Município de Ponte de Lima.

A Comissão Organizadora

*Abel Rodrigues*

*Ana Isabel Ribeiro*

*Armando Malheiro da Silva*

*Assunção Júdice*

*Cristiana Freitas*

*Leonor Calvão Borges*



**ANEXO VI**





Universidad Complutense de Madrid  
 Facultad de Ciencias de la Documentación  
 Departamento de Biblioteconomía y Documentación

## V Seminario Hispano Brasileño de investigación en Información, Documentación y Sociedad

14-17 de noviembre de 2016

### SALA DE CONFERENCIAS

14 de noviembre de 20126

9-9.30 Entrega de acreditaciones

9.30-10. Acto institucional de apertura

10-10.40. Conferencia inaugural

**Dr. Paulo Speller.** Secretario General de la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)

**SESIÓN 1. ORGANIZACIÓN, TRATAMIENTO Y COMUNICACIÓN DE LA INFORMACIÓN (I)**

**10.45-12.00 MESA 1**

Moderan: **Dra. Cynthia Roncaglio y Dra. Concepción Mendo Carmona**

-Maria Celina Soares de Mello e Silva, Alexandre Faben (Universidade de São Paulo y Universidade Federal do Espírito Santo). *Identificação de tipologia documental como base para organização de arquivo pessoal de cientista.*

-Rodrigo Rabello, Georgete Medleg Rodrigues. (Universidade de Brasília). *Documento, arquivo e formas de representação da realidade.*

-Lucia Maria Velloso de Oliveira Lucia. Universidade de São Paulo. *Os tipos documentais: a forma de registro de um modo de viver.*

-Rubén Almarza González (Universidad Carlos III de Madrid). *Criterios para la selección y adaptación de un repositorio semántico para la gestión de tesauros SKOS.*

12.00 -12.15. Intervalo café

12.15 -13.30. MESA 2

Moderan: **Dra. Georgete Medleg Rodrigues y Dra. María Antonia García Moreno**

-Taiguara Villela Aldabalde, Isabel Ponce de Leão. (Universidade Federal do Espírito Santo (Universidade Fernando Pessoa y Universidade de Brasília). *Arquivos manuscritos na programação cultural da Casa F. Pessoa.*

-Danielle Alves Batista, Eliane Braga Oliveira (Universidade de Brasília). *Auditoría archivística: un análisis de los requisitos en el contexto del archivo público del Estado de São Paulo.*

-Caroline Almeida Sodré, Cynthia Roncaglio (Universidade de Brasília). *O Acesso aos documentos da DOPS no Banco de Dados Memórias Reveladas.*

-Zuri ne Pi na Landaburu. (Universidad Complutense de Madrid). *Aplicación de las ontologías al âmbito de Big Data.*

13.30 -15.30 Intervalo comida

**SESIÓN 2. POLÍTICAS DE INFORMACIÓN (I)**

**15.30-16.45 MESA 3**

Moderan: **Dra. Eliane Braga y Dr. Fernando Ramos**

-Ramon Maciel Ferreira, Raone Somavilla, Martius Vicente Rodriguez y Rodrigues (Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Santa Maria y Universidade Federal Fluminense). *Reflexiones de acceso a la información y política de incumplimiento de leyes en archivos IFES.*

-Luzia Zorzal, Georgete Medleg Rodrigues (Universidade Federal do Espírito Santo y Universidade de Brasília). *A transparência dos relatórios de gestão nas universidades federais: proposta de um modelo de análise.*

-Janyluce Rezende Gama, Georgete Medleg Rodrigues (Universidade de Brasília). *Transparência e lei de acesso às informa es públicas: identifica o e análise dos limites para sua aplica o na Universidade Federal do Espírito Santo.*

-Acácia Mendonça Rios, Aurora Cuevas-Cerveró, Ronaldo Linhares (Universidad Complutense y Universidade Tiradentes). *Políticas de acesso   informa o pública no Brasil: avanços e recuos nas vías de acesso   cidadania.*

## V Seminario Hispano Brasileño de investigación en Información, Documentación y Sociedad

**17 de noviembre de 2016**  
**Casa do Brasil**  
**(9.30-13.00)**

**ACTIVIDADES PARALELAS**  
**(14-17 de noviembre)**

### SESIÓN 8. INFORMACIÓN, DESARROLLO Y SOCIEDAD

9.30-10.45 MESA 19

Moderan: **Dra. Isa Freire** y **Dr. David Carabantes**

-Manuel Hernández-Pedreño, Baldomero-Eduardo Romero-Sánchez, José Antonio Gómez-Hernández (Universidad de Murcia). *Metodologías de investigación cualitativa aplicadas en un estudio sobre la función social de la biblioteca pública*  
 - Valeria Pinto Freire, Ronaldo Nunes Linhares, (Universidade Tiradentes). *Contextos investigativos do projeto infoinclusão cidadã: formação para o acesso à informação e aos serviços públicos*

- Alvaro Gómez de Zamora Cuevas (Universidad Complutense de Madrid). *Cooperación al desarrollo en Bibliotecas: experiencias en la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno de Bolivia.*

-Caio Guimarães Alcântara, Rosângela Dória Lima, Valéria Pinto Freire (Universidade Tiradentes). *Informação e desenvolvimento social: usos da tecnologia da informação para acesso ao conhecimento e cidadania.*

10.45.00– 12.00. MESA 20

Moderan: **Michela Montesi** y **Elmira Simeão**

-Silvia Cobo Serrano, L. Fernando Ramos Simón, Brenda Siso Calvo (Universidad Complutense). *Las obras huérfanas en el área de Información y Documentación: un reto internacional para la profesión.*

-Núria Bautista Puig (Universidad Carlos III de Madrid). *Sinergia Universidad-empresa: análisis de la creación de empresas spin-off en la provincia de Sao Paulo y su apoyo al emprendimiento.*

-Fernanda Maria Melo Alves, Martins Fernando Guambe (Universidad Carlos III de Madrid, Universidade Federal da Bahia). *Información y desarrollo: digitalización de las colecciones del archivo histórico de Moçambique.*

-Adriana Isidório da Silva Zamite, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Eugenia Magna Broseguini Keys, Bruno de Almeida Zamite (Universidade Federal do Espírito Santo). *A criação de um centro local de informação para a mitigação de situações socioambientais críticas.*

12.00 ACTO INSTITUCIONAL DE CLAUSURA

12.30 Inauguración de la exposición de fotografías de Ricardo Rodrigues: **FLAGRANTES DE LEITURA**

Presenta: **Wagner Barja**

13.00 Vino español

### ENCUENTRO DE PROFESIONALES DE ARCHIVOS:

OS ARQUIVOS DAS UNIVERSIDADES DIANTE DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: IMPASSES E EXPERIÊNCIAS

Organizan y moderan: Dra. Cynthia Roncaglio y Dra. Concepción Mendo

Participan: Responsables del archivo de las Universidades de Brasilia, Alcalá de Henares, Carlos III, Complutense, Rey Juan Carlos y UNED .

### ACTIVIDADES FORMATIVAS:

-EL APASIONANTE MUNDO DE LA COLABORACIÓN: HISTORIA DE UNA INCRUSTACIÓN

Impartido por Carmen Muñoz y Mar Sanz.

-PROYECTOS DE DIGITALIZACIÓN EN LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

Impartido por José Antonio Magán Wals.

-PROMOCIÓN DE SERVICIOS EN LA BIBLIOTECA UCM

Impartido por Rhut López Zazo.

Actividades organizadas por Cristina Gállego Rubio, Biblioteca UCM.

### -MUSEOLOGÍA SOCIAL

Organizado por Silmara Kuster de Paula Carvalho, Universidad de Brasilia.

### VISITAS TÉCNICAS

-MUSEO NACIONAL DEL PRADO

Departamento de Conservación y Restauración.

-MUSEO NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFIA

Departamento de Conservación, restauración e Instalaciones de Arte.

-MUSEO THYSSEN

Departamento de Restauración.

-LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO Y EXPERIMENTACIÓN MUSEOGRÁFICA.

-ARCHIVO UNIVERSITARIO DE LA UNED.

### EXPOSICIONES DE FOTOGRAFÍAS

Ricardo Rodrigues

MUSEOLOGIA E INCLUÇÃO SOCIAL:

RETRATOS DE CIDADANIA

Biblioteca María Zambrano (UCM)

FLAGRANTES DE LEITURA

Casa do Brasil

Comisariado: **Wagner Barja**

Director del Museo Nacional de la República, Brasilia

**ANEXO VII**

25

V Seminario Hispano Brasileño

# Investigación en Informática y Documentación



FACULTAD DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN

Departamento de Biblioteconomía y Documentación

## CERTIFICADO

**Dra. TAIGUARA VILLELA ALDABALDE** ha participado como ponente en el V Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, celebrado en Madrid los días 14, 15, 16 y 17 de noviembre de 2016, con la ponencia titulada: **Archivos manuscritos na programação cultural da Casa F. Pessoa** y para que así conste, firmamos el presente certificado en Madrid a **18 de noviembre de 2016**

Prof. Dra. M<sup>a</sup> Teresa Fernández Bajón  
Directora del Departamento de  
Biblioteconomía y Documentación

Prof. Dra. Aurora Cuevas Cerveró  
Prof. Dra. Elmira Simeão  
Coordinación del Seminario

UNIVERSIDAD  
COMPLUTENSE  
MADRID



Universidade de Brasília

**ANEXO VIII**



# ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

## ARCHIVAL MANUSCRIPTS IN THE CULTURAL PROGRAM OF FERNANDO PESSOA HOUSE

Prof. Doutor Taiguara Villela da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.  
Profa Doutora Catedrática Isabel Ponce de Leão da Universidade Fernando Pessoa, Portugal.



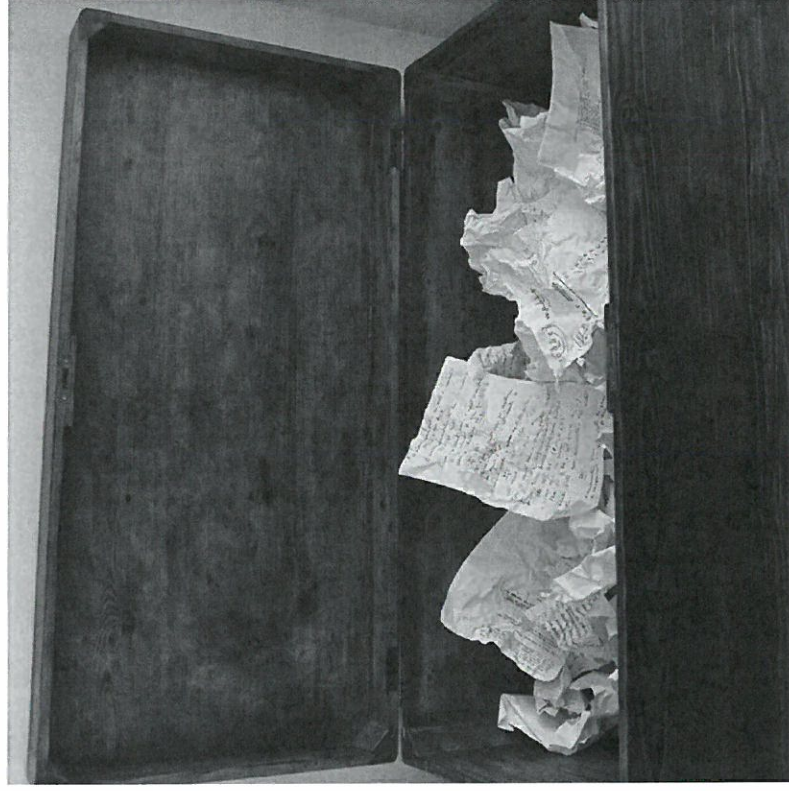
## ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

#Existem poucos trabalhos sobre o Arquivo de Fernando Pessoa e todos encontrados com o termo "Arca" e sob o viés dos Estudos Pessoanos

#Não encontramos trabalho com nosso temática;

#Há lacuna na literatura

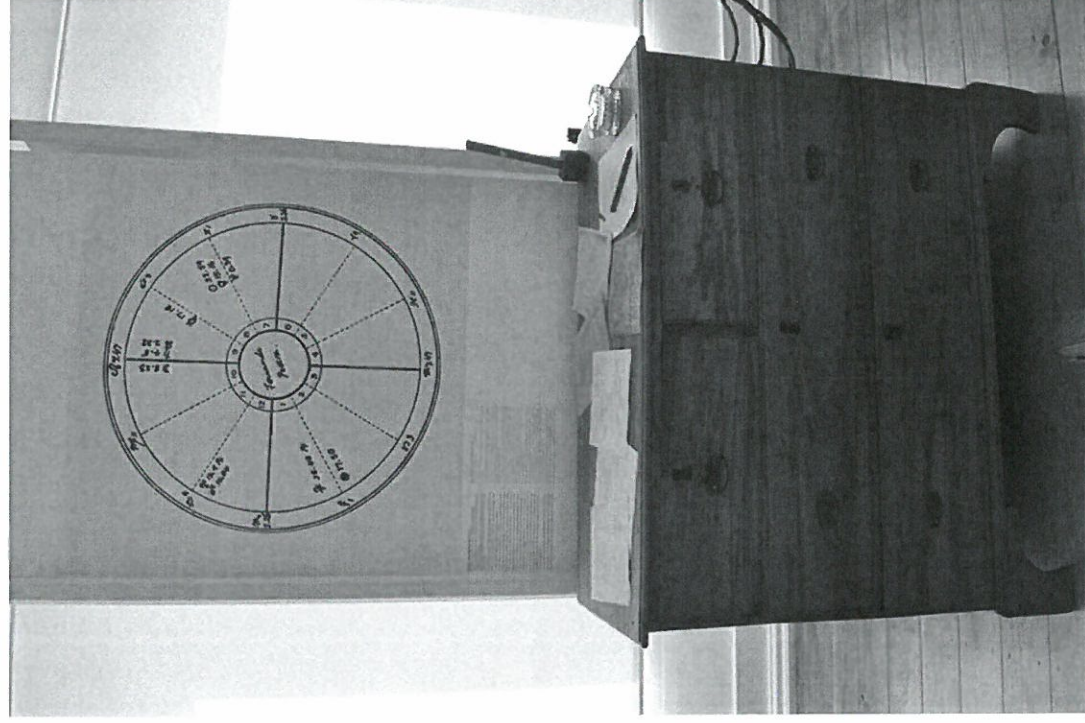
#Estudo pode contribuir para a Mediação Cultural COM Arquivos: servir como referência para outras instituições que queiram valorizar e explorar os documentos de arquivo como as casas-museu;



#O estudo é dado a partir da tese sobre Mediação Cultural EM instituições arquivística desenvolvida na UnB sob orientação da Professora Doutora Georgete Medleg Rodrigues.

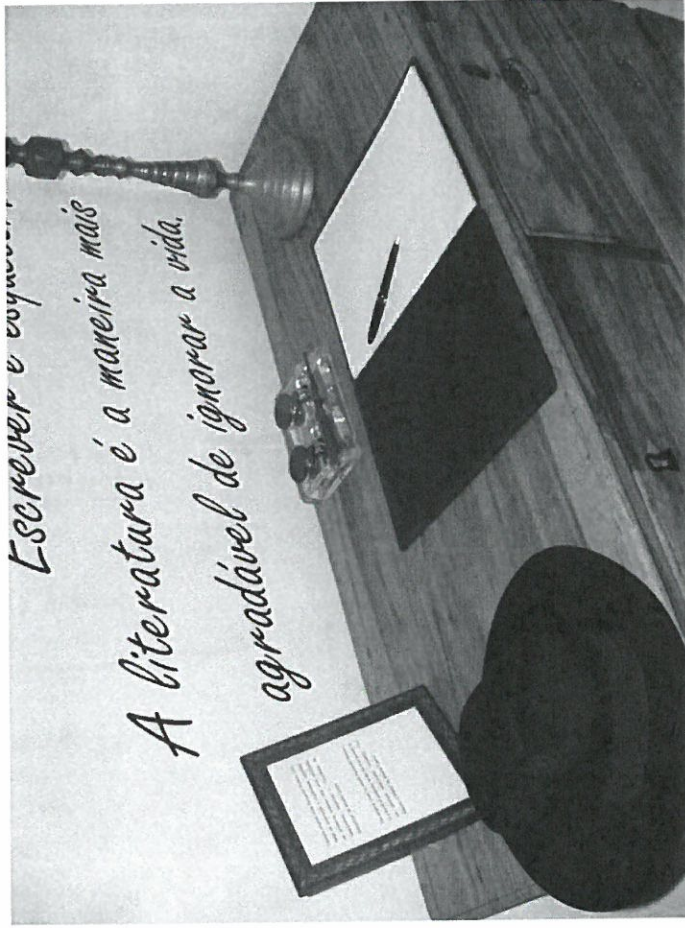


# ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA



## Contextualização e Premissas:

- #Manuscritos de Pessoa se enquadram na Lei do Patrimônio Português (lei 13/85) – Estado democrático deveria garantir, em tese, o usufruto dos bens culturais
- #Democratização dos serviços públicos inclui os serviços ligados ao patrimônio documental
- #Casa Fernando Pessoa é uma repartição pública de Lisboa, uma casa-museu cujo acervo está ligado ao Espólio da BNP
- #Arquivos manuscritos de Pessoa se encontram restritos e sem descrição na BNP
- #Representação é uma “imagem” capaz de reconstituir o objeto em memória e/ou ideia
- #Representações dos arquivos manuscritos permitem diversas apropriações e aumentam a circulação para experiências além dos gabinetes de leitura



## ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

O objetivo:

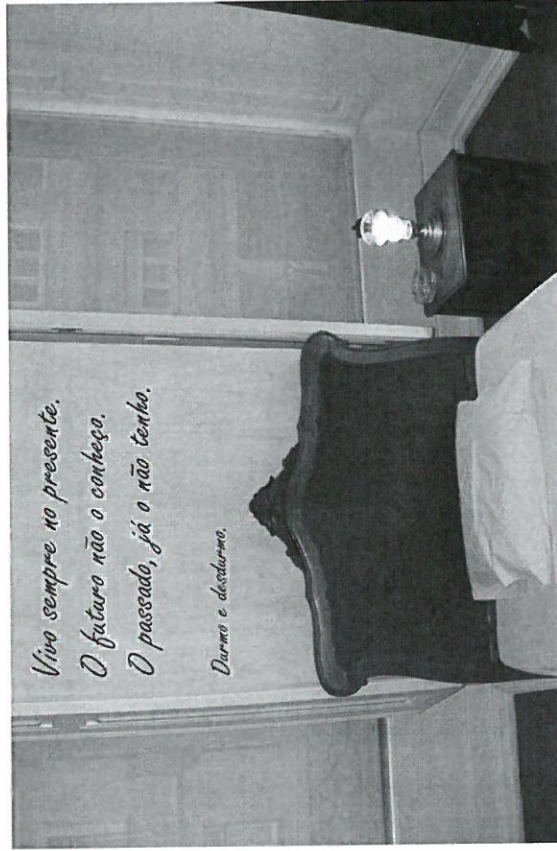
#Identificar **representações** dos arquivos manuscritos no programa cultural da Casa Fernando Pessoa

e

#inferir quantas dessas **representações** estiveram presentes na casa-museu.

O método :histórico-documental

Datas dos documentos encontrados:  
1995; 2006 até 2015.



A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the author or researcher.

# ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

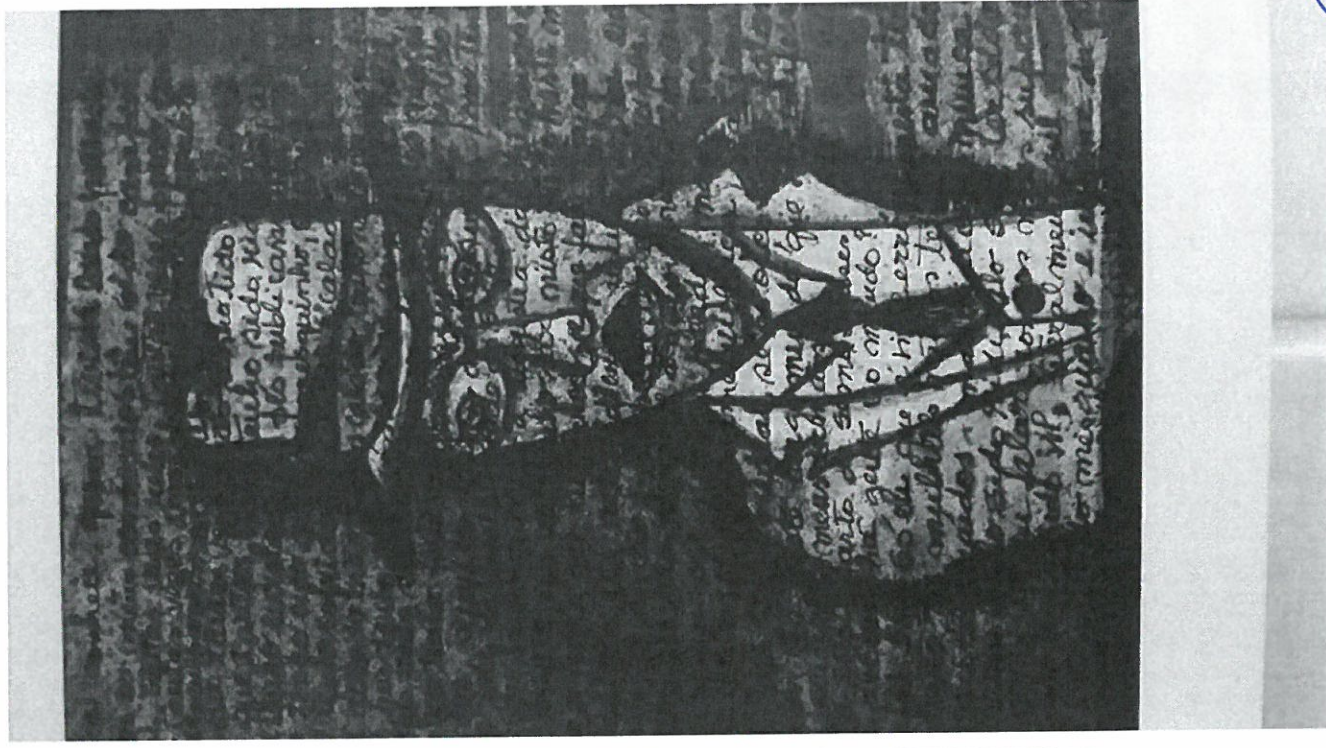
## Representações artísticas

lcorrespondência  
com Ophelia;  
love letters  
to Ophelia

lesculturas em barro,  
policromado;  
multicoloured  
clay sculptures  
(3x)(9x12x13cm)

2009

escolheram esquecer a infância para se protegerem | protection, by the way) from fear. Fernando  
Pessoa lucidly dared never forget the child he





# ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

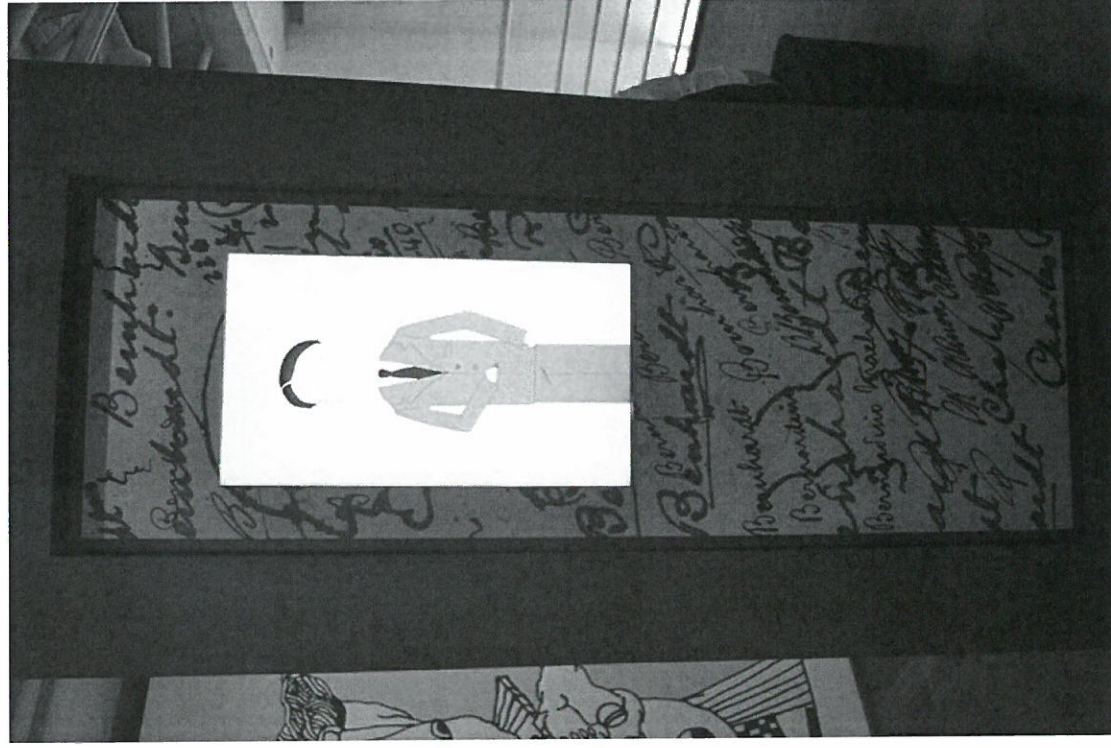
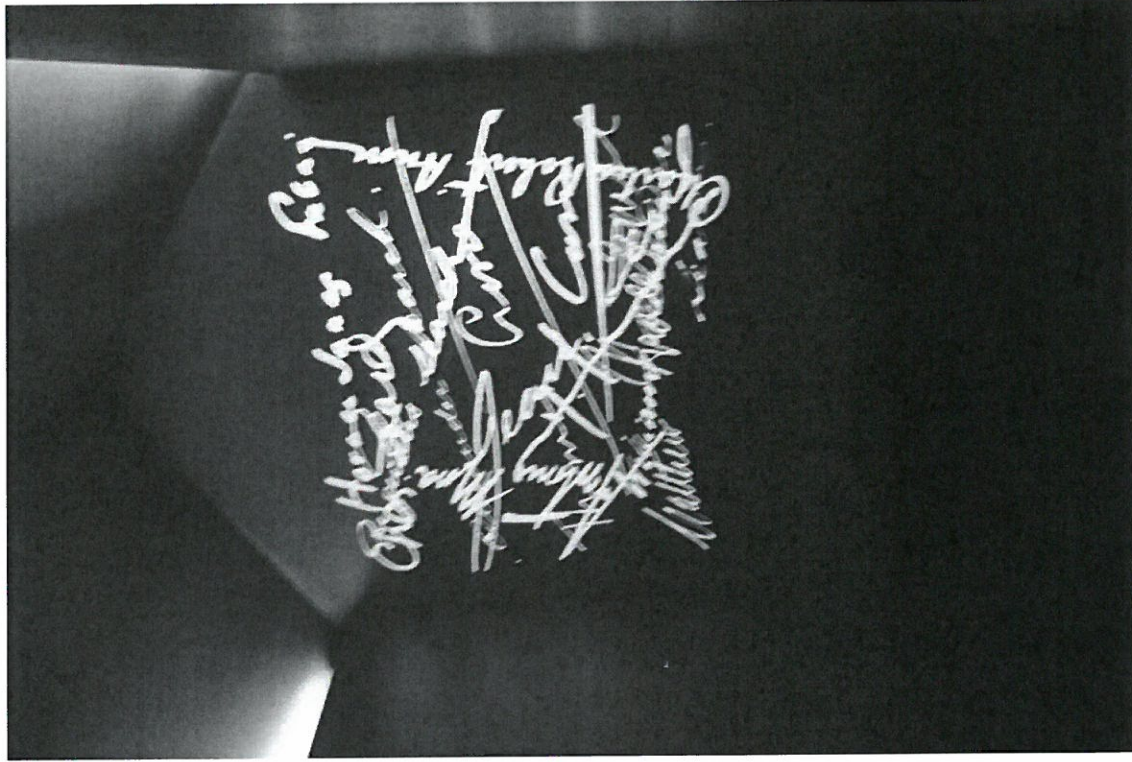
Representações fac-similares



AS

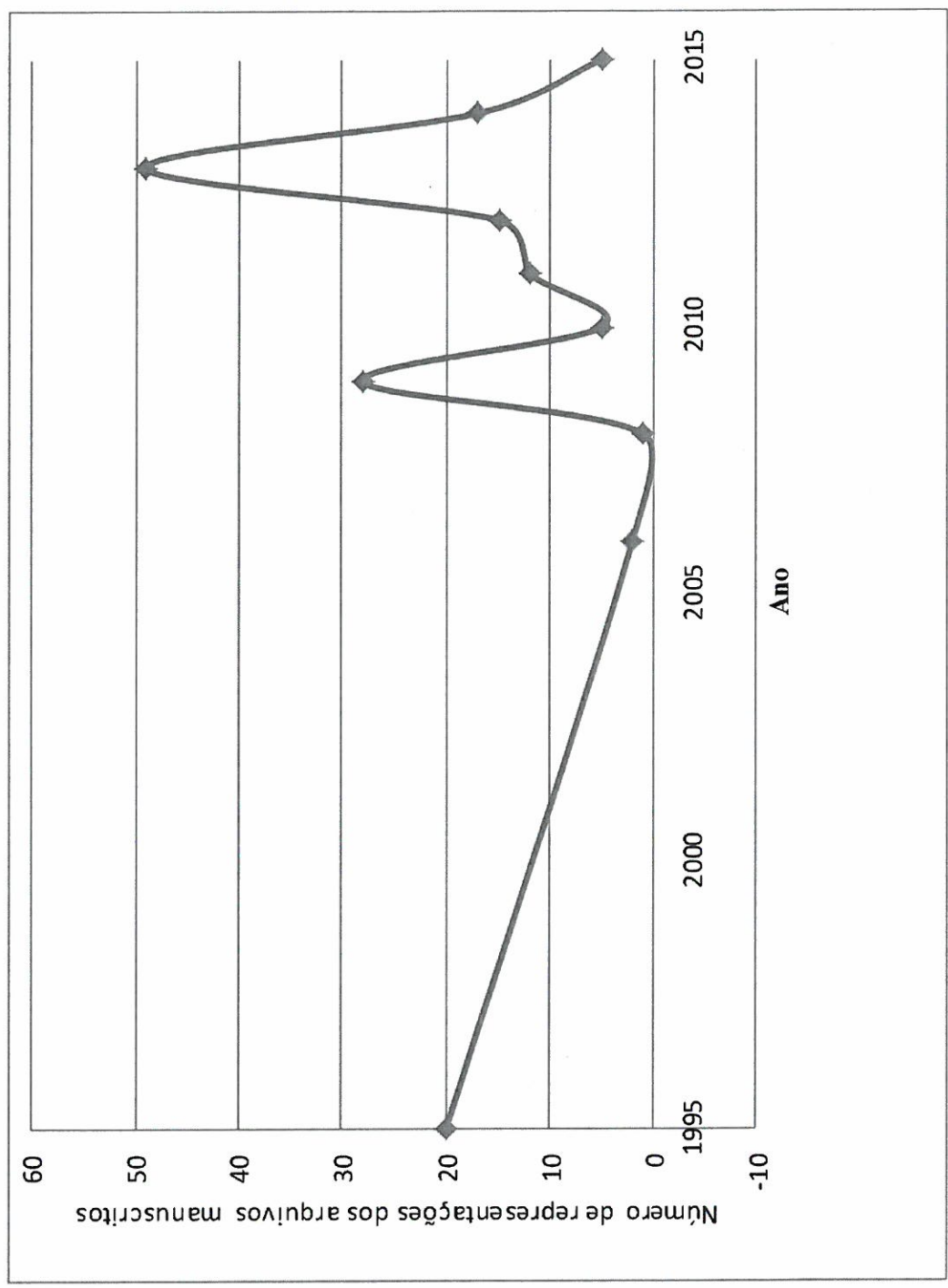
# ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

Representações visuais



# ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

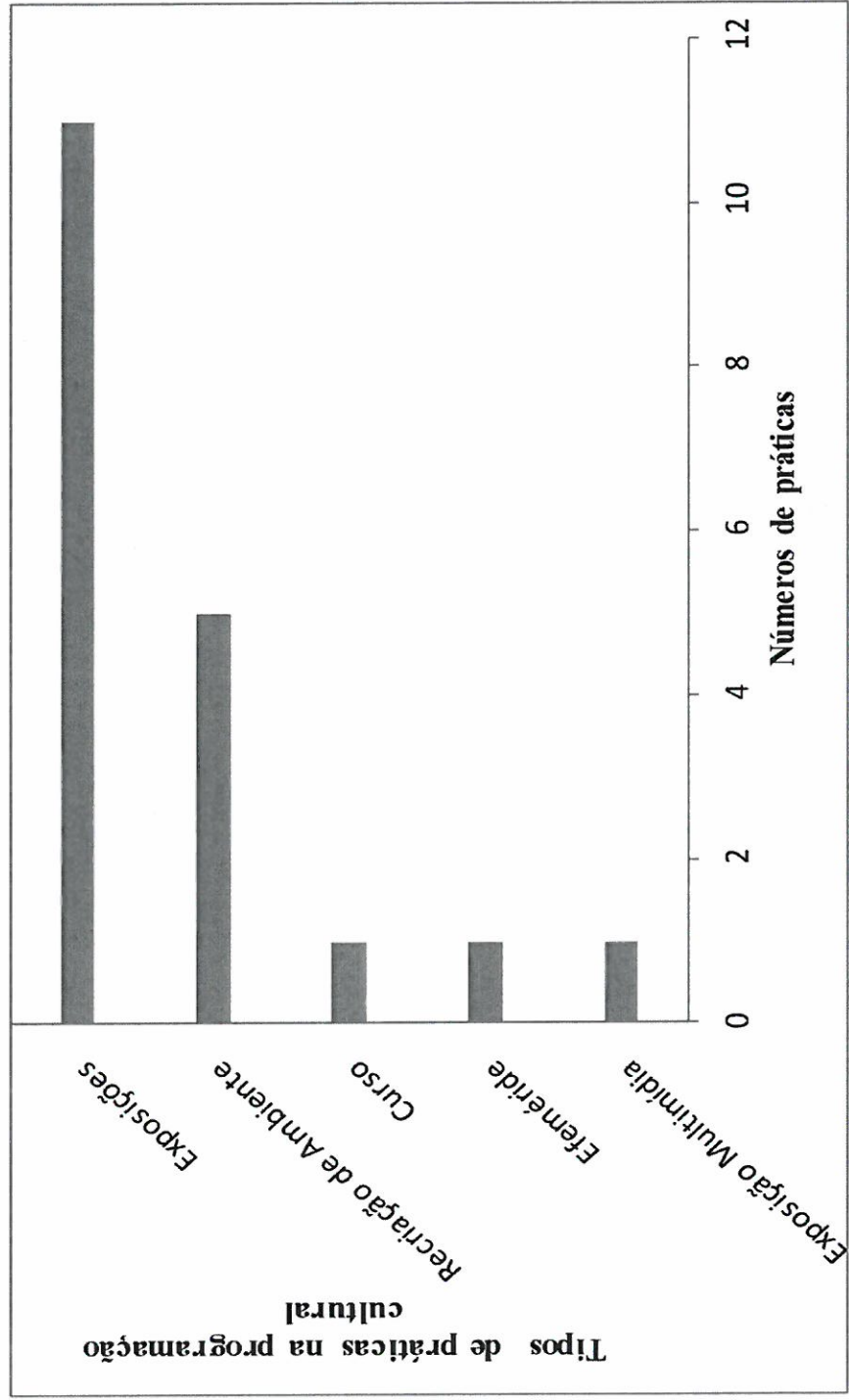
Quantitativo : 154 representações de arquivos manuscritos pessoais na programação cultural da Casa Fernando Pessoa por ano (1995-2015)



25

**ARQUIVOS MANUSCRITOS  
NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL  
DA CASA FERNANDO PESSOA**

Qualitativo: tipos de atividades na programação cultural da Casa Fernando Pessoa por em números absolutos das práticas com representações dos arquivos manuscritos (1995-2015)



**ARQUIVOS MANUSCRITOS  
NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL  
DA CASA FERNANDO PESSOA**

**Conclusão:**

1995, 2006 até 2015, o total de 154 representações

19 práticas na programação cultural

Recriações do ambiente,

Exposições,

Exposição multimídia,

Aniversário da Casa Fernando Pessoa  
(efeméride do falecimento do patrono)

Curso.



**ARQUIVOS MANUSCRITOS  
NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL  
DA CASA FERNANDO PESSOA**

**Conclusão:**

**#Os arquivos manuscritos foram explorados inclusive com parcerias da indústria editorial**

**#Não foi valorizado o sentido original dos documentos;**

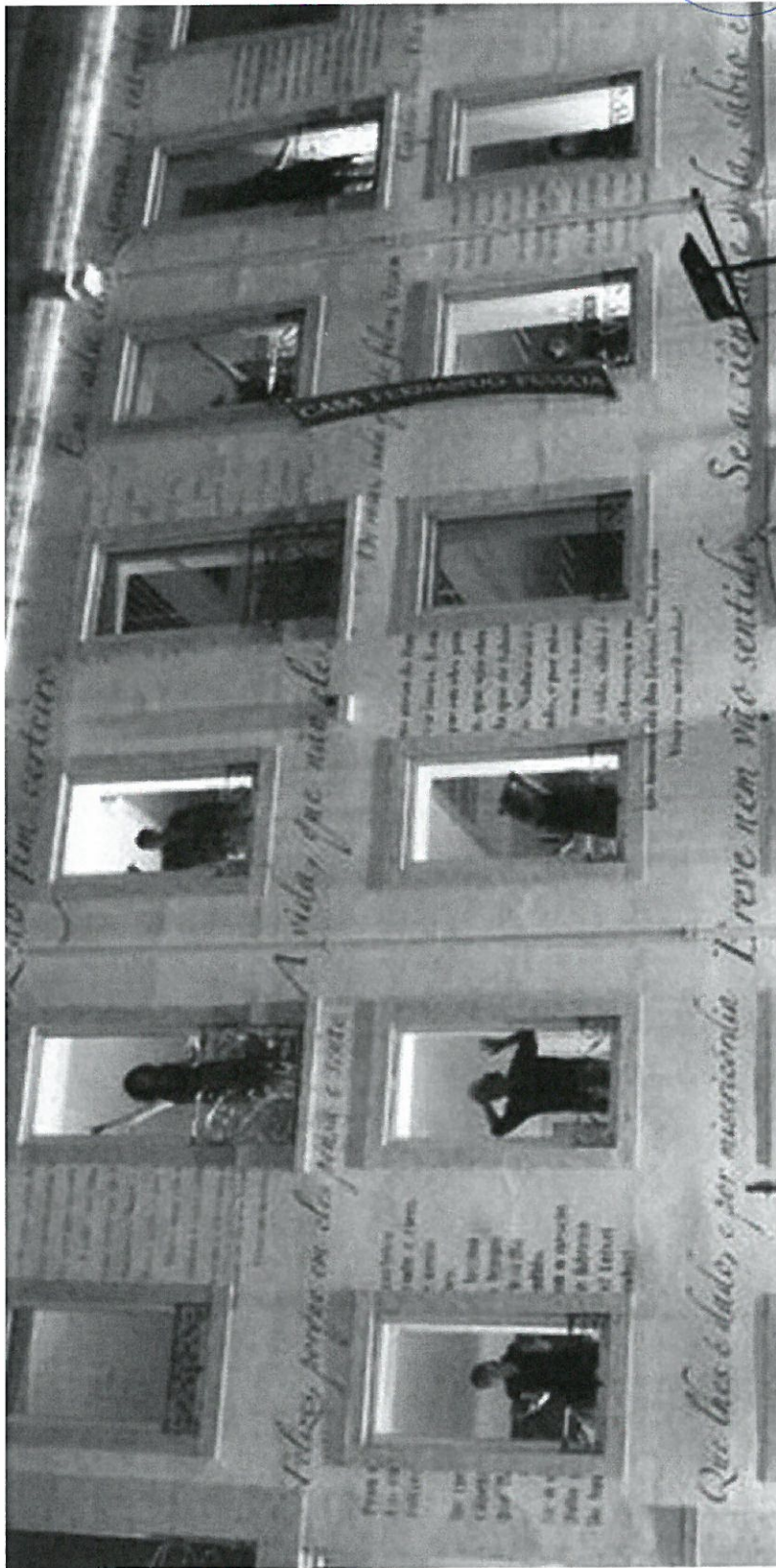
**#Há um impacto da [falta de] descrição arquivística na mediação do material;**



ARCHIVAL MANUSCRIPTS  
IN THE CULTURAL PROGRAM  
OF FERNANDO PESSOA HOUSE

[facebook.com/groups/culturarq](https://facebook.com/groups/culturarq)

**OBRIGADO!!! OBRIGADO!!!**



**ANEXO IX**



## **ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA**

### **ARCHIVAL MANUSCRIPTS IN THE CULTURAL PROGRAM OF FERNANDO PESSOA HOUSE**

#### **Resumo**

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de pós-doutorado em Ciência da Informação. O objetivo é identificar os traços das representações dos arquivos manuscritos no programa cultural da Casa Fernando Pessoa e inferir quantas dessas representações estiveram presentes na casa-museu. Para tanto, o método adotado é a pesquisa histórico-documental nos arquivos da Casa Fernando Pessoa no ano de 1995, e de 2006 até 2015. Como resultado, conclui-se que, o que foi encontrado no presente estudo demonstrou as 154 representações dos arquivos manuscritos em 19 práticas. Os tipos de práticas seguiram a terminologia institucional: recriações históricas de espaços da casa, exposições, exposição multimídia, efemérides e curso. As representações encontradas estavam reduzidas para fragmentos temáticos sem os vínculos arquivísticos e significado original.

Palavras-Chave: Arquivos manuscritos – Fernando Pessoa – Representações – Programação Cultural – Casa-museu – Casa Fernando Pessoa

#### **Abstract**

This work presents the first results of a post-doctoral research in Information Science. The goal is to identify the traces of the archival manuscripts representations in the cultural program of the House Fernando Pessoa and inferring how many these representations have been present in the house-museum. For this, the adopted method is the historico-documentary research in the archives of the House Fernando Pessoa in the year 1995 and from 2006 to 2015. As a result, it is concluded that, the findings of the present study demonstrated the 154 representations of the archival manuscripts in 19 practices. The types of practices following the institutional terminology: historical recreations of spaces in the house, exhibitions, multimedia exhibition, ephemeris and course. The found representations were reduced to thematic fragments without the archival bonds and the original significance.

Keywords Archival Manuscripts – Fernando Pessoa – Representations – Cultural Program – House museum – House Fernando Pessoa

## **1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA**

A lacuna na literatura sobre os arquivos de Fernando Pessoa (1888-1935) é explícita no levantamento de Blanco (2008) que sistematizou toda bibliografia passiva, seletiva e temática associada ao escritor até 31 de dezembro de 2004. Blanco (2008) não registra nenhuma referência bibliográfica sobre os arquivos pessoanos. Também não encontramos na Biblioteca da Casa Fernando Pessoa (CFP) um título sequer sobre os arquivos de seu patrono e isso é relevante, pois se trata da biblioteca mais especializada sobre o poeta do mundo.



A Casa Fernando Pessoa (CFP) não se encontra no rol daquelas que possui uma seção de arquivo em sua estrutura interna, mas tem valorizado e explorado os documentos arquivísticos, que por sua vez, estão presentes nas linhas de atuação institucional sob a forma de representações em diversas práticas, e na própria estética da casa-museu.

As representações são, segundo Chartier (2002), instrumentos do conhecer mediato tal como uma carta que contém o texto oficial de um monarca que é capaz de tornar pública a vontade desse rei sem a efetiva presença de sua pessoa. As representações dos arquivos manuscritos permitem a circulação através da substituição desses artefatos por uma “imagem” capaz de reconstituí-los em memória. É essa “imagem” que tem sido mediada no espaço da programação cultural da CFP já que o espólio está sob a custódia da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

O Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP e a CFP são as instituições públicas responsáveis pela maior parte dos conjuntos fragmentados do fundo fechado de Fernando Pessoa (1888-1935). A primeira responde pela custódia legal do Espólio Pessoaano e a segunda pelos livros, marginálias, assinaturas, selos, dedicatórias, anotações, estudos, objetos e alguns registros pessoais de seu patrono. Esses dois acervos constituíam até a morte de seu produtor uma parte significativa do seu arquivo pessoal, que funcionava, dentre outras coisas, como laboratório de escrita.

Embora se achem fisicamente separados, os conjuntos documentais são potencialmente capazes de refletir a lógica de produção, recepção e acumulação de Pessoa na sua totalidade. Isso acontece porque ainda que desrespeitados em sua integridade, os conjuntos documentais do fundo fechado de Pessoa totalizam mais de 30.000 peças, e não se diferem da natureza fundamental de outros documentos arquivísticos, isto é, a sua formação é de tal maneira congênita em relação às atividades de seu produtor, que podem revelar o contexto e o sentido originalmente ligados à lógica de sua produção. A ativação dessa capacidade, porém, depende de práticas, tais como o arranjo, a descrição e a mediação sob o método da Arquivística, pois por meio destas práticas é que se viabiliza a apropriação das ideias, das imagens e dos conteúdos dos fundos.

Por um lado os documentos arquivísticos têm sido objetos de sonegação de direitos democráticos, pois o “confisco do arquivo histórico” e o “ocultamento do arquivo contemporâneo”, identificados por Jammet (2007), se contrapõe a democratização e a democracia cultural. Por outro os arquivos manuscritos de Pessoa têm sido democratizados e levados ao conhecimento do público não só por meio de publicações de inéditos, mas por representações desses documentos que circulam nas práticas do programa cultural da CFP.



Uma vez que a CFP é uma instituição que pode ser enquadrada na categoria de casa-museu, cabe destacar que já existe, pelo menos há um tempo considerável, uma preocupação interinstitucional com as práticas que envolvem os arquivos no contexto dos museus. Um exemplo da sistematização dessas práticas é a terceira edição do Código de Práticas com Arquivos para Museus que foi publicada em 2003 no contexto da Conferência Permanente em Arquivos e Museus do Reino Unido.

Ora, os manuscritos de Pessoa são um dos mais valiosos tesouros documentais na língua portuguesa e são enquadrados como bens móveis da nação pela Lei do Património Português (lei 13/85), apesar disso, grande parte de sua obra é inédita, porque segundo Gomes há óbices técnicos (2009,p.49):

[...]a verdade é que a maior parte da narrativa de Fernando Pessoa continua inédita. Nem está sequer feito o levantamento dos originais, entretanto dispersos, e pela razão simples de que é tarefa difícil, exigente, morosa e frustrante.[...] Em 2009, podemos dizer que 90 % da obra narrativa de Pessoa continua desconhecida”

Partindo da premissa de que o patrimônio documental de Pessoa deve ser democratizado pelas instituições estatais de custódia do acervo, o que não exclui o aparelho cultural do município de Lisboa denominado “Casa Fernando Pessoa”, objetivamos identificar os rastros das representações dos arquivos manuscritos de Fernando Pessoa (1888-1935) na programação cultural da Casa Fernando Pessoa e aferir em que medida essas representações tem marcado a programação cultural da referida casa-museu.

## **2 MÉTODO ADOTADO**

Tendo em vista alcançarmos o nosso objetivo, adotamos o método histórico-documental. A base empírica trata-se dos registros das práticas da programação da Casa Fernando Pessoa (CFP) tendo como marco inicial do nosso projeto o ano de 1993, quando a Câmara Legislativa de Lisboa inaugurou o espaço. Até o momento, tivemos acesso à documentação que está sob a custódia da CFP que inclui um documento do ano de 1995, os programas do período de 2006 até 2015 e documentação complementar a programação. A maior parte da documentação já foi remetida aos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. A colaboração da CFP e de sua equipe foi imprescindível para a continuidade da investigação.

No primeiro estágio do trabalho realizamos uma pesquisa bibliográfica na literatura lusófona em busca de referências para nossa investigação e no sítio na *Internet* da Casa Fernando Pessoa. Nesse momento a Biblioteca da Casa Fernando Pessoa destacou-se como a



principal base de dados sobre Fernando Pessoa (1888-1935), trabalhos acerca dos arquivos pessoais e evidentemente fonte de publicações da própria casa-museu.

Teoricamente optamos trabalhar a partir do conceito de Roger Chartier (2002) de representação. Os tipos de práticas seguiram a terminologia institucional da CFP. Em relação ao entendimento da obra pessoal, optamos principalmente pelos seguintes autores: Teresa Rita Lopes, Dionísio Vila Maior e Fernando Cabral Martins.

Na fase de análise dos documentos buscamos todos os documentos recebidos, produzidos e acumulados pela instituição no decorrer das práticas incluindo os seguintes tipos e espécies documentais: comunicações, dossiês de projetos, catálogos de exposições, folhetos de programas, planos de ações, fotografias e relatórios.

Uma vez que os documentos foram analisados, identificamos os rastros das representações dos arquivos manuscritos e classificamos as práticas da programação quando houve a ocorrência de uma representação ou mais. Para identificarmos a autoria de manuscritos pessoais que encontravam-se sem descrição ou referência recorremos ao formato digital do espólio que foi disponibilizado pelo Serviço de Coleções Especiais da Biblioteca Nacional de Portugal. O formato digital totaliza 64.0017 arquivos na extensão *Joint Photographic Group* (JPG) virtualmente acondicionados em 760 pastas e armazenados em 78,8 GB em nosso *hard disk* (HD) externo.

No tocante ao quantitativo total do ano de 1995 e período de 2006 até 2015 apresentamos uma série temporal pelo gráfico de dispersão. Após a apuração do qualitativo, dividimos as práticas por tipos numa série estatística. Descrevemos e citamos nomeadamente aquelas práticas que consideramos mais relevantes.

### **3 OS MANUSCRITOS PESSOANOS E A CASA FERNANDO PESSOA**

Antes de discutirmos a ligação da CFP com os arquivos manuscritos pessoais é preciso reconhecer que havia um arquivo pessoal com integridade a partir do qual o autor escrevia e guardava seus escritos numa ordem original. Nesse sentido pontua Sepúlveda (2014, p.57-74):

“Não se trata afinal de papéis avulsos, sem princípio de ordem, e a ordenação arquivística do autor aproxima-os de uma ideia de reunião que caracteriza os volumes.[...] Numa procura de sistematização, poder-se-ia distinguir diversos tipos de codificação bibliográfica do texto em Pessoa, isto é, da inserção de elementos que o associam ao formato do livro. Note-se que estes elementos estão presentes exclusivamente em documentos do arquivo, ou seja, não se encontram em testemunhos de publicações em vida.[...] “35 Sonnets”, foi profusamente anotado e emendado por Pessoa, através de pelo menos duas campanhas de anotações sobre dois exemplares de mão conservados no arquivo[...] O arquivo pessoal está repleto de textos



inacabados, e entre as marcas desse inacabamento destaca-se a presença de anotações, emendas e variantes. Estas marcas remetem para um texto materialmente inexistente, mas que o editor póstumo se vê na necessidade de compor a partir das indicações deixadas. As metodologias de edição divergem quanto aos elementos que privilegiam, com vista ao estabelecimento de um texto que diverge necessariamente do material que se encontra arquivado.[...] Inserindo-se num contexto modernista de atenção particular às dimensões bibliográficas da página escrita, Pessoa legou-nos uma obra principalmente contida num arquivo, cujo suporte, o papel, como na imagem da arca[...]"

A seção intitulada “Os exploradores da arca perdida” registra uma descrição sobre o entendimento de uma parte dos arquivos pessoanos e é publicada nos seguintes termos por Teresa Rita Lopes (1990, p.14-15):

Para melhor entender a situação dos inéditos pessoanos é preciso dizer que Pessoa escrevia, em geral, em folhas soltas, aproveitando qualquer pedacinho de papel à mão, algumas vezes até envelopes usados. Quero crer que essas folhas soltas estariam, quando Pessoa morreu, arrumadas à sua maneira dele. (O criador, por mais desordenado que pareça, tem critérios e precauções de sobrevivência mais ou menos conscientes.) As posteriores incursões na Arca, com fins de pesquisa ou de inventariação, devem ter desfeito toda essa frágil coerência. Quando em 1968 se iniciou o arrolamento oficial do espólio pessoano, executado pelos funcionários para isso designados, a arca já tinha sido longamente revolvida por muitas e variadas mãos [...] Trinta e três anos assim permaneceu à mercê de curiosidades, voracidades, e boas-vontades. (Como se sabe, Pessoa morreu em 1935). A arrumação a que procederam, vaga e hibridamente temática e por géneros literários, revela, quase sempre, uma atenção superficial ao documento. [...] Os papéis foram arrolados, quase sempre, bric-a-bric, sem a preocupação de respeitar a sequência de folhas soltas, mesmo quando, às vezes, ela é evidente. Além disso, em vez de refazerem conjuntos, os inventariadores desfizeram-nos, esfacelaram-nos para cumprirem a sua função de arrumar os papéis por “envelopes”. Assim estão ainda. O investigador que hoje se acerque do Espólio, agora na Biblioteca Nacional, se quiser, de facto, investigar e não apenas publicar avulsamente inéditos, tem que percorrer todos os documentos porque os envelopes estão, com vagos rótulos (“Política”, “Religiões”, “Ocultismo”, “Prosas breves”, etc) são apenas gavetas mal arrumadas. É como ter guardado separadamente as peças de um relógio: aqui os parafusos, ali as molas, acolá os ponteiros [...] Utilizar o Espólio, não apenas no sentido de dele se servir para determinados fins, obriga o investigador a re-ordenar, re-arrumar os 27543 documentos[...]

Ora, se para Tereza Rita Lopes (1990), uma das principais especialistas nos estudos pessoanos, há dificuldades técnicas relacionadas aos arquivos pessoanos, que incluem, segundo Lopes (1990), no mínimo 18.816 manuscritos, então podemos considerar que as dificuldades de inteligibilidade se amplificam quando se tratam de públicos leigos cujo distanciamento entre esses bens culturais é profundamente maior. Isso reforça a função da CFP como mediadora do patrimônio documental de Pessoa, pois os manuscritos estão enquadrados na Lei 13/85 considerada aqui como um marco para as garantias de acesso democrático ao patrimônio nacional.

Portanto, os arquivos manuscritos de Pessoa devem, ou ao menos deveriam por força da evocação democrática da lei, serem postos ao alcance de todos os contribuintes sem

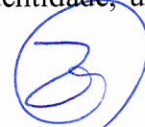
discriminação, o que muitas vezes não se efetiva pela intermediação inanimada das redes de máquinas, mas através de práticas de mediação cultural capazes de proporcionar experiências presenciais insubstituíveis. Consideramos que o objetivo último da mediação cultural é a democratização da cultura através de uma dinâmica aproximativa do patrimônio documental em relação ao público. As práticas de mediação cultural são, por exemplo: exposições, oficinas, recitais, debates e concertos.

Se a guarda e o tratamento técnico dos arquivos manuscritos de Pessoa são de responsabilidade da BNP, o papel da CFP centra-se principalmente em mediar o legado pessoano. A mediação tem ocorrido por via das práticas da programação cultural que assumem um papel estratégico. Os programas culturais são, a nosso ver, espaços da valorização dos arquivos aqui entendida conforme Cardin (2012). Isso significa que a realização daquilo que foi programado é parte dum processo de construção de significados que transcendem o objeto valorizado para atualizar as representações dos arquivos que são mediadas num sistema de práticas culturais que vão condicionar a forma como os documentos estão inseridos nos processos das atividades da instituição.

O papel mediador da casa-museu inclui cidadãos portugueses e também pessoas de diversas nacionalidades, pois seu contexto de fundação se deu a partir de um encaminhamento para a internacionalização da obra pessoana. Esse projeto de internacionalização que inclui o Brasil, Estados Unidos, países da Europa e do restante do mundo foi denominado por “Casa Fernando Pessoa” em 1985 sendo inaugurado em 1993 como uma casa-museu. Ainda em 1985, a celebração dos 50 anos da morte de Fernando Pessoa (1888-1935) levou a diversas edições de livros a partir dos arquivos manuscritos. Esse aumento na circulação das ideias do autor influenciou a Câmara Municipal de Lisboa (CML) na iniciativa de empreender um projeto para internacionalizar a obra e a memória de Pessoa.

A CML comprou a biblioteca de Pessoa com 1.161 volumes, muitos deles anotados e manuscritos. Esses documentos são custodiados na Casa Fernando Pessoa (CFP) e possuem um vínculo potencialmente orgânico com os arquivos que se acham na BNP. Esse vínculo decorre do fato de que a atividade de escrita do poeta não está dissociada de sua biblioteca particular que, de fato, compõe o mesmo fundo de arquivo.

Atualmente a CFP cria e gerencia diversos projetos como uma casa-museu consolidada. Desde o ano de 2012, passou a ser administrada pela Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa mantendo uma programação cultural que já era regular. Além de marginalias e autógrafos também estão sob a custódia da CFP alguns arquivos pessoais de Fernando Pessoa (1888-1935) como os documentos de identidade, um



envelope, um contrato, o título de arrendamento da casa, um certificado, um emblema, uma carta e a folha com a última frase escrita. A maior parte desses arquivos está exposta no lugar que é dedicado a reconstituição do quarto de Pessoa e, portanto, se encontram num contexto museal.

A fim de entendermos esse contexto é preciso considerar que a Casa Fernando Pessoa é enquadrada na categoria de “casa-museu”. Este termo designa uma categoria de museus instalados em casas com objetivo de preservar e divulgar a memória e a obra de uma personagem histórica. A categoria tem reconhecimento oficial no Conselho Internacional de Museus e representação pelo Comitê Internacional para Casas-Museus. Ainda que entendamos que a casa-museu seja uma classe de museus, não fica totalmente clara a sua especificidade. Sua natureza está, a nosso ver, ligada a análise sobre “*souvenirs* e biografias” de Alice Semedo (2010):

“Este museu oferece-nos um espaço para a interconexão de espaço expositivo, público e de espaço biográfico, privado. Funciona não só como um arquivo coletivo mas também como uma prática terapêutica. Por outro lado (quer queiramos quer não) ainda não deixou de ser um espaço de turismo que expõe permanentemente o papel heróico de uma comunidade e os *souvenirs* da tragédia; mas é também (e talvez de forma mais importante) um lugar de biografias culturais, no sentido em que realça o reconhecimento público do sujeito e das suas histórias. Neste sentido, funciona como uma herança, um dote de substituição que preserva a cultura material de gerações passadas e, desta forma, oferece aos membros da comunidade o prazer de verem os seus espaços pessoais expostos e reconhecidos pelo museu.” (SEMEDO, 2010, p.79)

Desta maneira, ao mesmo tempo, em que podemos entender que uma casa-museu é um arquivo coletivo, uma herança, um lugar de memória como aponta Semedo (2010), também consideramos que a seguinte assertiva cabe para a CFP: “Não se trata de uma unidade museológica acerca de uma pessoa, mas sim de um museu acerca de uma obra.” (Leão e Lira, 2010, p.344). E o que caracteriza a obra pessoana? Para Vila Maior (1994) nenhum escritor, antes de Fernando Pessoa, conseguiu sustentar heterônimos com a veracidade, a credibilidade e a autonomia como Pessoa o fez.

Encontramos representações dos manuscritos de heterônimos de Pessoa na fachada, no chão, nas exposições, nos ambientes da CFP. Essas representações seriam elementos de validação do espaço como lugar de memória de Pessoa? Se assim consideramos, então por que a CFP não mantém uma seção de arquivos?

Se preservar a memória de seu patrono parece ser um dos objetivos da CFP, a ausência dum arquivo na estrutura da CFP a torna distinta em comparação com outras casas-museu com esse mesmo objetivo tais como: a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Casa de Oswaldo Cruz, a Casa de Cora Coralina (autora que legou mais de dez mil documentos arquivados). *Maison de Victor Hugo, La Maison de Jean Cocteau*. É no aspecto da inexistência de um



arquivo permanente, de custódia legal dos arquivos e da falta de explicitação de serviços arquivísticos que a CFP se difere das seguintes casas-museu: *York House Museum and Archives*, *Reynolda House Museum of American Art Archives*, *Michener House Museum and Archives*, *Nichols House Museum*, *Admiralty House Museum and Archives*, *The Michener House Museum and Archives*, *Valence House Museum and Archives*, *Orangetown Historical Museum and Archives*, *Dunkeld Chapter House Museum and Community Archives*, *Homewood House Museum Archives*, *The Kelley House Archives* e *Scott Manor House Museum Archives*.

Embora a CFP não possua uma seção de arquivos em sua estrutura administrativa, as suas atribuições podem apoiar a luta contra o ocultamento dos arquivos. Entendendo a casa-museu como projeto de mediação, difusão e internacionalização da obra de Pessoa, o interesse pelos arquivos manuscritos de Pessoa estão para além de Portugal. Os brasileiros, por exemplo, estão entre os principais públicos. Há inclusive abertura da mídia para noticiar sobre a documentação pessoana. Em 16 de janeiro de 2016, o jornal “A Folha de São Paulo” publicou uma reportagem sobre a descoberta de arquivos manuscritos de autoria de Fernando Pessoa (1888-1835) enfatizando o espólio associado ao literato com destaque para a existência de um manuscrito de mais de 2.000 páginas. Posto isso, entendemos que a CFP possui o desafio de oferecer uma programação aos turistas estrangeiros e em particular aos brasileiros.

Além da repercussão na mídia, observamos um impacto do legado pessoano para a economia cultural do Brasil. A obra pessoana está presente em empreendimentos editoriais e artísticos. Um exemplo disso é a presença nos produtos fonográficos de Música Popular Brasileira notadamente da cantora Maria Bethânia. No álbum “Maricotinha ao vivo” de 2002, o Poema do Menino Jesus de Alberto Caeiro ocupa a faixa 23. Outro registro da cantora é o Ultimatum (Mandato de despejo aos mandarins do mundo) encontrado no álbum “Dentro do mar tem rio - Ao vivo” de 2007 na faixa 33.

Os arquivos pessoanos encontraram lugar nos aparelhos culturais brasileiros como o Museu da Língua Portuguesa. Isso nos permite considerar os manuscritos de Pessoa como bens culturais materiais de interesse internacional e a literatura pessoana como patrimônio imaterial de amplitude global. Não é por acaso que o projeto “Casa Fernando Pessoa” nasceu como internacionalização da obra de Pessoa de modo que a própria CFP atende, em grande parte, os turistas de Lisboa que usufruem dos bens culturais mediados através das práticas desenvolvidas pela casa-museu. É no âmbito dessas práticas, como já foi dito antes, que as



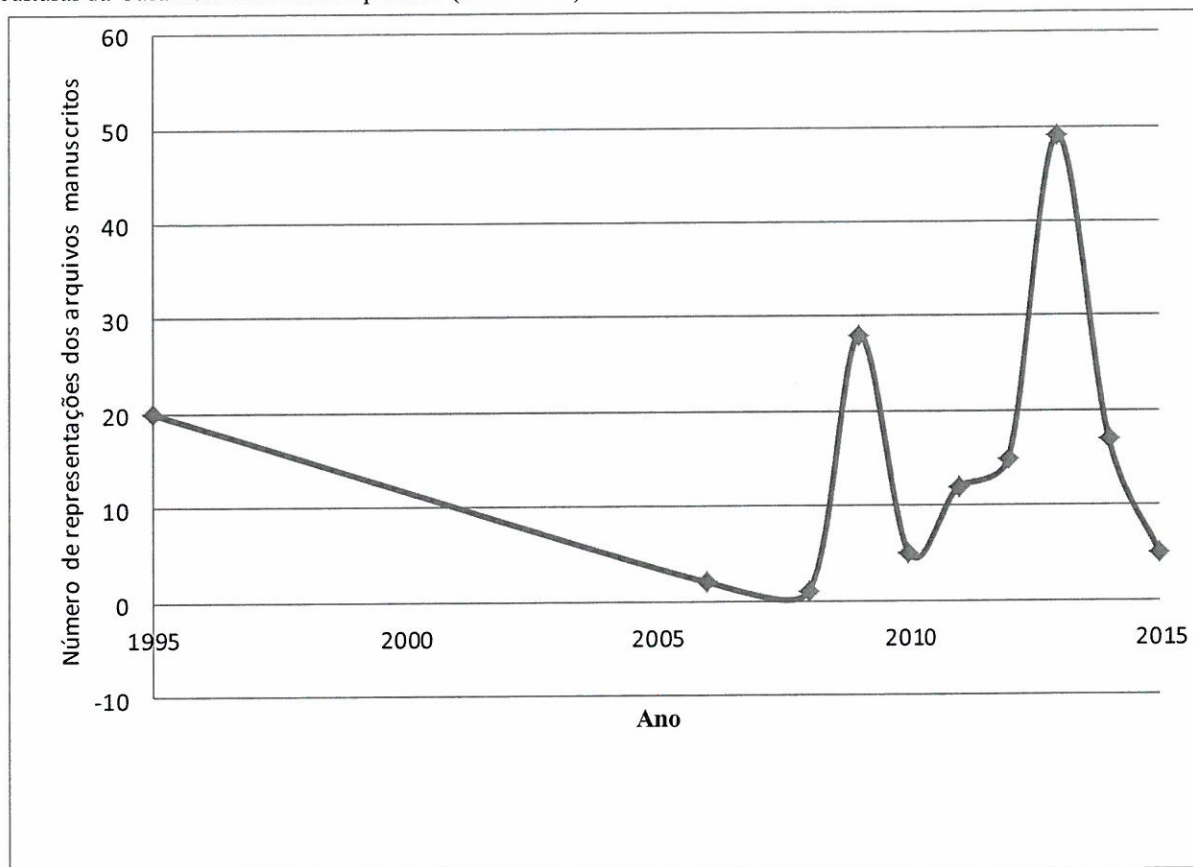
representações dos arquivos manuscritos de Pessoa são mediadas é precisamente sobre o peso dessas representações e qualidade dessas práticas é que trataremos a seguir.

#### **4 RASTREANDO A REPRESENTAÇÃO DOS ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL**

O fundo fechado de Pessoa é um dos bens culturais mais preciosos na língua portuguesa. A valorização desses papéis depende da exploração, da criação de significados e atribuição de valores. Segundo Meneses (2010) os valores do patrimônio cultural são múltiplos: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e estéticos. A exploração, como concebida por Lemay (2012), é a utilização dos arquivos em diversas atividades que podem visar o lucro ou não, incluindo os empreendimentos culturais, publicitários, editoriais e artísticos. A programação cultural da CFP esquematiza práticas que fazem agir as ideias, as crenças, os afetos, os significados, as expectativas, os juízos, em resumo, os valores apontados por Meneses (2010). Analisamos os documentos relativos a essas práticas e chegamos a identificar, por enquanto, 154 representações de arquivos manuscritos pessoais, e em particular representações artísticas, visuais, fac-similares e representações gráficas conforme indicado no Gráfico 1:



Gráfico 1 – Série temporal em números absolutos das representações dos arquivos manuscritos na programação cultural da Casa Fernando Pessoa por ano (1995-2015)

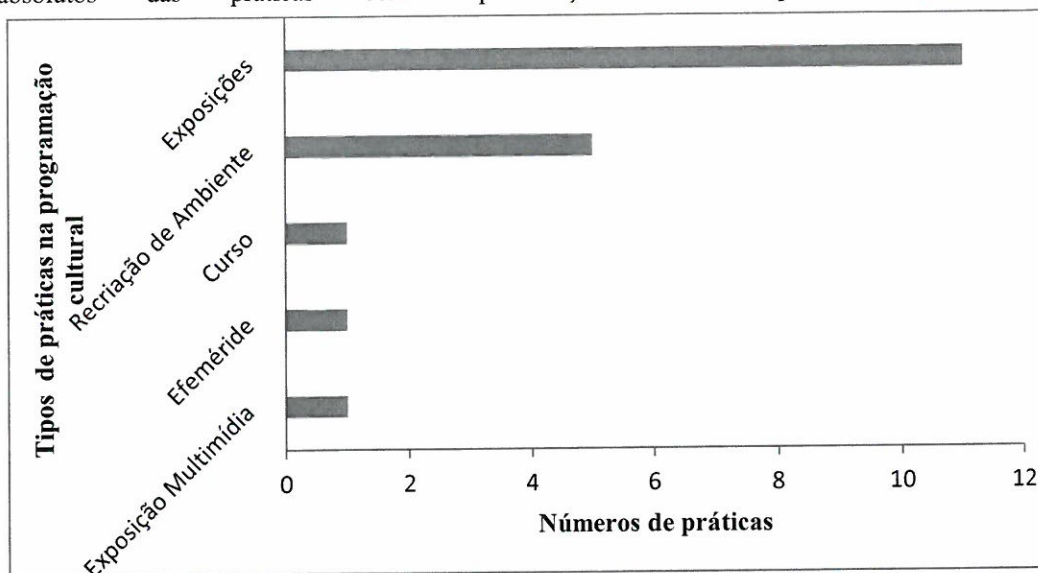


**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em comunicações, dossiês de projetos, catálogos de exposições, folhetos de programas, planos de ações, fotografias e relatórios.

Por um lado notamos que algumas práticas da programação ofertada focaram-se na exploração do valor cognitivo enfatizando o aprendizado, a produção de conhecimento e o estudo a partir dos documentos pessoais. Um exemplo é o "Curso de Introdução à Astrologia, através de Fernando Pessoa" (2012-2013) que explorou cálculos, gráficos e anotações manuscritas.

Por outro, a maioria das práticas explora os arquivos por seu valor formal e estético perceptíveis nas seguintes exposições: "Um quarto de página" (1995), "Os lugares de Pessoa" (2008 – até os dias de hoje), "A Casa Poema" (2009 – até o presente momento), "Agrimensur de Metáforas" (2009), "A devolução da alma" (2009), "Pessoa, o bairro e o barro" (2012), "O Mistério das Cousas/ Desassossego" (2012), Pessoa-Astrólogo (2013), "Poemas Manuscritos" (2013), "Autopsicografia – desassossego da imagem e da palavra: Pessoa / Voves" (2013) e "Nós, os de Orpheu" (2015). Como podemos observar são precisamente as exposições que somam o maior número dentre as 19 práticas identificadas no Gráfico 2:

**Gráfico 2** – Série por tipo de práticas na programação cultural da Casa Fernando Pessoa por em números absolutos das práticas com representações dos arquivos manuscritos (1995-2015)



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em comunicações, dossiês de projetos, catálogos de exposições, folhetos de programas, planos de ações, fotografias e relatórios.

Destacamos a exposição “Poemas Manuscritos” (2013) que levou ao público os manuscritos de diversos autores incluindo um manuscrito inédito de Fernando Pessoa com um quadro de Bartolomeu Cid. Nesse caso, apesar de tantos outros manuscritos em evidência, consideramos apenas uma representação já que as representações dos arquivos pessoais são objetos do nosso rastreamento. Destaca-se também “Nós, os de Orpheu” que está patente desde 2015 até o presente momento na CFP. Nesse caso, pronome “Nós” refere-se à geração de intelectuais unidos pela arte em torno do projeto da revista portuguesa de literatura chamada “Orpheu” (1915) dirigida por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. A exposição não resultou tão somente na valorização dos arquivos, mas na exploração dos documentos. As representações dos arquivos manuscritos são encontradas tanto no piso zero junto à recepção e a loja onde está disponível um produto cultural fruto da colaboração como uma empresa. Assim a exploração se encontra no contexto do uso dos seguintes arquivos pessoais com fins lucrativos pela indústria editorial: bilhete postal, lista dos autores, notações astrológicas da revista “Orpheu”, cartas astrológicas da revista “Orpheu” e “Orpheu 3” que não foi publicada, um excerto com variantes do final da peça *O Marinheiro* publicada no primeiro número de “Orpheu”. O produto cultural é um livro-CD comercializado pela CFP e também via editora, que por sua vez disponibiliza no formato eletrônico (e-book e mp3). O livro-CD é bilíngue e possui o mesmo título da exposição que oferece ao consumidor o áudio da leitura

de excertos, músicas, poesias, transcrições de poemas inéditos, e também o catálogo integral da exposição patente na CFP em inglês e português.

Considerando as especificidades da CFP em relação a outras casas-museus salientamos as recriações dos quartos dos heterónimos Alberto Caieiro (2009), Ricardo Reis (2010), Bernardo Soares (2011) e de Raphael Badaya (2013). Essas recriações possuem um carácter particular a CFP, pois no contexto museal não é pertinente o sentido histórico como sucessão de fatos ocorridos. A fidelidade da recriação dos quartos refere-se nesse caso a características delimitadas pela obra pessoana em relação aos seus heterónimos. Esses ocupam lugares desiguais e compreendem 136 autores fictícios. Segundo Lopes (2004), os heterónimos foram criados para contradizer Pessoa, exorcizar sua introversão, medos, ansiedades e dúvidas de modo que cada heterónimo possui um papel no conjunto de um drama no qual adquire o seu significado. Nas recriações dos quartos é que encontramos o maior número de representações fac-similares.

Já a recriação do quarto de Fernando Pessoa (2014-até o momento), inclui a réplica de sua arca com diversas representações de arquivos manuscritos muitos deles com o aspecto de amassados. Parece que nessa ocasião a representação da arca foi relacionada com o fato de que os manuscritos pessoanos eram ali depositados e em última análise está a se representar um arquivo pessoal. O próprio termo “arca” tem ocultado no âmbito dos estudos pessoanos o termo “arquivo”, pois o segundo é recorrentemente implícito no primeiro. Um exemplo disso é o texto veiculado ao termo “arca” do dicionário coordenado por Martins (2010, p.55):

A penúltima fotografia incluída no livro de Maria José de Lancastre, “Fernando Pessoa. Uma fotobiografia.” (Lisboa, IN-CM 1981), ostenta a legenda “A Arca dos Inéditos”. Vê-se na imagem a arca, com a tampa aberta cheia de envelopes e tendo por pano de fundo uma estante preenchida de livros. É a última imagem autêntica da linha biográfica do volume, já que a fotografia derradeira em absoluto é a reprodução de um óleo de Costa Pinheiro. [...] De acordo com a memória de Maria Aliete Galhóz, que teve oportunidade de estudar esse espólio antes de a Biblioteca Nacional o ter acolhido, a arca albergava, “primitivamente sacos de papel e embrulhos atados com cordéis, contendo-se os escritos num primeiro delineamento de classificação e tendo escrito por fora de seu punho [ie, de Pessoa], o teor dos conteúdos as vezes titulado outras vezes não.” (Galhóz, 1993:216). Por outro testemunho, que procura apesentar um objeto complexo no momento que se inicia a inventariação do espólio pessoano, depreende-se que a palavra “arca” se pode referir a três recipientes diferenciados do espólio do autor: 1.uma arca de grande dimensão, contendo 91 envelopes numerados; 2.uma mala pequena onde se encontravam 25 pacotes (22 numerados e sendo os outros três um saco de plástico, uma pasta de cartão e um embrulho); 3.25 envelopes numerados, guardados num armário;

Por um lado houve práticas que não conseguimos atestar a consciência deliberativa a favor de se representar os arquivos manuscritos, por outro podemos deduzir existiram

atividades com a intenção consciente de fazer uso das representações sem que, no entanto, conseguíssemos mensurá-las. Um exemplo desse tipo de prática é a oficina “Espólio(s) Pessoa” (2016) que explorou a representação digital dos documentos e a oportunidade de estudantes terem o contato com as obras inéditas de Pessoa.

Defendemos, por fim, que a CFP pode vir a ser um centro de desenvolvimento de cooperações e parcerias entre pessoas, entidades públicas e privadas que já tiveram ou que possuem ligação com a materialidade do legado de Pessoa. Acreditamos assim que a CFP pode promover a valorização e exploração dos arquivos juntamente com aqueles que detêm desde um conjunto expressivo até mesmo uma pequena coleção de documentos pessoais que podem ser mediados planejadamente a partir dos programas e projetos da casa-museu.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em termos quantitativos rastreamos, do ano 1995, e do período de 2006 até 2015, o total de 154 representações dos arquivos manuscritos em 19 práticas que foram ofertadas pela programação cultural da Casa Fernando Pessoa. Dessas práticas identificamos, preservando a terminologia institucional, cinco tipos: recriações do ambiente, exposições, exposição multimídia, efeméride (aniversário da Casa Fernando Pessoa) e curso.

Concluimos que os documentos têm sido valorizados e alguns explorados, no entanto já com o impacto da inobservância de princípios arquivísticos como o princípio de respeito aos fundos, o princípio da ordem original e o princípio da organicidade. Soma-se isso a inexistência de descrição e arranjo com metodologia arquivística. Assim as representações encontraram-se destituídas do sentido original e sem o inter-relacionamento dos conjuntos. Isso por sua vez tem distorcido a representação/“imagem” mediada dos arquivos manuscritos fazendo-os conhecidos justamente pelo que eles não são: fragmentos temáticos. Em outras palavras: o espelhamento natural dos arquivos que deveria refletir com exatidão as atividades de Pessoa não chega aos públicos (pesquisadores do espólio, visitantes da casa-museu e buscadores via *Internet*) por suas qualidades, mas como estilhaços que refletem tão somente alguns pedaços soltos dum espelhamento quebrado sem sentido integral e relação orgânica. Sentido esse que, na carência, é muitas vezes artificialmente concebido por mediadores, na sua maioria artistas ou agentes da Casa Fernando Pessoa, possibilitando o usufruto do patrimônio apesar dos óbices técnicos.

Uma vez alcançado parcialmente o nosso objetivo, além de apontar o peso numérico das representações dos arquivos manuscritos para as atividades da Casa Fernando Pessoa e



identificarmos os tipos de práticas, esses primeiros resultados da investigação podem vir a servir de insumo para que outras casas-museus e aparelhos culturais dentre os quais destacamos: as bibliotecas públicas, os centros de documentação, os museus, centros de memória, os centros culturais, os arquivos públicos e as casas de cultura.

Como primeiros apontamentos para pesquisas futuras, indicamos a formação de quadros comparativos com outras casas-museu no fito das seguintes questões: Em que medida os arquivos dos patronos têm sido valorizados, e, explorados pelas casas-museu, e como os arquivistas, os bibliotecários, os museólogos, os colecionadores, os pedagogos, os professores universitários, os agentes e os gestores públicos tem contribuído para a valorização e exploração desses documentos? A exploração dos arquivos tem incluído os agentes do desenvolvimento como as indústrias culturais, os empresariados do setor do patrimônio, do turismo, da educação e da cultura?

## REFERÊNCIAS

Blanco, José (2008). **Pessoana**. 2 volumes. Lisboa: Assírio & Alvim.

Cardin, M. (2012) La valorisation des archives: pourquoi ? Pour qui ? Comment ? **La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations**. Louvain: L'Harmattan, p. 33-49.

Chartier, R. (2002) **A história cultural entre práticas e representações. A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, Coleção Memória e Sociedade.

Gomes, L. (2009) Pessoa por descobrir. O homem interminável: Entre leilões polémicos e arcas por abrir, revelamos seis inéditos e a história do labiríntico Livro do Desassossego. Fernando Pessoa está aí para nos inquietar – felizmente. **Revista LER**. Lisboa: Círculo de Leitores.

Jammet, Y. (2007) La médiation au service des publics: les enjeux, les moyens, les expériences. **L'action éducative et culturelle des Archives. Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives?"**, Paris, La documentation Française.p.183-p.193

Leão, I.; Lira, S. (2010) Museu Agustina Bessa-Luís. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, Volume 1, p. 341-352

Lemay, Y. (2012) Comment valoriser ? Les options possibles et leurs implications. **La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations**. Louvain: L'Harmattan,

Lopes, T. (1990) **Pessoa por conhecer: Roteiro para uma expedição**. Front Cover. Maria Teresa Rita Lopes. Lisboa, Editorial Estampa.



Lopes, T. (2004) **Fernando Pessoa et le Drame Symboliste: Héritage et Création**, Paris: Édition de la Différence, Collection Les Essais.

Martins, F.C. (2010). **Dicionário de Fernando Pessoa e do modernismo português**. São Paulo: Leya.

Meireles, M. (2016) **Caixa com textos inéditos de Fernando Pessoa é encontrada na África do Sul**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/01/1730006-caixa-com-ineditos-de-fernando-pessoa-e-pesquisa-sobre-poeta-e-achada.shtml>> [Acesso em: 19/03/2016.]

Meneses, U. (2010) O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. **Fórum nacional de patrimônio cultural**, 1., 2010, Brasília. Anais... Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%204%20-%20MENESES.pdf>>. [Acesso em: 09 dez. 2015.]

Portugal. (1999) Lei do Património cultural português. Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 06 de julho de 1985. Assembleia da República. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n.15, p. 271-303, 1999. Disponível em: <[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3775/Lei%2013\\_85.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3775/Lei%2013_85.pdf?sequence=1)> [Acesso em: 12 set. 2016.]

Semedo, A. (2010) Práticas (i)materiais em MUSEUS **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, Volume 1, p. 62-80.

Sepúlveda, P. (2014) Pessoas-livros: O Arquivo Bibliográfico de Fernando Pessoa. **Revista do Programa de Doutorado em Materialidades da Literatura**. Volume 2.1. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. p. 55-77

Standing conference on archives and museums, (2002) **A Code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom**. Museums Association, The Society of Archivists, and The Association for Independent Museums. Third Edition. London, Disponível em: <[www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf](http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf)> [Acesso em 19/02/2016]

Vila Maior, D. (1994) **Fernando Pessoa: heteronímia e dialogismo — O contributo de Mikhail Bakhtine**. Coimbra, Livraria Almedina.



**ANEXO X**

15



CLEPUL  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

APE  
ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
de ESCRITORES



## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos efeitos, que o Prof. Doutor **Taiguara Villela Aldabalde**, Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (BA Archival Science, MSc Social History, PhD Information Science), Post-doc Information Sciences na Universidade Fernando Pessoa, sob a coordenação da Professora Doutora Isabel Ponce de Leão (Coordenadora do Pólo do CLEPUL na Universidade Fernando Pessoa), com o nº de inscrição 34885, residente na Rua de Belém, número 51, 3o andar, PORTO, com o telem. +351 92 764 87 37, leccionou, correspondendo a convite meu, um **seminário/Aula Aberta** sobre o tema “**A Arte: da sua institucionalização cultural à sua problematização. A leitura cultural do texto/objecto estético.**”, com o estudo de caso “**Arquivos manuscritos na programação cultural da Casa Fernando Pessoa**”.

A sessão em referência, de 4 horas, realizou-se na sexta-feira, 23/Novembro/2016, das 12h às 16h no âmbito da disciplina de Introdução ao Estudo da Cultura/Estudo das Culturas e esteve aberta a outras participações.

Lisboa, 28/11/2016

Coordenadora/CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) - FLUL  
Directora da Licenciatura em Estudos Portugueses - FLUL  
Coordenadora e Vice-Presidente do Conselho Científico/ IECC-PMA  
Presidente/ Academia Lusófona Luís de Camões / Instituto Fernando Pessoa  
Directora/ Associação Portuguesa de Escritores / Observatório da Língua Portuguesa / Sociedade Histórica da Independência de Portugal  
Presidente/ Mesa da Assembleia Geral/ COMPARES (International Society for Iberian-Slavonic Studies)

**ANEXO XI**

A handwritten signature in blue ink, enclosed within a circular border. The signature is stylized and appears to be a cursive or semi-cursive script.



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

[www.ufp.pt](http://www.ufp.pt)

Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa no Porto, faz saber que o pós-doutorando **Taiguara Villela Aldabalde** participou como coo-organizador e orador no evento *100 Portugal Futurista* promovido pelo CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e pela Câmara Municipal do Porto que decorreu no dia 7 de Fevereiro na Biblioteca Almeida Garrett no Porto.

A sua intervenção teve como principal enfoque as referências à referida revista no espólio pessoano.

No Porto em 9 de Fevereiro de 2017

**ANEXO XII**

3



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

[www.ufp.pt](http://www.ufp.pt)

Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa no Porto, faz saber que o pós-doutorando **Taiguara Villela Aldabalde** lecionou uma aula aberta da disciplina de Literatura e Outras Artes do curso de graduação em **Ciências da Comunicação** sobre “Programação Cultural na Casa Fernando Pessoa”.

No Porto em 9 de Fevereiro de 2017